

R Gerência de Riscos e Seguros

VERSÃO BRASILEIRA

FUNDACIÓN **MAPFRE**

115

ANO XXIX

PRIMEIRO QUADRIMESTRE 2013



Sergio Martínez Castro

“A incerteza está inserida nas decisões que tomamos no dia a dia”

Diretor de Riscos do Grupo Gás Natural Fenosa



Indústria do seguro e crise: perspectivas

Uma visão alemã

FRED WAGNER E KATJA BRANDTNER



A cobertura de Lucros Cessantes

“Um traje sob medida”

ROBERTO REVENGA E IGNACIO LORENZO



Estimativa de Perdas Máximas por sinistros

Utilidade para segurados industriais

FRANCISCO MARTÍNEZ



Explosão de garrafas defeituosas de champanhe

Onda de sinistros em adegas da França

GERÊNCIA DE RISCOS E SEGUROS

FUNDACIÓN MAPFRE

Instituto de Ciencias del Seguro
Centro de Documentación
C/ Bárbara de Braganza, 14, 3ª planta
28004 Madrid - España

www.fundacionmapfre.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EM SEGUROS, GERÊNCIA DE RISCOS, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

- Sistema integral de gestão documental desenvolvido conforme padrões internacionais.
- Catálogo web com mais de 115.000 referências bibliográficas e documentos eletrônicos com texto completo.
- Múltiplos recursos de informação: bancos de dados externos, imprensa econômica, normas técnicas, etc.

Catálogo web na:
www.fundacionmapfre.com/documentacion

Para mais informações:
Tel.: + 34 91 581 23 38



Apostando na inovação

Às vezes tendemos a mudanças bruscas e contraditórias de opinião. Defendemos com unhas e dentes uma ideia numa hora e, passado algum tempo, vemos, com clareza pouco habitual, como nosso argumento perdeu força.

Como escreveu Miguel de Unamuno em *"El sentimiento trágico de la vida"*, são as contradições entre nossos pensamentos e sentimentos que “alicerçam nossas ações e nossa obra”. Na atual conjuntura, porém, nós precisamos ter uma visão clara e sem contradições. Em momentos como este, é muito comum atribuírmos toda a responsabilidade da situação a fatores externos, ao invés de refletirmos sobre aquilo que não fizemos direito. Será que não causamos isso a nós mesmos?

As notícias ruins estão soterrando as boas a tal ponto que muitas vezes hesitamos em dizer que estamos bem por medo do que os outros dirão. Isso precisa mudar. Por que não apostar numa mudança de mentalidade, numa mudança de atitude para nos prepararmos para entrar em ação? Enquanto continuarmos aferrados a experiências passadas, não conseguiremos olhar para o futuro.

A aposta é a inovação, especialmente a científica e tecnológica. Mas inovação virou ‘o assunto do momento’, e há tanta gente opinando que é praticamente inevitável reduzi-lo à categoria de “moda passageira”. Ainda assim, na verdade é fundamental focar em inovação para descobrirmos como fazer melhor as coisas, usando métodos e recursos diferentes. Há de ser uma inovação fundada em tecnologias e processos mais eficientes, capazes de melhorar nossa maltratada produtividade e que sirvam para impulsionar a confiança necessária de que as empresas e os mercados precisam para retomar a tão ansiada recuperação econômica.

Com este pano de fundo, a Federação de Associações Europeias de Gerentes de Riscos (FERMA) convocou o Parlamento Europeu para, num exercício de transparência, fazer valer o direito de todos os tomadores de seguros de saber a remuneração dos seus corretores. O esboço da diretriz de mediação de seguro – que será votada entre julho e setembro – reconhece este direito apenas para pessoas físicas e PMEs. Se a diretriz entrar em vigor tal qual consta no esboço, os compradores de seguros para grandes riscos (definidos como aqueles que cumpram dois destes três critérios: faturamento anual acima de 12,8 milhões de euros, um balanço de mais de 6,2 milhões de euros e mais de 250 empregados) terão de depender de acordos voluntários entre as partes. Nas palavras do presidente da FERMA, Jorge Luzzi, “nós preferiríamos ver todos os compradores de seguros cobertos pela diretriz, mas eles deveriam pelo menos poder solicitar a divulgação da informação por escrito e que essa solicitação seja aplicável”.

Se existe um setor da atividade econômica que continua apresentando importantes desafios é o sistema energético espanhol, para o qual, como indicam as conclusões do Relatório 2012 do Observatório de Energia e Sustentabilidade, “continua sendo crucial contar com um regime que proporcione uma visão de longo prazo, que permita que sejam formuladas políticas estáveis e sustentáveis”. Na entrevista que abre este número da revista, o diretor da Unidade de Controle e Gestão de Riscos da Gás Natural Fenosa, além de enfatizar a importância socioeconômica da energia, explica-nos como, apesar de o risco

ser intrinsecamente uma força motriz, ainda continua faltando chão para nos sentirmos cómodos com a medição dos riscos em horizontes mais táticos.

O primeiro dos três estudos publicados é um resumo da palestra dada em janeiro pelo Professor Fred Wagner da Universidade de Leipzig, Alemanha, na recepção de Ano Novo realizada em Colônia. Os autores propõem um novo paradigma para as seguradoras capaz de oferecer mais rapidez de resposta e de ação do que até agora, mas que elas consigam, ao mesmo tempo, preservar o valor dos stakeholders a longo prazo.

O segundo artigo apresenta as reflexões sobre a cobertura de Lucros Cessantes, cujo autor define como “um traje sob medida” capaz de garantir que a ocorrência de um sinistro não chegue a alterar o lucro anual da empresa afetada. Encerra esta seção o trabalho em que o autor, antigo diretor desta revista, com base em sua vasta experiência profissional, expõe a importância que a estimativa correta de perdas máximas por sinistro tem para um gerente de riscos.

O relatório publicado neste número contém informações sobre o ano de 2011 e apresenta uma previsão do primeiro semestre de 2012, extraído da décima primeira edição do relatório publicado pela FUNDACIÓN MAPFRE, cujo objetivo é proporcionar uma visão geral da situação atual do mercado segurador nos países da América Latina.

No Observatório de Sinistros, relata-se um incidente que teve repercussão em várias adegas europeias, em sua maioria situadas na região de Champagne, França. A necessidade de reduzir o peso da garrafa de champanhe causou má distribuição do vidro nas paredes e reduziu muito a espessura do fundo, o que aumentou a pressão parcial no interior das garrafas e fez com que rachassem.

Com as habituais seções dedicadas a cobrir as novidades em livros e publicações sobre Gerência de Riscos e a seção sobre notícias da AGERS, concluímos este número, que, como todos os que o antecederam, esperamos que sejam do seu agrado. |

Riscos Gerência de Seguros

FUNDACIÓN MAPFRE
Instituto de Ciencias del Seguro
Paseo de Recoletos, 23. 28004 Madrid (España)
Tel.: +34 91 581 12 40. Fax: +34 91 581 84 09

www.gerenciaderiesgosyseguros.com



Produto impresso com o selo FSC,
garantia de manejo florestal responsável.



PRESIDENTE: FILOMENO MIRA CANDEL

DIRETOR: JOSÉ LUIS IBÁÑEZ GÓTZENS

CHEFE DE REDACÇÃO: ANA SOJO GIL

COORDENAÇÃO: MARIA RODRIGO LÓPEZ

CONSELHO DE REDACÇÃO: IRENE ALBARRÁN LOZANO, ALFREDO ARÁN IGLESIA, FRANCISCO ARENAS ROS, MONTSERRAT GUILLÉN ESTANY, ALEJANDRO IZUZQUIZA IBÁÑEZ DE ALDECOA, CÉSAR LÓPEZ LÓPEZ, JORGE LUZZI, FRANCISCO MARTÍNEZ GARCÍA, IGNACIO MARTÍNEZ DE BAROJA Y RUÍZ DE OJEDA, EDUARDO PAVELEK ZAMORA, M^a TERESA PISERRA DE CASTRO, CÉSAR QUEVEDO SEISES, DANIEL SAN MILLÁN DEL RIO, FRANÇOIS SETTEMBRINO.

PRODUÇÃO EDITORIAL: COMARK XXI CONSULTORES DE COMUNICACIÓN Y MARKETING

DESENHO GRÁFICO: ADRIAN Y UREÑA



VERSÃO BRASILEIRA:

FUNDACIÓN MAPFRE - DELEGACIÓN BRASIL

DIREÇÃO: FÁTIMA LIMA

COORDENAÇÃO: RENATA PAPPALARDO E GABRIELA FREITAS

TRADUÇÃO E REVISÃO: MARISTELA LEAL CASATI

PROJETO GRÁFICO E DESIGN ADAPTADO: bmEW PROPAGANDA

PRIMEIRO QUADRIMESTRE 2013

Obs.: Versão brasileira traduzida, originalmente, da edição espanhola da Revista Gerencia de Riesgos y Seguros, 1º Quadrimestre de 2013.

115



Atualidades

6

Novidades legislativas. Congresso “A não-discriminação por motivo de sexo nos seguros”. O alerta dos meteoritos. Dragagem da lama contaminada da represa de Flix (Tarragona). As CERTs na luta contra os cibercrimes. Envenenamento por mercúrio. II Congresso Internacional de Direito dos Danos.

Agenda 2013

13

Entrevista

14

Sergio Martínez Castro. Diretor de Riscos do Grupo Gás Natural Fenosa
“A incerteza está inserida nas decisões que tomamos no dia a dia”

Estudos

A indústria do seguro e a crise: perspectivas FRED WAGNER E KATJA BRANDTNER.....	24
A cobertura de Lucros Cessantes: “um traje sob medida” ROBERTO REVENGA E IGNACIO LORENZO	32
Estimativa de Perdas Máximas por sinistros FRANCISCO MARTÍNEZ	36

Relatório

O mercado segurador latino-americano 2011-2012 CENTRO DE ESTUDOS	50
---	----

Observatório de sinistros

Garrafas de champanhe que explodem pela má distribuição do vidro GERÊNCIA DE RISCOS E SEGUROS	62
--	----

Livros

72

Notícias AGERS

77

Caderno Nacional

78

Os desafios da gestão de riscos no segmento petroquímico

LEGISLAÇÃO

Novidades

- **Ordem ESS/66/2013, de 28 de janeiro**, pela qual se atualizam as quantias pagas de uma só vez relativas às indenizações por lesão, mutilação e deformidade de caráter definitivo e não invalidantes. B.O.E. núm. 26, de 30 de janeiro de 2013.
- **Resolução de 21 de janeiro de 2013, da Direção Geral de Seguros e Fundos de Pensão**, pela qual se publicam as quantias das indenizações por morte, lesão permanente e incapacidade temporal que serão resultado da aplicação durante 2013 do sistema que avalia os danos e prejuízos causados às pessoas em acidentes de circulação. B.O.E. núm. 26, de 30 de janeiro de 2013.
- **Decisão da Comissão, de 17 de janeiro de 2013**, pela qual se cria o Grupo de Especialistas da Comissão sobre Direito Europeu do Contrato de Seguro. D.O.U.E. núm. C 16/6, de 19 de janeiro de 2013.
- **Resolução de 2 de janeiro de 2013, da Direção Geral de Seguros e Fundos de Pensão**, pela qual se publica a taxa de juros máxima a ser utilizada nos planos e fundos de pensão conforme as possibilidades de definição do benefício e se garante exclusivamente uma taxa de juros mínima ou determinada na capitalização das contribuições, a ser aplicada no exercício de 2013. B.O.E. núm. 12, de 14 de janeiro de 2013.
- **Ordem ECC/2502/2012, de 16 de novembro**, pela qual se regula o procedimento de apresentação de reclamações junto aos serviços de reclamações do Banco da Espanha, da Comissão Nacional do Mercado de Valores e da Direção Geral de Seguros e Fundos de Pensão. B.O.E. núm. 281, de 22 de novembro de 2012.
- **Ordem ECC/2410/2012, de 2 de novembro**, pela qual se modifica a Ordem ECO/180/2003, de 22 de janeiro, sobre cobertura por conta do Estado de riscos derivados do comércio exterior, dos investimentos estrangeiros e das transações económicas com o exterior. B.O.E. núm. 271, de 10 de novembro de 2012.

atualidades

Encontro sobre a não-discriminação no seguro

A FUNDACIÓN MAPFRE, em colaboração com o Colégio de Mediadores de Málaga e a Associação Andaluza de Alunos e Bacharéis em Ciências Atuariais e Financeiras, organizou dia 11 de março o encontro “A não-discriminação por motivo de sexo nos seguros. Situação atual”. Este encontro, voltado para profissionais e realizado na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade de Málaga, tinha por objetivo analisar os fatores que influem na tarificação das apólices.

Neste encontro, do qual participaram atuários e especialistas do setor, foram analisados os diferentes fatores que influem na tarificação das apólices, e debateu-se extensamente sobre a legislação que impede as seguradoras de utilizar o gênero para apurar os riscos e determinar tarifas diferentes para seguros contratados por homens ou por mulheres.

Em suas diversas intervenções, os especialistas também deixaram claro que a

técnica seguradora pode passar por uma série de mudanças relevantes no futuro devido à importância que determinados fatores possa adquirir no cálculo dos prêmios. Dentre eles estão: idade, doenças crônicas, genética e provas preditivas, que servem para calcular tanto a expectativa de vida quanto a probabilidade de que determinadas enfermidades venham a se desenvolver. |



O alerta dos meteoritos

No dia 15 de fevereiro caiu um meteorito perto da cidade russa de Chelybinsk, nos Montes Urais, o último de tamanho considerável que impactou a Terra. Tinha cerca de 17 metros de comprimento e uma massa de 10 mil toneladas. Ao entrar na atmosfera da Terra a uma velocidade de 33.000 km/h, a rocha foi se desintegrando pelo atrito com o ar, e seu fragmento maior, de cerca de 8 metros de comprimento, caiu em um lago congelado que fica a cerca de 10 quilômetros do povoado de Chebarkul.

Em sua queda e impacto sobre a superfície terrestre, o meteorito ultrapassou a barreira do som, liberando uma grande quantidade de energia, que, por sua vez, gerou as subsequentes ondas de choque.



O impacto causou danos a cerca de 3.000 edifícios, estilhaçando principalmente janelas e outros elementos frágeis de fachadas e telhados. Também ficaram levemente feridas cerca de 1.250 pessoas devido ao impacto dos pedaços de vidro e outros materiais. Os danos pessoais e materiais foram estimados em cerca de 25 milhões de euros.

A última queda de um meteorito de tamanho considerável ocorreu em 1908 em Tunguska, região de Krasnoyarsk, na Sibéria russa. Era um asteroide de cerca de 100 metros de comprimento, e calcula-se que sua energia tenha liberado o equivalente a dez bombas atômicas, devastando uma área florestal num raio de 25 quilômetros.

A cada ano entram na nossa atmosfera centenas de meteoritos muito pequenos. Os estudos arqueológicos de impactos de meteoritos na Terra permitem estabelecer um período de cerca de 100 anos para os de tamanho médio (10 a 50 metros de comprimento) e de 1.200 anos para os de maior dimensão.

Este último episódio de 2013 nos alerta que os meteoritos estão navegando o espaço sideral e que sua frequência de impacto com a Terra não é tão baixa assim. |



Começa a dragagem da lama contaminada da represa de Flix (Tarragona)

Em março começaram as obras de dragagem da lama contaminada da represa de Flix, em Tarragona, um trabalho de descontaminação em que serão investidos 165 milhões de euros, o maior investimento realizado na Espanha em um trabalho de descontaminação. Esta intervenção, executada pela empresa estatal Acuamed, permitirá eliminar os mais de 800.000 m³ de lodo contaminado que se acumulam há mais de um século em consequência da atividade industrial no leito do Rio Ebro.

As obras melhorarão a qualidade da água que irriga mais de 50.000 hectares e abastece mais de um milhão de pessoas na região, além de ser imprescindível para manter o equilíbrio do Parque Natural do Delta do Ebro. Esta intervenção, cujo prazo de execução é de dois anos e oito meses, será financiada em 70% pela União Europeia e estará terminada no final do ano de 2015.

A dragagem é o resultado do estudo realizado em 2005 por uma equipe multidisciplinar de 100 pesquisadores reunidos graças a um acordo de colaboração assinado entre o



Ministério do Meio Ambiente, a Generalitat da Catalunha e o Conselho Superior de Pesquisas Científicas (CSIC), cujo objetivo era analisar o risco de contaminação da lama contaminada da Flix e sua possível transmissão tanto às águas quanto aos ecossistemas no trecho baixo do Rio Ebro.

A conclusão geral do estudo é que a qualidade das águas entre a represa de Flix e a foz do Ebro se mantém em boas condições e cumpre todas as exigências legais, principalmente a que se refere a suprimentos. Também se confirmou que não existe risco para a saúde da população, já que o impacto da lama contaminada quando ela se dilui

e dos metais pesados detectados é muito baixo e não afeta nem a água nem os produtos agrícolas.

O estudo, no entanto, alertou para a existência de um problema ambiental na área, recomendando a retirada do lodo proveniente da represa como a melhor opção para eliminar o risco que os resíduos representam e para melhorar significativamente a qualidade ambiental rio abaixo, além do reservatório. A retirada desta lama também eliminará o risco futuro de uma movimentação accidental de parte dela e os efeitos catastróficos que isso causaria.

De acordo com Federico Ramos, secretário de Estado do Meio Ambiente, “trata-se do maior investimento realizado na Espanha em uma obra de descontaminação, e será utilizada uma técnica pioneira para acabar com os diferentes tipos de contaminantes

detectados e garantir a segurança das pessoas”. É a primeira vez que, numa só obra, vários poluentes de natureza diversa serão tratados em conjunto e simultaneamente.

Durante a dragagem da lama, será adotado um sistema triplo de segurança para que se cubram todas as contingências possíveis durante as obras.

Em primeiro lugar, conta-se com um sistema ecológico de dragagem equipado com um sistema de antiturbidez, uma parede dupla de estacas-pranchas que isola a área a ser descontaminada do resto do rio, e uma rede de sensores para controlar em tempo real a qualidade das águas do Ebro nas imediações.

Em segundo lugar, a Confederação Hidrográfica do Ebro e a Agência Catalã da Água realizarão controles periódicos da qualidade da água.

Por fim, o Plano de Emergência, atualizado em 2013, garantirá, no caso improvável de contaminação, a normalidade do abastecimento de água para as populações afetadas.

Este projeto de descontaminação é um trabalho de referência internacional e tem atraído o interesse de especialistas do mundo todo. Para explicar o processo, criou-se o website www.descontaminationflix.com, onde se encontram informações detalhadas e atualizadas sobre o andamento das obras. |



As CERTs na luta contra os cibercrimes

Os últimos anos testemunharam a escalada de crimes cibernéticos contra interesses nacionais e privados. Os objetivos do crime comum e, acima de tudo, do crime organizado e de certas intervenções antigovernamentais encontram menos vigilância nas redes eletrônicas, motivo pelo qual as operações ilícitas se multiplicam e se renovam (inovam) constantemente.

No início de 2013, a Comissão Europeia e a Principal Representante da União Europeia para Assuntos Estrangeiros e Política de

Segurança, Catherine Ashton, anunciaram a estratégia de segurança cibernética: «Um ciberespaço aberto, protegido e seguro».

Por outro lado, está sendo preparada uma diretriz geral que estabelecerá as bases a serem empregadas pelos 27 membros da União Europeia para combater o crime cibernético de forma coordenada. A proposta da diretriz inclui a criação de centros de prevenção e resposta a emergências nas tecnologias da informação e nas comunicações (TIC) e nas infraestruturas essenciais sob o modelo CERT (*Computer Emergency Response Team*, ou Equipe de Resposta a Emergências em Computação). Até agora foram criadas na Espanha 12 CERTs registradas na Agência Europeia de Segurança das Redes e da Informação (cuja sigla em inglês é ENISA).



Em 2012, o Centro Criptológico Nacional Espanhol CCN-CERT atendeu mais de 4.000 casos de crimes cibernéticos, quase o dobro dos que foram registrados em 2011. Deste número, 230 foram catalogados como críticos e foram dirigidos principalmente contra as administrações públicas, empresas de serviços públicos e instituições financeiras. **I**



Envenenamento por mercúrio

Desde dezembro, um grupo de trabalhadores da empresa Asturiana de Zinco (AZSA) se viu afetado por um elevado nível de mercúrio no sangue. Até o momento, os casos de intoxicação não apresentam uma gravidade especial.

A empresa informou que os funcionários estavam realizando trabalhos de reparo na usina de torrefação no turno da noite e, quando chegaram em casa, se sentiram mal. A usina se dedica à torrefação dos minerais com



os quais se obtém o zinco. O mercúrio é considerado uma impureza desses minerais e ele teria se desprendido e ficado condensado no recinto.

A intoxicação por mercúrio pode ter ocorrido por contato com a pele, inalação ou ingestão.

Ana Ferrer, especialista da Unidade de Toxicologia do Hospital Clínico de Zaragoza, destaca que estas intoxicações são raras atualmente e se limitam principalmente a locais de trabalho. Os níveis normais de mercúrio, de acordo com esta especialista, são 10 microgramas por litro de sangue, sendo 15 o limite legal.

Os sintomas de intoxicação aparecem quando se chega a

50 microgramas, embora isso não seja uma regra fixa, uma vez que depende das condições bioquímicas de cada afetado. Quando ocorrem os primeiros sintomas de envenenamento, os médicos aplicam agentes quelantes, que ajudam a expelir o material e aliviar os sintomas. A melhor maneira de saber o resultado dos quelantes é por exames de sangue ou urina.

Normalmente os trabalhadores que realizam suas tarefas em áreas de possível intoxicação têm de ser submetidos a controles periódicos. Se a intoxicação for detectada logo, não ficam sequelas, mesmo que ela tenha sido aguda.

O caso mais grave de intoxicação se deu na década de 1950, na cidade japonesa de Minamta, onde foi diagnosticada uma síndrome neurológica grave e permanente, causada por envenenamento de mercúrio.

O dano tóxico parece ser determinado pelo valor máximo de mercúrio, não pela duração da exposição. Os sintomas incluem ataxia, distúrbios



sensoriais nas mãos e nos pés e deterioração da visão e da audição. A maioria dos efeitos tóxicos do mercúrio é parcial ou totalmente reversível, seja por meio de terapia específica ou por meio da eliminação natural do metal após a exposição a ele. No entanto, a exposição forte ou prolongada pode causar danos irreversíveis, sobretudo em fetos, bebês e crianças pequenas.

O Ministério Regional de Promoção do Principado das Astúrias relatou recentemente que técnicos do Centro Nacional de Saúde Ambiental (CNSA) do Instituto de Saúde Carlos III realizaram na área onde fica a empresa um total de 8.676 medições, uma a cada cinco minutos, entre os dias 12 de fevereiro e 14 de março. Posteriormente informou que, “conforme a legislação e as recomendações nacionais e internacionais sobre o mercúrio, a conclusão a que o Principado chegou é que os valores obtidos estão 100 vezes abaixo do valor de referência estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) ou 30 vezes abaixo do que recomenda a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, que tem uma das legislações mais restritivas”. |



II Congresso Internacional de Direito dos Danos

O Instituto de Ciencias del Seguro da FUNDACIÓN MAPFRE participou recentemente do II Congresso Internacional de Direito dos Danos, organizado pelo Observatório de Direito dos Danos e pela associação Justiça e Opinião, em colaboração com a Universidade Autônoma de Madri e o Conselho Geral de Advocacia.

O objetivo destes encontros, que contou com a presença de María José Albert, reitora da Faculdade de Ciências do Seguro, Jurídicas e Corporativas, Mariano Herrador, presidente

da associação Justiça e Opinião, e Jesús López, vice-secretário do Conselho Geral de Advocacia Espanhola, foi analisar a evolução pela qual passou o Direito dos Danos, bem como a jurisprudência existente sobre este assunto.

O Congresso teve a participação de mais de 200 profissionais do mundo jurídico, incluindo juízes, professores e advogados, bem como inúmeros especialistas em direito do setor de seguros.

Por ocasião do Congresso, o Instituto de Ciencias del Seguro concedeu 10 bolsas de estudo a jovens advogados com menos de 30 anos. Com isso, a FUNDACIÓN MAPFRE contribui para o conhecimento das novas tendências do Direito dos Danos. |



FUNDACIÓN MAPFRE

Instituto de Ciencias del Seguro

T 91 581 20 08

Paseo de Recoletos, 23. Madrid

www.fundacionmapfre.com

FUNDACIÓN MAPFRE DIVULGA BOLSAS DE ESTUDO NA ÁREA DE SEGUROS

Para promover a pesquisa, a formação e a divulgação de informações sobre o setor de seguros, a FUNDACIÓN MAPFRE concede - em âmbito mundial - bolsas de estudos, prêmios e auxílios à pesquisa. Confira as oportunidades oferecidas na área de seguros para o ano de 2013.

30 Bolsas de Estudo de Pós-Graduação em Seguros para estudar em universidades espanholas durante o curso 2013-2014. O valor total de cada bolsa é de 6.000 euros e as inscrições podem ser feitas até 10/09/2013. Para mais informações, acesse o regulamento em www.fundacionmapfre.com.br/destaques.

10 Auxílios à Pesquisa "Ignacio H. De Larramendi" para pesquisadores interessados em desenvolver programas de pesquisa na área de Seguros. O valor do auxílio será de no máximo 15.000 euros. O prazo para registro e envio da documentação se encerra no dia 11/10/2013. O regulamento pode ser acessado no link: www.fundacionmapfre.com.br/destaques.

VII Prêmio Internacional de Seguros "Julio Castelo Matrán" criado para reconhecer trabalhos científicos que tratem de matérias sobre o setor de seguros. De periodicidade bienal, o prêmio concederá ao seu ganhador um reconhecimento em dinheiro no valor de 35.000 euros. O prazo para apresentação dos trabalhos é até 31/05/2014. O acesso ao regulamento e as inscrições podem ser feitos pelo link: www.fundacionmapfre.com.br/destaques.



AGENDA 2013

CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS

EVENTO	DATAS	LOCAL	CONVOCANTE
XL Congresso Annual	28-31 de julho	Sun City (ÁFRICA DO SUL)	FIA
Conferência Anual	4-7 de agosto	Washington (EUA)	ARIA
Simpósio 2013	5 de setembro	Munique (ALEMANHA)	DVS
Fórum 2013	29 de set - 2 de out	Maastricht (Países Baixos)	FERMA
Congresso 2013 ERM e BCM	4-5 de outubro	México DF (México)	RISK MÉXICO
XXIX Conferência Anual	6-9 de outubro	Victoria (Canadá)	RIMS CANADÁ
Conferência Seguro de Arte	17-18 de outubro	Budapeste (Hungria)	IFASIC
Congresso Risco e Seguro RIESGO 2013	17-18 de outubro	Las Palmas de Gran Canaria (Espanha)	Universidad de Las Palmas de Gran Canaria

“A incerteza está inserida nas decisões que tomamos no dia a dia”

A previsibilidade é um dos aspectos fundamentais na hora de estabelecer a política de riscos na Gás Natural Fenosa, afirma Martínez Castro. O grupo mergulhou no desafio de fazer cada vez melhor as coisas, pois “sabemos que isso é o mais barato a longo prazo”, e nesta empresa o seguro é visto como “um sócio” com alto nível de dedicação.

Sergio

Martínez
Castro

DIRETOR DE RISCOS DO GRUPO GÁS NATURAL FENOSA

Texto: ALICIA OLIVAS Fotos: MARTÍ E. BERENGUER



A Gás Natural Fenosa é uma multinacional que se tornou uma das principais operadoras de serviços de energia do mundo. Sua estratégia se baseia nos princípios de crescimento, integração, rentabilidade e qualidade, com uma clara orientação comercial, grandes investimentos em ativos de gás e eletricidade e presença em 25 países. Levando tudo isso em conta, quais são as marcas que identificam a política de Gerência de Riscos da empresa?

A previsibilidade da empresa é um dos aspectos fundamentais na hora de definirmos nossa política de risco, um aspecto cultural fruto da condição histórica, já que a Gás Natural Fenosa foi uma empresa regulada que tinha fluxo de caixa previsível e, para crescer, teve de enfrentar desafios como a abertura do mercado de gás e eletricidade na Espanha ou a internacionalização.

O desafio tem sido sermos capazes de lidar com esse caminho de crescimento, cada vez mais agressivo pela própria exigência de abertura dos mercados e pela diversificação geográfica; e a filosofia do risco é compatibilizar o crescimento com a previsibilidade. Isso tornou a empresa muito mais gerenciável e fez com que saibamos explicar melhor o que está se passando conosco e o que está acontecendo à nossa volta.

Poderia descrever, em linhas gerais, o modelo de Gerência de Riscos implantado em seu grupo e como ele funciona?

Por mantermos uma relação de parceria com as unidades de negócios, tentamos evitar que a função de riscos seja uma mera função de laboratório, porque, às vezes, ao apresentar uma abordagem nova, você corre o risco de que ela não deixe ne-

**“HOUE UMA
EVOLUÇÃO
BASTANTE
INTERESSANTE
NO
ENTENDIMENTO
DE QUAL É O
NOSSO PERFIL
DE RISCO
OPERACIONAL”**

nhuma marca na atividade. No nosso caso, procuramos ajudar o negócio, contribuindo com aspectos que sejam úteis, que estejam baseados na realidade, com uma visão mais quantitativa e complementar à visão comercial do negócio e à visão contábil tradicional.

Este elemento inovador faz com que as unidades de negócios não nos vejam como um concorrente, mas sim como um fornecedor de soluções, e esta é a linha mestra que sintetiza o trabalho da unidade de risco: sempre que possível trazer um enfoque quantitativo, mesmo que as hipóteses pareçam simples demais, e com isso acentuamos nossa relação de confiança.

A Gerência de Riscos na Gás Natural Fenosa conta com o envolvimento dos diretores?

Com certeza. A função de riscos nasceu em 2004 por um pedido da Diretoria. Foi uma ordem direta do Conselho e do Comitê Executivo, que pediram que houvesse uma área aglutinadora de algo que evidentemente já estava nascendo: a gestão da incerteza.

O apoio tem sido muito claro desde o início, e no dia a dia também temos um suporte bem visível. Anualmente apresentamos e discutimos o mapa de riscos empresariais junto com o Comitê de Auditoria e Controle, que é o órgão máximo em matéria de gestão de risco. Resumindo, a unidade teve origem na Direção, e é ela que olha para o futuro quando se trata de gestão da incerteza.

Você conseguiram que toda a organização assuma a gestão da incerteza como um aspecto inerente à atividade?

Tivemos muitos progressos. Seria muito presunçoso dizer que chegamos à situa-

ção ideal, porque no fim a incerteza é algo que afeta as decisões que tomamos no dia a dia, e ainda há certas ocasiões em que não conseguimos trazer-lhe essa visão mais científica.

Mas avançamos de forma significativa. Isso se materializou nas iniciativas que surgiram em algumas unidades que historicamente poderiam ter uma visão mais tangencial do risco. Por exemplo, a Área de Mudanças Climáticas acaba de pedir nossa colaboração para estabelecer um mapa de risco de mudanças

**“A DIREÇÃO É
O PRIMEIRO
ÓRGÃO QUE
OLHA PARA
O FUTURO
QUANDO SE
TRATA DE
GESTÃO DA
INCERTEZA”**

climáticas com um suporte quantitativo e de métricas bastante importante, ou também o pedido de um mapa de risco de reputação.

Tudo isso é um sintoma de que está havendo um amadurecimento cultural no que tange à Gerência de Riscos, pois já não se trata de a nossa unidade propor ou promover métricas e normas, e sim de atender aos pedidos de apoio que estão sendo feitos pela própria Direção e pelas unidades de negócios. Estamos num momento muito interessante da nossa história.



ANALISAR OBJETIVAMENTE O PLANO

Em 2010, a Gás Natural Fenosa apresentou seu plano estratégico. Como a Gerência de Riscos se envolve na estratégia global da empresa?

Durante 2010, foi feito um trabalho de apoio bastante intenso para analisarmos objetivamente até que ponto poderia haver ameaças ao seu cumprimento. O plano estratégico é o caminho, mas, como existe a incerteza, ainda mais no momento que estamos vivendo, nós tratamos de analisar objetivamente a solidez

**“CUMPRIMOS
ATÉ 2012 A
META DO PLANO
ESTRATÉGICO,
APESAR DE TODAS
AS DIVERGÊNCIAS
E DIFICULDADES
CIRCUNSTANCIAIS”**

desse caminho, e para isso tivemos uma colaboração muito grande. Termos nos preparado para o que vem acontecendo nos deixou bastante tranquilos. Nós somos uma das poucas empresas que não teve de dar um aviso de lucro abaixo do esperado (*profit warning*). Cumprimos a meta do plano estratégico até 2012, apesar de todas as divergências e dificuldades circunstanciais. Um dos aspectos que na hora se tornou crucial foi analisar objetivamente a classificação (*rating*) e a qualidade creditícia, dois complementos que hoje em dia sintetizam o “plano estratégico” de uma empresa. Trabalhamos bastante nisso para garantir que esse nível de crédito não ficasse em risco, embora tenham surgido novos agentes, como a crise da dívida, que dificultam muito mais essa linha de trabalho.

Um marco importante foi a integração da União Fenosa. Como foi feita a integração do ponto de vista dos riscos?

A ideia foi aplicar a mesma lógica cultural do tratamento ao risco que tínhamos na Gás Natural Fenosa, a mesma orientação. Nesse sentido, a integração foi bastante direta e teve custo baixo. Foi um caso de maiores proporções, dada a riqueza de negócios e nuances da atividade, mas podemos dizer que nosso esforço valeu a pena.

A empresa de energia comemora este ano seu 170º aniversário mantendo sua aposta na eficiência e na inovação. Quais são os projetos mais imediatos e como a Unidade de Controle e Gestão de Riscos os abordará?

Toda a linha de trabalho trata de enfatizar a confiabilidade da empresa. Há cada vez mais exigência, autoexigência, para sermos mais eficientes, e essa eficiência tem



uma influência muito grande no todo que é a gestão operacional, o que seria a parte mais relacionada com a segurança industrial, com a minimização de custos a longo prazo. Nesse sentido, há um compromisso bastante transversal de toda a organização para fazermos as coisas de modo cada vez melhor.

A área de Risco Operacional está ajudando bastante a traduzir os sinais que o mercado está esperando, principalmente o mercado de Resseguro, que no fundo é um juiz bastante objetivo e imparcial de como as coisas estão sendo feitas em termos de processos industriais. Este é o discurso que importa nos próximos anos: sermos muito mais eficientes perante a adversidade.

EQUILÍBRIO E PROATIVIDADE

Neste momento, qual é o aspecto mais delicado no que se refere a risco?

Sem dúvida é encontrar o equilíbrio certo entre a contribuição do negócio na Espanha e o melhor grau possível de diversificação internacional. Este exercício é o mais complicado, mas é onde estão as maiores oportunidades. Aqui temos de ser moderadamente otimistas, por exemplo, com a situação da Espanha e sua estabilização, e ver com essa perspectiva quais são as políticas que a longo prazo podem gerar mais valor para a empresa.

A internacionalização tem uma riqueza defensiva, e agora o desafio é ver qual é o ponto ideal, porque houve momentos em que até pareceu que se havia perdido o termômetro de qual é o ambiente de risco real do país. Esses sinais que por vezes o mercado nos dá por estar exagerando é que precisamos saber desinflar e analisar, e este é o ponto mais desafiante.

**“O RESSEGURO
É UM JUIZ
BASTANTE
OBJETIVO E
IMPARCIAL
DE COMO AS
COISAS ESTÃO
SENDO FEITAS”**

Que riscos vocês decidiram que devem ser geridos mais de forma proativa?

Um dos aspectos principais será a gestão da liquidez. Até que os mercados financeiros e a economia real se estabilizem e que isso se reflita nos mercados financeiros, este é um dos aspectos que precisamos conseguir gerenciar. Nós já transmitimos para os investidores que um dos nossos *drivers* de proteção é contar com o acesso a linhas de crédito e poder obtê-las a um custo razoável para que nos permitam realizar nossos planos de investimento a longo prazo. A qualidade creditícia é o nosso DNA, a carteira de identidade da empresa.

Como vocês estão abordando a proteção contra os riscos catastróficos, ambientais ou aqueles causados pelas mudanças climáticas?

Este é um dos grandes temas, e o de maior custo. Já comentamos antes que existe uma grande proatividade por parte da Unidade de Mudanças Climáticas para analisarmos objetivamente nossa exposição com maior antecipação e de um modo mais científico. Nesse sentido, estamos sendo cada vez mais proativos para modelizar as variações de volumes estacionais de gás e temos uma visão muito mais previsível da empresa.

Quanto à influência dos incidentes catastróficos no nosso resultado, estamos recorrendo a um equilíbrio certo com o mercado de resseguros para termos limites razoáveis tanto na parte ambiental quanto na catastrófica. A verdade é que está sendo difícil, porque cada vez há mais relutância por parte do mercado ressegurador em encontrar coberturas a preços razoáveis, e estamos entrando em choque com esse endurecimento de taxas, mas nossa cativa nos permite ser ativos no papel de moduladores.

Colocar sob controle os riscos no caso de expropriações representa que tipo de desafio para a sua área?

Na verdade, tudo é um desafio, e estamos surpresos e gratos com o dinamismo que existe no mercado segurador, que está promovendo soluções que até pouco tempo eram inconcebíveis. Obviamente o grupo está interessado em analisar e apurar as soluções que o mercado pode oferecer.

SEGUROS, INSTRUMENTO-CHAVE

Que importância se dá ao asseguração do risco na Gás Natural Fenosa?

Ele é um instrumento-chave. De alguma forma, houve uma evolução bastante interessante por parte da empresa no entendimento, antes de tudo, de qual é seu perfil de risco operacional. Ela também passou a ver o seguro não mais como algo administrativo, mas sim como um elemento que permite modular, gerir e mitigar esse risco. Nós deixamos de ver o segurador como um ente administrativo e passamos a considerá-lo um sócio que tem um alto nível de envolvimento na empresa, como se fosse um acionista, um credor ou um subscritor de títulos.

As diversas unidades de negócios da empresa estão envolvidas na renovação dos programas de seguros?

Sim, cada vez mais. Os negócios também avançaram muito no processo de entender qual é o papel do mercado segurador e quais são as forças motrizes na gestão, na fixação dos valores e os efeitos que podem ter nos prêmios. Quanto ao risco, tratamos sempre de ser muito transparentes, traduzindo os sinais do mercado segurador diretamente para as coberturas, porque entendemos que esta é a forma mais

"A ORGANIZAÇÃO TEM MUITO CLARO QUE O MELHOR SINISTRO É AQUELE QUE NÃO TEMOS"

eficiente de operar a longo prazo: que o negócio saiba de primeira mão a opinião de um prescriptor que, por fim, pode se tornar um sócio-segurador.

A evolução tem sido clara. Ela aparece muito na melhora qualitativa de como os valores são transmitidos e na orientação para que o negócio se responsabilize e proteja os valores que foram passados para o mercado segurador. A organização tem muito claro que o melhor sinistro é aquele que não temos.

Na sua opinião, quais são os desafios do seguro para proteger as empresas energéticas?

Encontrar o ponto de equilíbrio de retenção. Contamos com um instrumento, a sociedade cativa da empresa, que funciona como um modulador entre o mercado e o negócio. De certa forma, a chave está aí: a flexibilidade que podemos obter com a nossa cativa ante o mercado ressegurador, que nos permite ter acesso a melhores condições de retenção, limite, sublimite, etc. No fundo é isso, encontrar um ponto eficiente de intercâmbio de risco e de informações que a longo prazo seja o minimizador ou o maximizador da relação para ambas as partes. Ou seja, o ponto de equilíbrio em que o segurador vai se sentir mais confortável conosco e vice-versa.

O que vocês valorizam nas seguradoras com as quais trabalham?

A experiência nos provou que o aspecto mais valioso é ter uma relação cultural muito próxima, por meio da qual a seguradora entenda qual é a idiossincrasia da empresa, porque isso facilita muito as coisas, principalmente na expansão internacional, que acaba sendo o aspecto de maior custo.

Qual é a posição do 'autosseguro' na Gás Natural Fenosa?

Em termos de quantificação, nosso motor é encontrar o ponto ideal de autosseguro. Tanto é assim que, quando analisamos objetivamente nossa exposição operacional, o ponto de partida sempre é ver o que aconteceria se a Gás Natural Fenosa se autossegurasse por completo e, a partir daí, analisar de que forma contar com uma solução seguradora permite reduzir a longo prazo esse custo de autosseguro levado a esse extremo. Isso é algo que estamos revendo, monitorando permanentemente, e a sociedade cativa é o instrumento que permite abranger esse nível de retenção ou de autosseguro ideal.

O papel da cativa vem crescendo. Ela tem sido um elemento-chave na integração da Gás Natural e da Unión Fenosa, porque, sendo uma empresa maior e contando com uma cativa, isso força o mercado a oferecer soluções nas quais este instrumento potencie ainda mais sua presença e seu papel de intermediador e modulador do risco. Portanto, a cativa tem sido fundamental na hora de responder a esta exigência do mercado e também para monitorar se estamos no nível ideal de retenção.

PREVENÇÃO E SINISTROS

O que significa a prevenção para a Gás Natural Fenosa?

É o caminho para a excelência na eficiência. Entendemos que sermos mais eficientes, termos um comportamento operacional melhor e sermos uma empresa mais previsível passa naturalmente pela prevenção. De fato, ela sempre foi algo consubstancial ao negócio, um pilar fundamental ao qual foram destinados muitos recursos, e estamos em um processo reite-



**"A SOCIEDADE
CATIVA
FUNCIONA
COMO UM
MODULADOR
ENTRE O
RESSEGURO
E O NEGÓCIO"**

rativo e contínuo de melhora da excelência na prevenção porque entendemos que este é o único caminho para a eficiência. A empresa mergulhou no desafio de fazer cada vez melhor as coisas porque sabemos que isso é o mais barato a longo prazo.

Como vocês atuam em caso de sinistro?

A gestão de sinistros tem de contar com um sócio de primeira linha, que é o próprio negócio. Em coerência com o desafio da prevenção, o sinistro é interiorizado como algo que deve ser evitado. De certa forma, identificar a tipologia de sinistros que enfrentamos torna o negócio mais forte nesse caminho de prevenção e também na hora de gerenciar os incidentes, porque, no fim, o que se pretende é minimizar danos, tanto da ótica interna – especialmente quando afeta pessoas – quanto da externa, como um sinal para o mercado de seguros de que estamos trabalhando da

forma mais diligente, como uma mostra de controle interno e de eficiência econômica.

Neste âmbito, há uma relação muito estreita entre os negócios e a Direção Geral de Comunicação para que se coordenem em mensagens, sinais e ações. E os resultados até agora têm sido bastante satisfatórios em todos os gerenciamentos de crise. Esta unidade de gestão melhorou muito, sempre orientada para a excelência na eficiência como a maior credencial tanto nas operações como na reputação.

**"CRESCEU A
VISÃO DO RISCO
COMO ALGO
NATURAL E QUE
ELE É, EM SI
MESMO, UM
GERADOR DE
VALOR A LONGO
PRAZO"**

GERÊNCIA DE RISCOS E GERENTES

Em sua opinião, a Gerência de Riscos têm uma posição e uma visibilidade cada vez maiores nas empresas?

Nos últimos anos percebeu-se uma evolução muito clara tanto da própria visibilidade corporativa quanto na amplitude das disciplinas e categorias de risco. Nota-se que o nível na Espanha é cada vez mais ambicioso. Cresceu a visão do risco como algo consubstancial e que ele é em si mesmo um gerador de valor a longo prazo mais do que uma ameaça, e

O DESAFIO: CONFIAR NA GESTÃO DO RISCO A LONGO PRAZO

Sergio Martínez Castro nasceu em Cerdanyola (Barcelona) em 1971. É formado em Ciências Econômicas e Empresariais pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) e tem MSc em Economia pela Universidade Pompeu Fabra (UPF). Sua carreira começou nesta universidade como professor assistente e continuou na Arthur Andersen como chefe de equipe da Divisão de Empresas reguladas. Sua carreira na Gás Natural Fenosa começou em maio de 1999, como Controller de Controle e Gestão Internacional, sendo, em 2004, nomeado responsável pela Unidade de Controle e Gestão de Riscos, que dirige até hoje.

De acordo com Martínez Castro, esta unidade "aglutina uma visão corporativa

do que é a incerteza. Ela se responsabiliza por desenhar o perfil de risco da empresa. E, de acordo com esse perfil, propõe qual deveria ser o perfil de risco objetivo consubstancial com a nossa cultura organizacional e com o nosso perfil de negócio". Ela também se ocupa de gerir esse *gap* entre perfil de risco e perfil de risco objetivo, "por meio de uma série de instrumentos, políticas, normas e pelo estabelecimento de métricas e limites que de alguma forma permitam que a empresa possa ficar confortável no risco, na incerteza, como algo intrínseco que permite melhorar a eficiência pelo fato de aceitá-lo e gerenciá-lo com eficiência".

Para isso, a unidade dispõe de duas estruturas: a corporativa (com

três categorias de risco) e outra de implementação do negócio (atacadista ou varejista). "Na primeira, as três pernas correspondem a: Risco de Mercado, que é responsável pela gestão de riscos de preço, principalmente de commodities, taxas de câmbio e taxas de juros; Risco de Crédito, que define as políticas, limites ou a quantificação da nossa posição de crédito tanto comercial como financeiramente; e a área mais relacionada com o mundo dos seguros, que é o Risco Operacional Segurável". Além disso, existem duas unidades voltadas aos negócios de maior exposição: os riscos de energia no atacado, que, segundo Martínez Castro, "funcionam como uma ligação entre as três pernas iniciais, mais corporativas, e o negócio". A relação com as diferentes

que ele só pode ser enfrentado com um programa de seguros.

Qual é a contribuição da gerência de riscos para a responsabilidade social corporativa de qualquer organização?

Ela funciona como um tradutor, um sintetizador de toda a práxis que uma organização desempenha para satisfazer a todos os seus grupos de interesse. A gerência de riscos, por essa visão transversal

**“A PREVENÇÃO
É O CAMINHO
PARA A
EXCELÊNCIA NA
EFICIÊNCIA”**

que todas as categorias do risco possuem, é um bom comunicador e um elo que liga todas as políticas que estão voltadas a satisfazer esses grupos de interesse.

Como avalia o papel das associações no desenvolvimento e conhecimento da profissão de gerente de riscos?

Elas são elementos dinamizadores e realmente de apoio, porque muitas vezes o gerente de riscos se vê sozinho. A simples troca de experiências é enriquecedora e não comprometedora. Vale a pena aproveitar estes fóruns para compartilhar estas vivências. |



unidades de negócio da empresa é de parceria. Desde a sua fundação, “a Unidade de Controle e Gestão de Riscos tentou desenvolver uma função complementar, onde o conhecimento e a assimilação da incerteza e seus efeitos sejam vistos como algo natural, e mais como uma oportunidade do que como algo coercitivo e fiscalizador”, afirma Martínez Castro. E acrescenta: “Nós sempre tentamos acompanhar os negócios, fornecendo uma visão complementar à sua abordagem mais tradicional e que, de

alguma forma, o risco não seja visto como algo contingente, e sim como uma força que gere valor”.

Para o Diretor de Riscos da Gás Natural Fenosa, o desafio atual é “sermos capazes de confiar cada vez mais na gestão do risco com uma perspectiva de longo prazo; em geral, todas as corporações têm isso claro”. E isso, em sua opinião, significa “podermos nos sentir confortáveis com a medição de riscos, métricas, em

horizontes mais táticos, e olhar um pouco mais para o plano estratégico e as decisões a longo prazo, e que o risco seja intrinsecamente uma força. Nisso ainda temos um bom chão a percorrer.

Na sua opinião, a Espanha deu uma “arrancada significativa” em gerência de riscos, e os gerentes desfrutaram uma maior visibilidade nas empresas. “As circunstâncias definitivamente também conduziram a isso. As empresas estão cada vez mais generosas em termos de informação e estão se defendendo de forma importante e admirável ante uma situação muito complicada. Nós vimos como, em outros países, grandes empresas estão tendo mais problemas que nós, sendo que as nossas circunstâncias são muito piores”.

A indústria do seguro e a crise: *perspectivas*

Por ocasião do tradicional encontro de Ano Novo, realizado no Museu do Chocolate de Colônia, que reúne clientes, corretores e diversas instituições e associações alemãs, o professor da Universidade de Leipzig Fred Wagner apresentou a palestra sobre a crise da dívida soberana e o seguro, que resumimos a seguir.

PROF. DR. FRED WAGNER
Coautora: KATJA BRANDTNER
UNIVERSIDADE DE LEIPZIG

A indústria do seguro está em fase de transição e isso está acontecendo num período de mudanças. A crise virou regra. Desde 2001 as seguradoras alemãs enfrentam permanentemente a crise e suas consequências. Seu modelo empresarial demonstrou sua robustez primeiro frente à crise dos mercados bursáteis, depois frente à crise da dívida soberana. Esta última, com suas baixas taxas de juros, o forte aumento na volatilidade dos mercados de investimento e o cenário de qualificações negativas, tornou-se, por enquanto, o desafio mais agressivo para o setor de seguros, mesmo quando o último relatório sobre estabilidade financeira da Autoridade Europeia de Seguros e Pensões de Aposentadoria (AESPJ) mostra leves sinais de recuperação. Seguros de Vida à parte, os prêmios e a rentabilidade se estabilizaram. Ainda assim, os níveis decrescentes de solvência e liquidez são claros sinais de alerta.



ILLUSTRATION STOCK

ANTECEDENTES E CAUSAS DA CRISE

Permitam-me examinar brevemente as causas da crise atual. Nos debates públicos na Alemanha, escutam-se expressões como “crise da dívida soberana”, “crise da dívida”, “crise do euro”, “crise bancária” e “crise financeira”. Os termos mais frequentes são “dívida”, “financeira” e “crise do euro”. Eles mostram a amplitude do problema, mas ao mesmo tempo são muito pouco específicos. O fato é que a crise euro-

peia, hoje, é muito menos uma crise de dívida soberana do que uma crise reguladora. O que se deduz dos claros déficits nas balanças dos Estados membros é que não se chegou a uma concordância sobre uma união fiscal que possibilite que, de forma automática, os membros mais fortes sustentem os mais fracos. Contudo, ao compartilharem o uso de uma moeda única, já não é possível voltar a utilizar a eficaz receita da desvalorização em momentos de queda na competitividade de um Estado membro.

Além disso, a massiva desregulamentação dos mercados financeiros, sua digitalização e interconexão praticamente integral, sua expressão quantitativa e a crescente dívida estatal criaram um coquetel tóxico que vai envolver toda a sociedade, mas principalmente a indústria do seguro, durante anos.

A DÍVIDA ESTATAL COMO GRAVE PROBLEMA SOCIAL

Às mudanças ocorridas nos últimos dez ou quinze anos subjaz, no entanto, um problema ainda mais grave: a Alemanha, por exemplo, registrou 1,6 bilhão de euros de dívida contraída entre os anos 1950 e 2008. Quase o mesmo valor, 1,5 bilhão de euros, foi pago a título de juros por essa dívida nesse mesmo período. Portanto, o benefício da liquidez a curto prazo gerou problemas a longo prazo. Naturalmente, a Alemanha agora tem a responsabilidade especial de financiar a reunificação. Ainda assim, dívidas soberanas não são contraídas por acidente. Elas surgem:

- porque os cidadãos exigem mais benefícios de seus Estados, que nos momentos de mudanças estruturais podem ser até inadequados, ao mesmo tempo em que querem a redução das alíquotas de imposto, no melhor dos casos;
- porque os políticos, tendo as próximas eleições em vista, atrasam os ajustes estruturais necessários e não revelam verdades pouco agradáveis para o público. Desde a década de 1970, por exemplo, já eram previsíveis os pro-

blemas que estão surgindo agora com relação aos fundos de reserva para nossas pensões.

CONFIANÇA E CLIENTE

Mas o que significa para os cidadãos o que foi descrito anteriormente? A necessária consolidação fiscal reduz a eficiência do Estado, e faltam recursos sociais para financiar as pensões. Caberia pressupor, então, um aumento na demanda dos produtos relacionados com as pensões privadas. Na teoria, deveria observar-se um forte aumento dos produtos de Vida-Poupança, geradores de patrimônio.

Todos nós sabemos: não é assim.

O que isso prova? O setor de seguros está mais afundado na crise do que gostaríamos de acreditar. Durante a crise os clientes ficaram mais céticos. Certamente, com a ajuda da Internet, eles estão mais bem informados. Também estão mais atentos aos preços, mostram mais desejo de mudança, maior indecisão. Buscam segurança, mas ao mesmo tempo querem manter a flexibilidade.

A urgência da consolidação que acabamos de descrever, a mudança nas circunstâncias da vida e a importante e significativa indecisão revelam a necessidade de uma ampla “reconsideração” social. E aqui há uma oportunidade para a indústria do seguro. Como um dos intermediários mais importantes da nossa sociedade, nossa indústria pode e deve liderar de forma mais ativa – com independência dos políticos do momento – os de-

A INDÚSTRIA DO SEGURO PODE E DEVE LIDERAR DE FORMA MAIS ATIVA OS DEBATES SOBRE COMO GARANTIR NOSSAS PENSÕES, COMO ADAPTAR-NOS ÀS MUDANÇAS GLOBAIS E ÀS RUPTURAS ESTRUTURAIS



bates sobre como garantir nossas pensões, como adaptar-nos às mudanças globais e às rupturas estruturais. Esta é a oportunidade para recuperar a confiança perdida.

2013: UM ANO DE TRANSIÇÃO NA EUROPA

Em termos gerais, provavelmente em 2013 chegaremos a um remanso que nos parecerá imensamente tranquilo depois das turbulências dos últimos anos. A combinação do MEDE (Mecanismo Europeu de Estabilidade) com o programa de compra de títulos do BCE (Banco Central Europeu) deve acalmar os mercados (em um princípio). Agora se exige que os governos europeus desenvolvam mecanismos à prova de futuro para a integração econômica e fiscal europeia, implementem as reformas necessárias nas estruturas nacionais e reduzam a dívida pública.

Logo se verá a reação dos mercados à estabilidade da atual arquitetura financeira europeia com o exemplo da Espanha e de Chipre. Com certeza também é interessante o resultado das eleições italianas, nas quais o terceiro maior poder econômico da Europa, depois da Alemanha e da França, elegeu seu novo governo. Será interessante conhecer o desenvolvimento da situação na Itália e verificar se o entusiasmo pela reforma italiana está se diluindo. Cabe imaginar

qual será a reação dos mercados financeiros: ela afetará não apenas os títulos do Estado italiano como também os de todos os países europeus em crise. As seguradoras que estiverem muito comprometidas, especialmente na Espanha e na Itália, terão de enfrentar a redução de suas qualificações creditícias, com a consequente redução de sua competitividade.

SOLVÊNCIA II

Os desdobramentos no Solvência II repercutem diretamente na indústria do seguro. Como se sabe, a Comissão Europeia postergou seu lançamento também devido à crise atual. Enquanto isso, surgirão os desdobramentos de sua aplicação gradual entre 2014 e 2017.

Segundo as previsões atuais, os resultados dos últimos estudos de impacto quantitativo serão divulgados entre abril e junho e mostrarão se as normas vigentes são realmente adequadas para refletir de forma precisa e quantificável a situação do risco individual nas empresas individuais. Os modelos de evolução das taxas de juros continuam sendo cruciais. Na realidade, está-se de olho no colchão financeiro para as garantias a longo prazo das seguradoras de Vida e Saúde. Conforme as propostas atuais, as exigências de capital por risco variam radicalmente, dependendo das taxas de juros a curto prazo, o que faz com que os gestores de risco e de investimentos assumam grandes desafios.

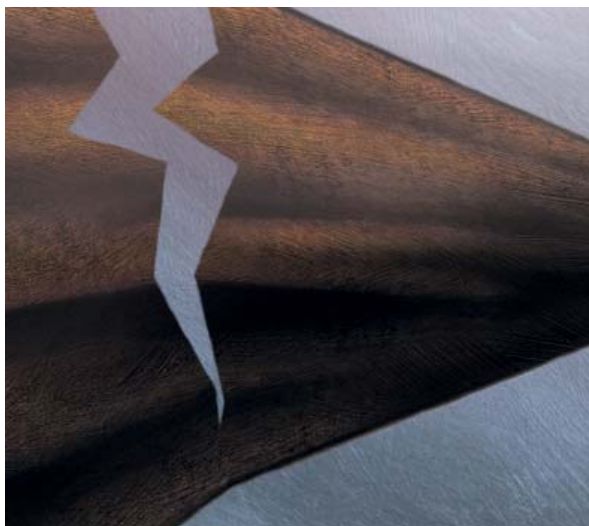
Quanto aos problemas da dívida soberana, é preciso destacar que a regulação prevista não é incentivadora, uma vez que favorece a dívida do Estado na capitalização do risco. Os principais tipos de ativos, como os bônus de empresa, os bônus garantidos, as ações ou participações em bens imóveis e em sociedades de capital, ficarão também, por comparação, “mais caros” e, portanto, menos atraentes, o que é difícil de entender, se observarmos o

papel estabilizador que a indústria do seguro desempenha para a economia em geral como provedora de capital a longo prazo.

2013: UM ANO DE TRANSIÇÃO TAMBÉM A NÍVEL INTERNO

Também a nível interno na Alemanha, 2013 vai ser um ano de transição. O ano das eleições federais sempre carece da tranquilidade necessária para as grandes iniciativas legislativas. Ao invés disso, durante a campanha eleitoral, além da dívida nacional e a futura organização do sistema bancário, abordaremos outras questões importantes diretamente relacionadas com a indústria do seguro, entre elas o crescimento demográfico e a reorganização nas áreas de pensões e saúde a longo prazo, assim como as mudanças climáticas.

Quanto à economia, todos os especialistas partem da hipótese de um ligeiro crescimento na Alemanha no ano de 2013. O critério de moderação da indústria e dos serviços alemães, já aplicado em 2012 devido à crise da dívida soberana, continuará em 2013.



IMPORTÂNCIA DA CRISE DA DÍVIDA SOBERANA PARA A GESTÃO DO CAPITAL

Com o cenário descrito, aumentam os desafios que os gestores de capital têm de enfrentar. A política de dinheiro fácil, que é útil – quando não necessária – para os bancos e também para os Estados endividados, é difícil para as seguradoras. Se considerarmos os interesses segurados, especialmente no caso dos seguros particulares, os desafios são bastante grandes. As últimas análises e o exemplo do Japão mostram que as seguradoras de Vida provavelmente poderão enfrentar taxas baixas de juros durante décadas, mas isso gera resultados insatisfatórios para os seus investidores.

Além do alto grau de volatilidade, a ampliação dos diferenciais das taxas de juros (países periféricos da zona do euro, dívida bancária) e os riscos sistêmicos põem a gestão dos ativos à prova. Também continua a (exagerada) pressão na qualificação da dívida do Estado e, consequentemente, de todos os ativos, e os mercados estão determinando preços com base em qualificações significativamente mais baixas em alguns casos.

Portanto, muitas colocações podem deixar de ser cogitadas, especialmente no sul da Europa. A diversificação de benefícios pela padronização de sistemas com certeza ainda não foi plenamente explorada, mas continua sendo difícil definir o modelo. Em consequência desta emergência de investimento, é preciso encontrar e integrar novos tipos de ativos (como infraestruturas, energias renováveis e redes elétricas) e novos emissores (especialmente de mercados emergentes). Todavia, isso aumenta significativamente a complexidade tanto em matéria de organização como de capacidade, e particularmente na transposição dos modelos para a prática.

LIBERDADE DE AÇÃO NA PRÁTICA ATUARIAL

Mas, se em consequência da crise, a capacidade do mercado de capitais de gerar rendimentos num futuro próximo se debilita, isso significa que a prática do seguro volta a estar novamente na mira dos lucros. E, neste terreno, as seguradoras individuais têm oportunidades e opções de ação.

Se observarmos a indústria do seguro como um todo, os esforços devem dirigir-se para o desenho do produto (a chave: garantias menores), para os produtos resultantes da combinação de novos negócios (a chave: menor absorção de capital de risco pelos seguros de invalidez, produtos vinculados a fundos de investimento), para a apuração do risco na subscrição, para os custos e, quando for possível, para os preços. Os fundos próprios podem ser reforçados, por exemplo, reduzindo-se a participação nos benefícios correntes, com a retenção dos ganhos e por meio do capital híbrido.

2012: UM ANO DECISIVO PARA A INDÚSTRIA DO SEGURO

Se no campo dos seguros industriais dermos uma olhada retrospectiva em 2012 e prospectiva no futuro imediato, é possível afirmar que o mercado está se mexendo.

Vários sinais de mudança podem ser observados. Os planos já explícitos da Swiss Re de intervir como seguradora industrial de primeira ordem provam mais uma vez que a competitividade está retomando suas forças. Começou a corrida por no-

vas áreas de crescimento que sejam lucrativas. A internacionalização aumenta, tanto quanto os amplamente criticados desejos de inovação. E, não menos importante, o ciclo brando está chegando ao fim, pelo menos em algumas áreas.

O aumento do preço por não-pagamento nos prêmios das frotas de veículos de empresa foi o primeiro de uma série de subidas de preços em todo o mercado. O rigor na seleção dos clientes no mercado dos seguros de responsabilidade e sobre bens revela o endurecimento das condições.

INDÚSTRIA DO SEGURO: CONCORRÊNCIA E INTERNACIONALIZAÇÃO

Permitam-nos continuar a abordar brevemente os planos das resseguradoras. Sua demanda de novos segmentos é compreensível neste contexto de crise e de menor crescimento do mercado de resseguro em comparação com o mercado de seguro direto. Mas não é possível, da noite para o dia, reduzir a vantagem das seguradoras industriais já consolidadas em termos da relação corretor-cliente, das estruturas para a emissão e gestão das apólices, no terreno dos programas de seguros internacionais, bem como na tramitação de sinistros. A relativa independência da MAPFRE GLOBAL RISKS de resseguradoras não vinculadas constitui um importante fator competitivo¹.

Além disso, as seguradoras diretas também competirão muito na fase que virá. Provavelmente todos somos conscientes de que a ACE anunciou a intensificação de sua atividade na Alemanha. Ao



VÁRIOS SINAIS DE MUDANÇA PODEM SER OBSERVADOS NO MERCADO DOS SEGUROS INDUSTRIAIS. A INTERNACIONALIZAÇÃO AUMENTA TANTO QUANTO OS AMPLAMENTE CRITICADOS DESEJOS DE INOVAÇÃO

mesmo tempo, observamos como, por exemplo, a HDI-Gerling e a Allianz estão se voltando cada vez mais para os mercados emergentes. Neste contexto, também é especialmente importante para a sua empresa conhecer os resultados dos novos competidores na América Latina e o nível de pressão que exercem sobre a MAPFRE como líder de mercado nessa área².

SEGURO INDUSTRIAL: INOVAÇÃO

Num mercado mais competitivo e com um interesse de mercado insuficiente para compensar a inflação ou as perdas nos resultados atuariais, a velocidade, a inovação e as novas áreas de crescimento são chaves que prometem êxito no futuro.

Certamente, não é pertinente a acusação de que, como um conjunto, os seguros industriais não são inovadores o bastante, mas sim parte de algo certo que podemos captar rapidamente ou pensar a respeito: a inovação no seguro industrial é mais uma evolução que uma revolução. As novas coberturas se desenvolvem efetuando um ajuste individualizado das cláusulas de cobertura, respondendo passo a passo às demandas dos novos clientes e modificando os riscos.

Mas o que também captamos é a complexidade da transferência de riscos para novas áreas, e não só porque geralmente o diálogo não é realizado entre duas partes, mas entre três: com os clientes, com os seguradores diretos e com as companhias de resseguro, a não ser em casos especiais, quando:



- não há histórico de perdas;
- os grandes sinistros e os riscos catastróficos são ameaçadores;
- a concorrência entre seguradoras diretas e resseguradoras é cada vez maior;
- os vínculos mundiais são cada vez mais complexos.

O aumento dos investimentos em know-how e pesquisa por parte das seguradoras provavelmente constituirá uma chave de sucesso para ampliar os limites da segurabilidade. Entre outras razões, isso explica que as seguradoras ofereçam cada vez mais apólices para a proteção dos intan-

¹ Véase Moody's (10/2012): Credit Opinion: MAPFRE GLOBAL RISKS (Parecer sobre crédito: MAPFRE GLOBAL RISKS), pg. 4.

² Véase Engelhardt, R. (2012): MAPFRE stärkt Marktführerschaft in Zentralamerika, en: Versicherungswirtschaft, No. 15 (Agosto), 2012.



O AUMENTO DE INVESTIMENTOS EM KNOW-HOW E PESQUISA POR PARTE DAS SEGURADORAS PROVAVELMENTE CONSTITUIRÁ UMA CHAVE DE SUCESSO PARA AMPLIAR OS LIMITES DA SEGURABILIDADE

gíveis, como contra o risco de violação dos direitos sobre a propriedade intelectual, a pirataria na informática, a perda de uso ou a contravenção das leis sobre proteção de dados.

CONCLUSÃO

Talvez também tenhamos de enfrentar um problema de “expectativas”. Provavelmente todos nós já experimentamos no dia a dia como a informatização e a globalização aceleraram enormemente a nossa vida. Esta também é a realidade dos nossos clientes. Os processos que apenas uma década atrás se vislumbravam a muito longo prazo hoje em dia começam no seu teclado. Esta tendência modifica as expectativas das pessoas. Tudo tem de estar disponível imediatamente, se possível.

E esta expectativa não deixa de fora as seguradoras. Teremos de suportar este aparente anacronismo e agir rápido, talvez mais rápido que poucos anos atrás. Mas as seguradoras também devem preservar o valor do longo prazo para seus clientes e sócios, valor que o seguro proporciona inclusive (ou especialmente) por sua cautela.

Com a aceleração e a desaceleração, abrem-se duas vias de navegação, e ambas podem levar ao sucesso, se forem utilizadas visando ao objetivo e com a intenção de buscar a diferenciação. Os tempos de mudança como os que estamos vivendo servem para analisarmos nossas posições, buscarmos outras, testarmos práticas melhoradas e descobriremos coisas novas. |

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

- AON (ed.) (2012): Market Report 2012 (Relatório sobre o mercado em 2012. Publicação da AON).
- EIOPA (ed.) (2012): First Half-Year Financial Stability Report 2012 (Relatório da AESPJ sobre Estabilidade Financeira. Primeiro semestre de 2012).
- Engelhardt, R. (2012): MAPFRE stärkt Marktführerschaft in Zentralamerika, en: Versicherungswirtschaft, no. 15 (Agosto), 2012.
- Engelhardt, R. (2012): Stabwechsel beim Branchenprimus, en: Versicherungswirtschaft, No. 3 (Fev.) 2012.
- MAPFRE (ed.) (2012): MAPFRE increased 10.5% its revenues (€19,412 million) and by 9.1% its recurring results (€738 million) in the first nine months of the year (Sala de imprensa MAPFRE 2012. A MAPFRE teve aumento de receita de 10,5% (€19,412 bilhões) e de 9,1% em seus resultados periódicos (€738 milhões) nos primeiros nove meses do ano).
- Marsh (ed.) (2012): Marsh Monitor (5/2012) (Publicação da Marsh. Monitoramento (5/2012)).
- Moody's Investors Service (ed.) (2012): Credit Opinion: MAPFRE GLOBAL RISKS (10/2012); (Publicação da Moody's Investors Service. Parecer sobre crédito: MAPFRE GLOBAL RISKS (10/2012)).
- Standard & Poor's (ed.) (2012): Research Update: MAPFRE (10/2012). (Publicação da Standard & Poor's (2012): Últimas pesquisas: MAPFRE (10/2012)).
- Swiss Re (ed.) (2011): Sigma 4/2011.
- Lier, M. (2012): Es tut sich was in der Industrieversicherung, en: VersicherungsJournal. de (6.9.2012).

A COBERTURA de Lucros Cessantes:

“um traje sob medida”

Se de modo geral é importante que qualquer apólice se ajuste às características do risco que se quer segurar, no campo das perdas indiretas que ocorrem depois de um sinistro de danos materiais isso é fundamental. Não existem duas empresas iguais e não deve haver duas apólices de Lucros Cessantes iguais: a apólice deve ser “um traje sob medida”.

ROBERTO REVENGA
IGNACIO LORENZO
GRUPO ADDVALORA

Para isso é essencial conseguir o máximo de informações possível sobre o risco que se quer segurar. Esses dados podem ser obtidos no website da empresa, no Registro Mercantil, por meio de empresas especializadas em informações econômico-financeiras... e, fundamentalmente, do próprio segurado, que deverá responder com veracidade e detalhes o questionário que lhe será apresentado pela seguradora ou pelo corretor.

A cobertura de Lucros Cessantes ou Perdas de Receita ou Perdas e Danos, que pode ser cha-

mada dessas três formas, garante que o sinistro não afete os lucros previstos pela empresa. Isto é, este seguro coloca a empresa na mesma situação financeira em que ela estaria se o sinistro não tivesse acontecido.

Obviamente, uma interrupção ou perturbação de uma semana no processo produtivo, que equivale aproximadamente a apenas 2% da produção anual, não afetará todas as empresas da mesma forma. Isso dependerá, por exemplo, de se a empresa trabalha contra-pedido ou para estoque, de se seu processo é contínuo (fábricas de alumínio,



**A COBERTURA
DE LUCROS
CESSANTES
COLOCA A
EMPRESA
NA MESMA
SITUAÇÃO
FINANCEIRA
EM QUE ELA
ESTARIA SE
O SINISTRO
NÃO TIVESSE
ACONTECIDO.**

refinarias de petróleo...) ou não, de se tem um estoque de mercadorias de dias ou de semanas, de se trabalha 24 horas diárias sete dias por semana, de se a capacidade de produção é maior que a capacidade de vendas ou, ao contrário, a capacidade de vendas é maior que a de produção...

A apólice cobre “a perda de volume de negócio atribuível ao sinistro durante o período de indenização, bem como o incremento nos custos operacionais e os gastos extraordinários em que o segurado incorreu e que foram feitos para minimizar ou evitar a perda de vendas”, sempre com o limite da perda de margem bruta que ela evita, ou seja, os custos e gastos extras devem ser rentáveis.

Para que haja indenização com esta cobertura, o sinistro tem de haver afetado os lucros da empresa:

$$\text{RECEITA} - \text{DESPESAS} = \text{LUCRO}$$

Ou seja, ele deve afetar o faturamento (causar perda de vendas) ou as despesas (causar despesas extras), ou ambos, que é o que costuma ocorrer nos sinistros graves.

Também é habitual em muitas empresas que interrupções ou perturbações de poucos dias não afetem seus lucros por elas terem uma capacidade de produção superior à de vendas, o que é frequente em épocas de crise como a atual, e por terem estoques de mercadorias equivalentes a 1-2 meses de produção.

Os três parâmetros fundamentais de uma cobertura de Lucros Cessantes – que pode ser muito completa, pois podem ser garantidos os lucros cessantes ou as perdas

operacionais por incêndio, avaria de maquinaria, eventos em fornecedores ou clientes, falta de abastecimento público, impossibilidade de acesso, etc. – são:

- o valor segurado;
- o período máximo de indenização, e
- a franquia.

O valor segurado é a margem bruta da empresa e pode ser calculado de duas formas:

$$\text{Por adição: MB} = \text{DF} + \text{LL}$$

$$\text{Por subtração: MB} = \text{VN} - \text{DV} + \text{Variação de estoques}$$

sendo:

- DF: despesas fixas ou despesas permanentes (não são proporcionais à produção e costumam continuar iguais após um sinistro);
- DV: despesas variáveis (são proporcionais à produção e costumam ser evitadas após um sinistro);
- VN: volume de negócios (a receita anual normal da empresa);
- LL: o lucro líquido gerado pelas atividades de negócios seguradas da empresa antes da dedução dos impostos sobre o lucro;
- Variação de estoques: estoques no fechamento do ano menos os estoques no início do ano.

A margem bruta (MB) também é chamada de lucro bruto (LB). Nós preferimos chamá-la de margem bruta (MB), pois os contadores confundem lucro bruto (LB) com o lucro antes dos impostos.

Normalmente não há problemas para calcular a margem bruta, e recomendamos usar o método da adição, pois assim ficam

especificadas as despesas fixas seguradas e a porcentagem segurada (despesas semifixas ou semivariáveis e de manutenção, tais como eletricidade, telefone...).

Embora seja difícil prever o lucro líquido para o próximo ano, para evitar infra-seguros, existe uma cláusula de aumento de cobertura automático, que costuma ficar de 20% a 40% normalmente que permite que o valor segurado seja corrigido após o encerramento do exercício e assim que as contas anuais tiverem sido auditadas.

A apólice deve ser desenhada para cobrir um sinistro grande, e por isso é aconselhável analisar o pior sinistro possível e o tempo que seria necessário para normalizar os negócios da empresa.

Uma vez que a cobertura do Reino Unido (*loss of profits*), que é a se usa normalmente na Europa, oferece um período de indenização que vai do dia do sinistro até o momento em que as vendas se normalizem (na modalidade *gross earnings* – ou ganhos brutos – esse período só vai até a produção voltar ao normal), deve-se sempre considerar o prazo para reconstruir as instalações e substituir as máquinas principais mais os 4-6 meses necessários para a remoção de escombros, alvarás, projetos, recuperação de 100% da produção, reposição do estoque de segurança...

Se o período de indenização que estipularmos for igual ou inferior a 12 meses, o valor segurado deve ser equivalente a 12 meses, e se o período máximo de indenização estiver entre 12 e 24 meses, o valor segurado deve ser o correspondente a 24 meses. É comum encontrarmos sinistros graves com períodos máximos de indenização claramente insuficientes.



Por último, outro elemento a ser estabelecido é a franquia. Ela normalmente é por tempo, mas geralmente não vem devidamente definida, o que cria problemas nos ajustes dos sinistros.

Para uma franquia de cinco dias, por exemplo, quais cinco dias são esses: os primeiros cinco dias corridos ou os primeiros cinco dias produtivos? Eles são cinco dias proporcionais ao período de indenização? Nossa sugestão é que isso seja especificado. Por exemplo: X dias produtivos com um mínimo de Y € (este último é para eliminar sinistros pequenos, que não costumam afetar os lucros da empresa).

Em resumo, se, com as informações adequadas, conseguimos determinar o valor segurado correto e sua correspondente cobertura automática e fixar um período de indenização máximo que seja suficiente mesmo para o pior sinistro possível (a destruição total da empresa) e uma franquia que, além de baratear a apólice, nos permita eliminar aquelas interrupções dos negócios que não vão afetar os lucros anuais da empresa, via de regra a cobertura pode garantir que o sinistro não vai afetar a situação financeira da empresa, ou seja, mesmo que haja um sinistro, seus lucros serão os mesmos. |

SE O PERÍODO MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO FOR IGUAL OU INFERIOR A 12 MESES, O VALOR SEGURADO DEVE EQUIVALER A 12 MESES; SE O PERÍODO DE INDENIZAÇÃO OSCILAR ENTRE 12 E 24 MESES, O VALOR SEGURADO DEVE SER DE 24 MESES



ILLUSTRATION STOCK



Estimativa de Perdas Máximas *por* **sinistros**

Utilidade para

segurados industriais

As decisões de proteção técnica de segurança e financeira de retenção, seguros e ARTs (alternativas de transferência de risco) de uma empresa são tomadas com base em análise de riscos e outras considerações empresariais. A estimativa de Perdas Máximas representa uma informação econômica sobre limites indispensável para a definição adequada do programa de Gerência de Riscos.

Muito de vez em quando, uma série de circunstâncias adversas coincidem e resultam na ocorrência de sinistros de destruição máxima. Nesses casos, algumas das circunstâncias não podem ser controladas nem orgânica nem tecnicamente pelos responsáveis da organização, ultrapassam suas medidas de proteção e as de socorro externos e geram perdas humanas e patrimoniais de extrema grandeza.

Embora seja verdade que a probabilidade de sofrer uma perda máxima é muito baixa, ou até remota, também é verdade que ninguém que esteja exposto a circunstâncias desfavoráveis vinculadas a fenômenos naturais, tecnológicos ou sociais está livre das chances de passar por ela.

Ao longo da história foram registrados eventos extremos de certeza comprovada, como queda de meteoritos, glaciações, extinção de espécies e pandemias humanas, e também supostas catástrofes ligadas ao Antigo Testamento: pragas, dilúvio universal, destruição da Torre de Babel, afundamento da Atlântida...

FRANCISCO MARTÍNEZ
ASSESSOR EM GERÊNCIA DE RISCOS

Na época atual de pós-industrialização e das tecnologias da informação e das comunicações, também continuam ocorrendo eventos extremos, característicos do uso de certas tecnologias, mas muitas vezes coincidentes com fenômenos naturais e movimentos sociais ou antissociais, que podem levar a casos chamados de “cisnes negros” ou “perdas máximas possíveis”.

Qualquer empresa, em sua escala de riscos e tamanho, está exposta a sinistros de perdas máximas, que podem pôr em perigo sua continuidade. É muito importante, portanto, identificar quais riscos e circunstâncias podem levá-la a essas situações extremas e em que ordem de grandeza econômica e financeira elas podem estar situadas. Em função das referidas ordens de grandeza e outros aspectos relevantes, a empresa poderá decidir racionalmente as melhores medidas e recursos para a sua proteção técnica – segurança – e financeira: retenção, seguros e ARTs (alternativas de transferência de risco).

ANTECEDENTES E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Os primeiros usos de cálculos de Perdas Máximas estão documentados nos preparativos de episódios bélicos da antiguidade e tratavam do número de baixas próprias e inimigas. Era costume, e ficou sendo até hoje, estabelecer esse nível de baixas nos tipos de cenário otimista, normal e pessimista. No tocante às grandes obras civis também era e é comum fazer este tipo de estimativas sobre os danos pessoais (mortes, lesões graves e leves) dos trabalhadores que se poderiam esperar no decorrer da obra.



Após a Revolução Industrial, nos séculos XIX e primeira metade do século XX, encontram-se análises com esta denominação de Perdas Máximas pessoais e patrimoniais em setores muito expostos como a navegação marítima, o ferroviário, a aviação, a mineração e a indústria química, que em anos posteriores se estenderiam ao nuclear e ao aeroespacial.

Em meados do século passado, o setor segurador começou a utilizar de forma pontual as avaliações de Perdas Máximas para a subscrição de apólices de grandes empresas industriais, especialmente na cessão ao resseguro. Desde a última década do século passado, com alguma variação de tempo conforme os países e mercados, sua utilização chegou à Gerência de Riscos e à transferência financeira de empresas médias e grandes.

As primeiras iniciativas de coordenação das avaliações de Perdas Máximas no ambiente segurador foram registradas nas reuniões de especialistas convocadas pelo CEA (Comitê Europeu de



ESTAS ESTIMATIVAS AVALIAM EXCLUSIVAMENTE O FATOR DE INTENSIDADE DAS PERDAS EM CIRCUNSTÂNCIAS ADVERSAS, INDEPENDENTE DA PROBABILIDADE COM QUE ESTAS PODEM OCORRER



Seguradores, atualmente Insurance Europe) em 1963 e 1970, e em 1971 pela IMIA (Associação Internacional de Seguradores de Maquinaria). Na Espanha, cabe destacar o grupo de trabalho constituído pela ICEA (Instituição Cooperativa de Entidades Seguradoras), que publicou um guia técnico a esse respeito em 1996.

Relacionar todos os macroacidentes ou “cisnes negros” ocorridos nos últimos anos seria algo muito além da nossa capacidade aqui, mas, com o intuito de antecipar possíveis eventos em certas empresas, algumas das referências mais notórias são as seguintes:

- Caso asbestosis. EUA, 1978
- Intoxicação por óleo de canola. Espanha, 1980
- Vazamento de gás tóxico. Bophal (Índia), 1986
- Acidente nuclear de Chernobil. Ucrânia, 1986
- Vazamentos de barragens de lodo. Aznalcóllar (Espanha), 1998
- Atentados às Torres Gêmeas. Nova Iorque, 2001
- Gripe aviária. Sul da Ásia, 2004
- Vazamentos da plataforma da BP. Golfo do México, 2010
- Incêndios florestais. Austrália, 2010
- Terremoto, tsunami, acidente nuclear. Fukushima (Japão), 2011
- Furacão Sandy. EUA, 2012

A maioria deles alcançou o nível de Perdas Máximas Possíveis, outros ficaram num nível inferior, de “Previsível”. É muito pouco provável que eles voltem a acontecer nas mesmas

circunstâncias e com os mesmos valores de danos. O importante é que sirvam de reflexão comparativa com outros casos semelhantes, ainda que de outras escalas e circunstâncias. Não podemos nos esquecer do velho dito “O que aconteceu pode acontecer de novo”.

Hoje, a técnica de apuração de riscos por estimativa das Perdas Máximas em sinistros vem se tornando mais comum na gestão de riscos das grandes empresas, especialmente na criação dos programas de seguros. Ainda assim, ele é utilizada apenas na definição dos programas globais de Gerência de Riscos e muito raramente nos planos de redução e controle (segurança) e na influência recíproca com os planos de retenção e seguros.

FUNDAMENTOS DE CÁLCULO / ESTIMATIVA

Por um princípio plenamente reconhecido, a medida estatística do risco (R) se baseia em dois fatores essenciais de probabilidade (P) de ocorrência e intensidade (I) dos danos de um determinado risco/perigo sobre um bem ou ativo igualmente determinado. Além da apuração de risco estatístico ($R = P \times I$), aconselha-se aplicar outros métodos de apuração estocásticos, aleatórios ou prospectivos. Entre eles estão as metodologias de apuração de Perdas Máximas por sinistros abordadas neste estudo.

Estas estimativas avaliam exclusivamente o fator de intensidade das perdas em circunstâncias adversas, independente da probabilidade com que possam acontecer.

A apuração de Perdas Máximas por sinistros depende da primeira medida da análise de riscos, ou seja, a identificação das fontes de perigo ou dano e dos ativos a eles expostos, agrupando-se ambos conforme mostra a Figura 1 da matriz de análise de riscos. Este esquema nos leva à próxima medida de apuração de riscos, representada pela interação de cada fonte de perigo sobre os diferentes ativos expostos, conforme os métodos que se pretenda utilizar.

Para aplicar os métodos de Perdas Máximas, deverão ser selecionadas as fontes de perigo e os ativos supostamente envolvidos, assim como os contextos/circunstâncias que possam desencadear sinistros de magnitudes extremas.

As informações necessárias para realizar estas apurações são muitas e incluem dados societários, financeiros, de pesquisa, patrimoniais, de produtividade, trabalhistas e comerciais. Uma pesquisa de campo muito detalhada é indispensável para que as informações documentais sejam contrastadas com a realidade in loco. Também é muito importante estabelecer os contextos e circunstâncias especiais que ocorreram anteriormente ou que possam vir a ocorrer e que possam influir na determinação das Perdas Máximas.

Em seguida, efetua-se a estimativa do valor das Perdas Máximas potenciais para cada ativo e fonte de perigo selecionado e nas circunstâncias adversas contempladas. O termo “estimativa” deixa claro que se trata de uma apuração aproximada, sem grande precisão em unidades monetárias. O dado que interessa obter é o nível de importância em que se situam as Perdas Máximas com relação ao valor total da empresa. Como veremos adiante, essas Perdas Máximas são expressas em unidades monetárias e

também como uma porcentagem do valor total. Para fins de tomadas de decisão, basta saber de que tipo são.

A estimativa de Perdas Máximas pode ser feita com relação à empresa como um todo ou com relação apenas a itens específicos ou cruciais, tais como certos processos de gargalo, depósitos centralizados, centros de processamento de dados, unidades de pesquisa e desenvolvimento ou postos executivos-chave.

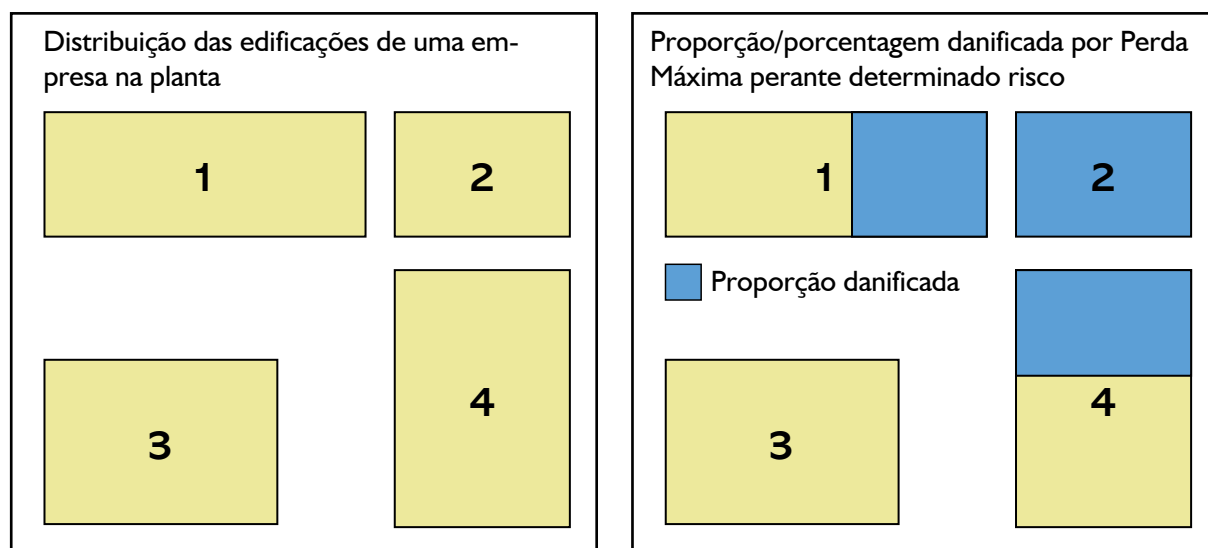
Uma vez definidos os aspectos de base mencionados anteriormente para a estimativa de Perdas Máximas, faz-se a apuração dos danos nos tipos de nível estabelecidos: possíveis, previsíveis, prováveis ou outros.

Isso requer a representação das situações que ocorrerão em cada tipo escolhido e das Perdas Máximas por grupos de ativos pessoais, tangíveis, intangíveis e de terceiros e de alguns itens específicos de grande influência nas operações da empresa. No caso dos ativos patrimoniais, o melhor procedimento é avaliá-los como um todo e também discriminados em danos de edificações, instalações, maquinaria e mercadorias.

Figura 1. Matriz de análise de riscos

RISCOS PERIGOS (Identificação)	ATIVOS (Identificação)			
	Pessoais	Tangíveis	Intangíveis	Terceiros
Natureza	ATIVOS DANIFICADOS (Apuração)			
Humanos-antissociais				
Tecnológicos				
	Tempo	Contexto	Cenário	

Figura 2



TERMINOLOGIA EM USO

Conforme foi explicado, estas técnicas de apuração de risco vêm sendo utilizadas há um bom tempo no mundo dos seguros. Nesse processo, diversos termos foram cunhados por seu uso nos grandes grupos de resseguradores, seguradores e corretores de grandes riscos industriais e normalmente eles são expressos por suas siglas em inglês. Dentre eles, destacamos os seguintes:

Termos	Siglas em inglês
Perda Máxima Possível ou Perda Máxima Previsível	MPL ou MFL
Perda Máxima Provável	PML
Perda Máxima Estimada	EML
Perda Normal Esperada	NLE
Grande Perda Possível	LLP
Perda Máxima Absoluta	AML
Perda Total Provável	TPL

PARA APLICAR OS MÉTODOS DE PERDAS MÁXIMAS, DEVERÃO SER SELECIONADAS AS FONTES DE PERIGO E OS ATIVOS SUPOSTAMENTE ENVOLVIDOS, ASSIM COMO OS CONTEXTOS/ CIRCUNSTÂNCIAS QUE POSSAM DESENCADear SINISTROS DE MAGNITUDES EXTREMAS

Como se pode observar, na maioria das denominações repetem-se as palavras “perda” e “máxima” e a terceira palavra é que difere: “possível”, “provável”, “esperada” e “absoluta”, algumas começando com a letra “P”. Desta forma, quando são expressas por suas siglas em inglês ou espanhol, surgem dúvidas sobre o significado da letra “P”. Nas siglas em inglês, ficou consensualizada a expressão PML para Probable Maximum Loss e MPL, alternando-se a ordem das duas primeiras letras, para Possible Maximum Loss.

Para os fins deste estudo e para uma compreensão mais fácil no mundo empresarial e sua possível interlocução com o mercado segurador, no idioma português selecionamos os seguintes termos, com as expressões abreviadas:

- Perda Máxima Possível (PMPos)
- Perda Máxima Previsível (PMPre)
- Perda Máxima Provável (PMPro)

MODELOS DE APURAÇÃO DE PERDAS MÁXIMAS POR SINISTROS

Na prática seguradora, costuma-se abreviar o uso destas denominações, chegando-se a utilizar apenas uma, normalmente a Perda Máxima Provável (PML na sigla em inglês), ou no máximo duas, que seriam a anterior e a de Perda Máxima Possível (MPL na sigla em inglês). Neste estudo, propomos três classes que proporcionam informações mais amplas e mais precisas sobre a gravidade das perdas máximas, o que facilita a tomada de decisões quanto às medidas técnicas de segurança e de proteção financeira que a empresa pode adotar.

A definição conceitual e algumas considerações implícitas na estimativa dos três termos de Perdas Máximas escolhidos encontram-se a seguir:



■ **Perda Máxima Possível (PMPos):** valor máximo sujeito a destruição por determinado perigo, nas condições mais adversas, especialmente as de segurança próprias e externas, com relação a um bem ou conjunto de bens. É expressa na porcentagem que representa o dano relativamente ao valor total do bem ou conjunto de bens. Também recomenda-se expressá-lo em valor monetário com a denominação de Valor Máximo Exposto, para que retrate a magnitude econômica com a qual se está lidando. A expressão “nas condições mais adversas”, que exerce um papel decisivo na definição, se refere à concorrência de fatores negativos do ambiente (catástrofes naturais, cortes de abastecimento, protestos sociais, etc.) e à consequente inope-

rância das medidas de segurança próprias e externas (públicas e privadas).

Os eventos de terrorismo, sabotagem, queda de aeronaves e grandes acidentes em instalações vizinhas não são considerados como iniciadores de sinistros de outro tipo (incêndios, explosões, colapsos mecânicos, vazamentos tóxicos ou poluentes, etc...). Eles têm de ser considerados como causas diretas independentes, se sua concorrência for possível.

■ **Perda Máxima Previsível (PM-Pre):** valor máximo sujeito a destruição por determinado risco/perigo em condições de interrupção ou perturbação da produção (turnos de trabalho), com inoperância das medidas de proteção próprias, exceto as automáticas e a intervenção das medidas externas, embora com certo atraso, relativo a um bem ou conjunto de bens. É expressa na porcentagem que representa o dano relativamente ao valor total do bem ou conjunto de bens. A expressão “nas condições de interrupção ou perturbação da produção” (turnos de trabalho) utilizada na definição se refere aos momentos em que não há atividade laboral: férias anuais, feriados públicos, noites, tardes, quando a intervenção de qualquer equipe de emergência depende da eficácia do serviço de vigilância. Portanto, é provável que haja algum atraso para se descobrir a emergência, fazer os devidos avisos e na chegada dos serviços de socorro externos. O funcionamento de sistemas automáticos de proteção certamente serão considerados, se houver.

■ **Perda Máxima Provável (PM-Pro):** valor máximo sujeito a destruição por determinado risco/perigo em condições normais de operação, especialmente

as de segurança própria e externas, relativo a um bem ou conjunto de bens.

É expressa na porcentagem que representa o dano relativamente ao valor total do bem ou conjunto de bens. A expressão “em condições normais de operação” empregada na definição anterior se refere ao funcionamento em jornada de trabalho, com intervenção ineficaz dos recursos de proteção próprios – a não ser que se garanta uma eficácia muito elevada –, que requer a intervenção das medidas de socorro externas, com cuja participação se consegue controlar o progresso do sinistro. O cenário mais otimista de uma intervenção sempre bem-sucedida dos recursos próprios – a não ser que esteja plenamente garantida – levaria a casos menores de “perdas mínimas”, que não causariam nenhum inconveniente significativo para a empresa. Esta apuração busca o nível de Perdas Máximas que possam ser aceitas como excepcionais e que ofereçam uma referência do nível de impacto econômico provável.

O risco de incêndio que repercute em danos materiais é o mais comum em todo tipo de empresa e costuma ser o de maior potencial de destruição. É por esta razão que os critérios técnicos para a estimativa de Perdas Máximas por incêndio com danos materiais são fornecidos num anexo como um guia para o procedimento a seguir neste risco particular. Essas orientações são, então, transpostas para outros riscos, com as devidas considerações lógicas para cada um dos casos.

UTILIDADE PARA OS SEGURADOS INDUSTRIAIS

As informações fornecidas pela apuração de Perdas Máximas dos principais riscos de uma organização, junto com outros métodos de apuração, são essenciais para sua análise, para a tomada de decisões e para a definição do programa de Gerência de Riscos.

O primeiro passo nessa direção consiste em estabelecer a hierarquia comparativa dos valores de Perdas Máximas agrupados nos três tipos (Possíveis, Previsíveis e Prováveis), que se refletem numa representação gráfica do perfil de riscos, conforme mostra a Figura 3.

O normal é que a ordem de importância das Perdas Máximas dos diferentes riscos (ver Figura 4) se mantenha nos três tipos de nível, mas não seria estranho se ocorressem variações

Figura 3. Esquema mostrando os Níveis de Perdas Máximas por sinistro de um determinado risco

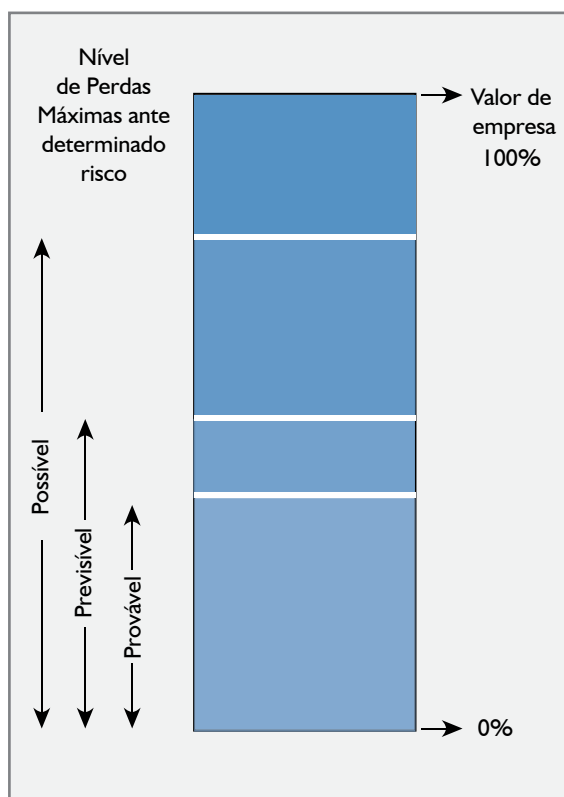
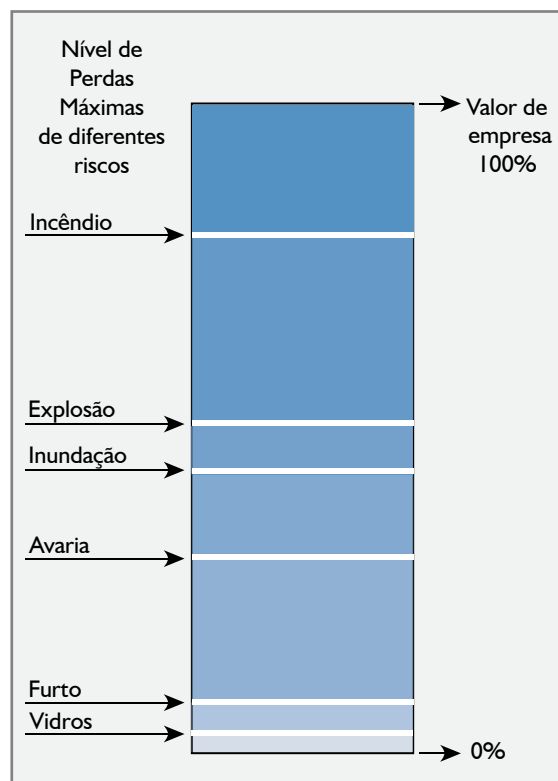


Figura 4. Esquema mostrando a distribuição das Perdas Máximas Possíveis por sinistro de diferentes riscos



em algum deles, o que demandaria explicações e considerações especiais. A principal conclusão a ser tirada desta análise conjunta seria trabalhar com base no princípio de proporcionalidade, segundo o qual quanto maior o risco, maior o número de medidas de proteção técnica e financeira que lhe devem corresponder.

A interpretação e o uso aconselhável para tomar decisões nas etapas da Gerência de Riscos de empresas devem se basear nas seguintes instruções:

O PRIMEIRO PASSO NESTA DIREÇÃO CONSISTE EM ESTABELECEER A HIERARQUIA COMPARATIVA DOS VALORES DE PERDAS MÁXIMAS AGRUPADOS NOS TRÊS TIPOS: POSSÍVEIS, PREVISÍVEIS E PROVÁVEIS



O OBJETIVO FUNDAMENTAL DE REDUÇÃO DE RISCO É DIMINUIR A PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA DE SINISTROS; OUTRA META IMPORTANTE É REDUZIR O IMPACTO DAS PERDAS MÁXIMAS CALCULADAS POR MEIO DE DETERMINADAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

■ Redução e controle. Segurança

A regulamentação de segurança estabelece os requisitos mínimos que têm de ser cumpridos pelas empresas. Acima disso, fica a vontade da empresa de superá-los, conseguindo um maior nível de proteção. A adoção desta decisão e sua graduação são feitas de acordo com os valores obtidos para Perdas Máximas e outros aspectos empresariais.

O objetivo fundamental da redução de riscos é diminuir a probabilidade de ocorrência de sinistros com medidas de segurança orientadas para isso. Outra meta é reduzir a intensidade das Perdas Máximas calculadas por meio de determinadas medidas de segurança.

Assim, para um risco que represente níveis muito baixos de Perdas Máximas nos três tipos (Possíveis, Previsíveis e Prováveis), como, por exemplo, inferiores a 5% do valor patrimonial físico, a recomendação é não aumentar as medidas de segurança, a não ser que se trate de riscos para pessoas ou intangíveis essenciais para a organização.

No caso de níveis baixos de Perdas Máximas nos três tipos (entre 5 e 20%), a recomendação é que se incorporem medidas de segurança básicas e de baixo custo econômico. Nos níveis médios (entre 20 e 40%) de qualquer um dos três tipos, recomenda-se incorporar medidas de segurança de nível técnico médio e custo igualmente médio.



Nos níveis altos (mais de 40%) de qualquer um dos três tipos, recomenda-se a incorporação de medidas de segurança de nível técnico alto. Quando dois ou os três tipos (Possíveis, Previsíveis e Prováveis) ultrapassarem 40%, aconselha-se redobrar o nível das medidas de segurança.

■ Retenção / autoseguro

Os riscos de níveis de Perdas Máximas que forem muito baixos e não apresentarem frequências de sinistros relevantes podem ser considerados na decisão entre retenção total, ou seja, autoseguro, ou transferência para seguradora, conforme a capacidade financeira da empresa e os custos comparativos de ambas as opções.

Em outras ocasiões, os níveis de Perdas Máximas, principalmente do tipo “Prováveis”, servem para estabelecer os limites de isenção/franquias em certas coberturas de seguros.

■ Transferência para seguradora a Primeiro Risco

As estimativas de Perdas Máximas Possíveis efetuadas com rigor determinam o teto ou limite que nunca será ultrapassado num sinistro de determinado risco. Portanto, é um posicionamento lógico da empresa solicitar a cobertura do seguro até esse limite na condição de Primeiro Risco, Primeira Perda ou Valor Parcial.

O pedido respaldado pelo corretor e justificado tecnicamente será aceito pelos seguradores, com redução do prêmio em comparação com a cobertura do valor total.

Na elaboração das apólices de seguros de empresas com esta modalidade, costumam ser estabelecidos os limites e sublimites correspondentes para os diferentes riscos cobertos: incêndio, furto, explosões físicas e químicas, catástrofes naturais, etc...

Algumas vezes os limites de cobertura podem ser fixados para Perdas Máximas Prováveis com base nas técnicas de múltiplas camadas, nas quais outros tipos superiores (Previsíveis) são cobertos por mecanismos alternativos de transferência (ARTs), como veremos depois.



■ Transferência de riscos em múltiplas camadas

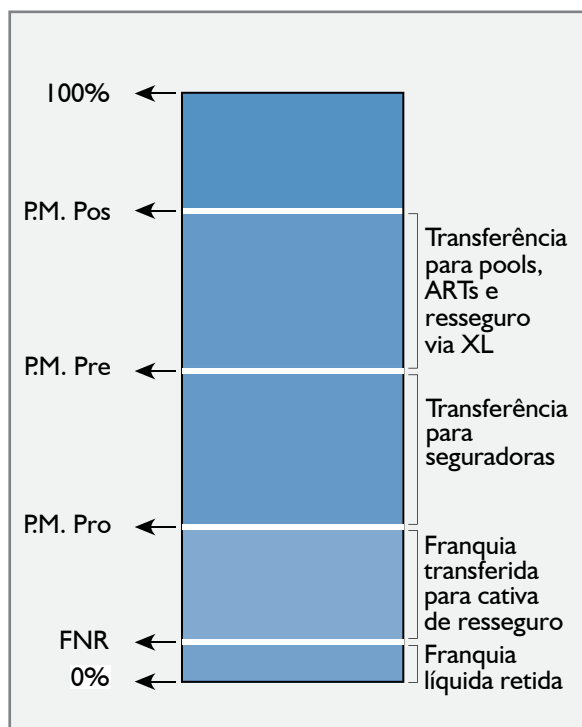
Quando se trata de grandes corporações com presença em diversos setores produtivos e de caráter multinacional, é aconselhável preparar programas de transferência financeira em múltiplas camadas com base numa apólice principal, que apresenta a estrutura central, em torno da qual vão se integrando os pedidos particulares das diversas empresas do grupo e as exigências da legislação dos países em que operam.

O desenho do programa de seguros em múltiplas camadas incorpora também diferentes modalidades de proteção financeira: isenções ou franquias, co-pagamentos, grupos de retenção, primeiros riscos, transferências de risco alternativas (ARTs), cativas de resseguro e outras, que são estipuladas em camadas ou tipos de impacto econômico para cuja determinação são utilizadas as referências apuradas de Perdas Máximas por sinistro.

As modalidades e os tipos pertinentes são estabelecidos conforme a capacidade financeira do grupo empresarial, suas políticas gerais e de Gerência de Riscos e sua capacidade econômico-financeira.

NA ELABORAÇÃO DAS APÓLICES DE SEGUROS DE EMPRESAS COM MODALIDADE DE PRIMEIRO RISCO, COSTUMAM SER ESTABELECIDOS OS LIMITES E SUBLIMITES CORRESPONDENTES PARA OS DIFERENTES RISCOS COBERTOS: INCÊNDIO, FURTO, EXPLOSÕES FÍSICAS E QUÍMICAS, CATÁSTROFES NATURAIS, ETC...

Figura 5. Modelo de coberturas em múltiplas camadas e mecanismos utilizados



A Figura 5 mostra um exemplo de uma cobertura em múltiplas camadas, onde as referências de Perdas Máximas servem para fixar os seguintes limites de cobertura:

- De 0 a FNR: franquias líquidas retidas pelo grupo empresarial;
- De FNR a PMPro: franquias transferidas para a cativa de resseguro via XL (Excesso de Perdas);
- Cobertura de seguro a primeiro risco: de PMPro a PMPre. Pode ser contratada em um tipo só ou em vários com diferentes condições para certas empresas do grupo e países e conforme os riscos cobertos, com possibilidade de cessão parcial (XL) para a cativa de resseguro;
- De PMPre a PMPos. Nesta modalidade se especifica o desenho dos diferentes tipos adaptados às diferentes

empresas, países e riscos cobertos e a distribuição por tipos entre os mecanismos previstos de ART e pools ou grupos de retenção e resseguro comercial.

■ Outras medidas na gestão geral da empresa

Os níveis de Perdas Máximas em sinistros são indicadores explícitos da força da empresa ante situações adversas de caráter fortuito. Assim, se as estimativas destas perdas frente aos riscos principais se situarem em sua maioria em valores muito altos – em geral, maior que 40% do valor patrimonial –, estaríamos diante de uma empresa muito vulnerável, que precisaria de programas de melhoria da gestão de riscos, com custos elevados; ao contrário, se a maioria dos riscos principais estiver abaixo desse valor de referência, estaríamos diante de uma empresa muito bem protegida, que apenas precisará de melhoras e, portanto, teria custos reduzidos em sua gestão de riscos.

Nas atividades gerais de uma empresa, há alguns exemplos de operações em que, além das informações específicas sobre os negócios, também podem ser utilizadas as referências de Perdas Máximas nas seguintes ocasiões:

- fusões e aquisições de empresas;
- provas de resistência em situações financeiras, comerciais ou sociais difíceis;
- garantia de abastecimento de produtos ou serviços em eventualidades fortuitas;
- capacidade de pagar empréstimos ou dividendos de acionistas;
- grau de resiliência e continuidade da atividade;
- negociações com autoridades públicas, sindicatos e grupos de relacionamento.

CONCLUSÕES

A apuração dos níveis de Perdas Máximas é um conjunto de informações indispensável para a definição do programa de Gerência de Riscos de uma empresa. Os principais objetivos são a redução dos níveis máximos por meio da segurança e da proteção financeira, com um acompanhamento periódico da evolução destes indicadores.

O uso destas apurações permite estabelecer a vulnerabilidade da empresa às perturbações extremas de riscos fortuitos, e esta qualificação forma parte, junto com os riscos de oportunidades do negócio, do grau de forças e fraquezas que a organização desfruta.

O ideal seria aplicar esta metodologia na fase de pré-desenho de qualquer projeto. Isso possibilitaria, então, a aplicação de medidas de distribuição de espaços, processos industriais, construção, sistemas de segurança e outros, de modo compatível com os processos operacionais planejados, com o intuito de reduzir preliminarmente os valores de Perdas Máximas e facilitar a gestão de riscos quando a empresa estiver ativa.

Como já foi explicado, os cálculos de Perdas Máximas não podem oferecer nenhuma grande precisão. O objetivo deles é fixar, de modo razoável, um número aproximado que será levado em conta pela empresa em suas atividades diárias e de acordo com suas capacidades financeiras particulares.

Mesmo que não se tenha nenhuma experiência em apuração de Perdas Máximas, ainda assim é recomendável atrever-se a dar os primeiros passos com base em hipóteses prévias razoáveis. Este sistema pode, então, ser contrastado com experiências práticas e com a ajuda de especialistas para se montar um conjunto de habilidades confiável para os procedimentos de Gerência de Riscos da empresa. ■

Critérios técnicos para a estimativa de Perdas Máximas por incêndio com danos materiais

Os fatores fundamentais para estabelecer os valores de Perdas Máximas nos três tipos indicados – Possíveis, Previsíveis e Prováveis – por incêndio, considerando apenas os danos materiais, são os seguintes:

- Separação por espaço aberto, livre de qualquer tipo de combustível, em edificações ou instalações, que impeça a propagação do incêndio. Se houver predominância de combustíveis líquidos com rampas consideráveis no terreno, deverão ser efetuados cálculos específicos de distância.
- Separação por paredes, tetos, divisórias e outros materiais de compartimentação corta-fogo entre edificações ou partes de edificações, de grande confiabilidade, que impeça a propagação do incêndio.
- Tipo de construção das edificações (estrutura em concreto armado, estrutura metálica protegida, estrutura metálica sem revestimento de proteção) e materiais de acabamento.
- Desenvolvimento arquitetônico na horizontal e/ou na vertical, em grande altura, em sótãos ou com difícil acesso para os bombeiros.
- Conteúdo e disposição de maquinaria, equipamentos, móveis e mercadorias que facilitam a propagação do incêndio na horizontal e/ou na vertical.
- Meios de proteção contra incêndios materiais: manuais, automáticos e humanos – Equipes de Primeira Intervenção (EPI), Equipes de Segunda Intervenção (ESI) ou brigadas, planos de emergência e de continência.
- Capacidade de combate ao incêndio por parte do Corpo de Bombeiros.

Estes fatores e outros fatores específicos são especificados nas considerações a seguir para cada tipo de Perda Máxima:

Perda Máxima Possível (PMPos)

Como fatores específicos deste tipo, são considerados a concorrência de ventos de velocidades máximas superiores a 80 km/h ou outras catástrofes naturais, se elas puderem acontecer no local, e a inoperância das medidas de proteção contra incêndios (inclusive os meios automáticos próprios e os de socorro externos).

■ Distâncias mínimas de separação por espaço aberto entre edificações, segundo a classificação dos riscos de incêndio – leve, médio e elevado – indicada ao final deste anexo:

- Entre edificações de risco leve: 30 metros de distância mínima.
- Entre edificações de risco médio e entre edificações de risco médio e leve: 40 metros de distância mínima.
- Entre edificações de risco elevado e entre edificações de risco elevado em frente a risco comum ou leve: 50 metros de distância mínima.

■ Separação corta-fogo entre edificações ou partes de edificações com capacidade superior a 4 horas de resistência ao fogo, ou mais, se incêndios mais longos forem prováveis, como no caso de depósitos de bobinas de papel, aparas de papel, fardos de algodão e similares.

Perda Máxima Previsível (PMPre)

Chance de ocorrência de incêndio fora do horário da jornada de trabalho, sem vigilância humana ou com vigilância deficiente; apenas atuariam os meios de detecção e extinção automáticos, se existirem, e os do Corpo de Bombeiros, mediante aviso e, portanto, com atraso na intervenção.

■ Distâncias mínimas de separação por espaço aberto:

- Entre edificações de risco leve: 10 metros de distância mínima.
- Entre edificações de risco médio e entre edificações de risco médio e leve: 15 metros de distância mínima.
- Entre edificações de risco elevado

e entre edificações de risco elevado em frente a risco comum ou leve: 25 metros de distância mínima.

■ Separação corta-fogo entre edificações ou partes de edificações com capacidade superior a 2 horas de resistência ao fogo, ou mais, se incêndios mais longos forem prováveis.

Perda Máxima Provável (PMPro)

Chance de ocorrência de incêndio durante a jornada de trabalho, com uma intervenção sem sucesso das medidas próprias de proteção contra incêndios, que requer a atuação do Corpo de Bombeiros e o resultado provável da intervenção conjunta de ambos.

■ Distâncias mínimas de separação por espaço aberto:

- Entre edificações de risco leve: 5 metros de distância mínima.
- Entre edificações de risco médio e entre edificações de risco médio e leve: 10 metros de distância mínima.
- Entre edificações de risco elevado e entre edificações de risco elevado em frente a risco comum ou leve: 20 metros de distância mínima.

■ Separação corta-fogo entre edificações ou partes de edificações com capacidade superior a 1 hora de resistência ao fogo, ou mais, se incêndios mais longos forem prováveis.

CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS DE INCÊNDIO

Extraída dos padrões de instalação de sprinklers ('chuveiros') automáticos:

■ Leves: escritórios, hospitais, escolas, hotéis, museus, residências e conjuntos habitacionais.

■ Médios: alimentação, bebidas, cimento, vidro, veículos, aparelhos elétricos e eletrônicos, papel, tecidos, sapatos, centros comerciais e de lazer.

■ Elevados:

- Usinas de processamento de tinta, verniz, resina e borracha, destilarias, refinarias, fábricas de explosivos e plásticos espumados.
- Depósitos de todo tipo de produtos com alturas de empilhamento acima de 4 m.

O mercado SEGURADOR latino-americano 2011-2012

CENTRO DE ESTUDOS
FUNDACIÓN MAPFRE

AMBIENTE MACROECONÔMICO¹

A economia da América Latina manteve o seu dinamismo em 2011, embora tenha havido certa desaceleração no ritmo de crescimento, finalizando o ano com um aumento do PIB de 4,3% frente aos 6,1% do ano anterior. A desaceleração começou a partir da segunda metade do ano, influenciada principalmente pela crescente incerteza dos mercados financeiros internacionais em relação à crise de dívida de alguns países da zona do euro e, em menor grau, pelo modesto crescimento da economia dos Estados Unidos. As menores expectativas de crescimento da região diminuíram a chegada dos fluxos de capital, o que causou uma mudança na tendência de

valorização cambial que havia se mantido na primeira parte do ano.

Os maiores crescimentos do PIB aconteceram no Panamá (10,6%), na Argentina (8,9%), no Equador (7,8%) e no Peru (6,9%). Por outro lado, a desaceleração do crescimento econômico do Brasil explica boa parte da diminuição do crescimento regional.

¹ Os comentários econômicos deste relatório se baseiam nas publicações da CEPAL *Estudo económico de América Latina y el Caribe 2011-2012* e *Balance Preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*.



O comportamento da demanda interna foi, por mais de um ano, o principal propulsor da economia, graças ao desempenho positivo dos mercados de trabalho, à elevada disponibilidade do crédito e, em alguns países, ao aumento das remessas de dinheiro provenientes principalmente dos Estados Unidos. Em alguns países também se produziu um aumento significativo do investimento em construção e em bens de capital.

Com relação ao setor externo, durante o primeiro semestre de 2011 se manteve uma elevada demanda de bens de exportação da região, que foi sendo reduzida ao longo do ano, sobretudo a partir da segunda metade, em consequência do resfriamento de várias das

principais economias compradoras. Contudo, as exportações se beneficiaram do aumento de preço dos bens básicos, o que permitiu uma nova melhora das condições de troca.

A inflação aumentou ao longo do ano devido ao aumento dos preços internacionais dos alimentos e do petróleo, porém diminuiu a partir do segundo semestre. Em 11 dos 19 países que fazem parte deste estudo o Índice de Preços ao Consumidor foi superior ao do ano anterior. Venezuela e Argentina voltaram a mostrar as maiores taxas, 27,6% e 9,5%, respectivamente, embora neste último país a inflação diminuiu 1,4 ponto em relação ao ano anterior. Porto Rico (1,8%) e Colômbia (3,7%) registraram as taxas mais baixas.

No primeiro semestre de 2012 a desaceleração do crescimento econômico continuou, apesar de a maioria dos países ter mantido seu dinamismo e crescimento. O consumo privado continuou sendo o principal motor da economia, e as exportações foram afetadas pela baixa de preços da maioria dos principais bens básicos de exportação da região e por uma demanda menor, principalmente da Europa e da Ásia. Neste contexto, a CEPAL prevê um aumento de 3,2% do PIB para 2012.

MERCADO SEGURADOR

Em 2011, a indústria seguradora da América Latina² voltou a mostrar sinais de força, com um aumento médio nominal em moeda local de 17,1% e o real de 9,6%, taxas superiores às registradas em 2010 (14,2% e 7,5%, respectivamente). No entanto, a desvalorização das moedas locais frente ao euro em 2011 contribuiu para um menor crescimento do volume de prêmios do seguro latino-americano expresso em euros, que alcançou uma receita em prêmios de 104,221 bilhões de euros, que representa um aumento de 14,1% (19,3% em 2010).

Todos os países tiveram aumentos nominais em moeda local, a maioria deles com taxas de dois dígitos. As mais altas foram as da Argentina (34,9%), da Venezuela (25,9%), do Paraguai

Figura 1. Variação do volume de prêmios em 2011 na América Latina.

Crescimentos nominais em moeda local

% VARIAÇÃO DO VOLUME DE PRÊMIOS 2011			
PAÍS	NÃO VIDA	VIDA	TOTAL
ARGENTINA	35,0	34,2	34,9
BOLÍVIA	16,0	18,4	16,5
BRASIL	16,1	16,9	16,5
CHILE	17,0	12,7	14,4
COLÔMBIA	14,8	15,0	14,8
COSTA RICA	4,1	28,1	6,2
EQUADOR	20,4	27,5	21,5
EL SALVADOR	4,1	7,7	5,4
GUATEMALA	24,0	23,9	24,0
HONDURAS	6,0	19,5	9,6
MÉXICO	17,1	12,7	14,2
NICARÁGUA	11,2	13,8	11,6
PANAMÁ	19,3	0,6	14,6
PARAGUAI	22,2	42,1	24,1
PERU	12,4	7,1	10,1
PORTO RICO	5,3	12,3	5,9
REP. DOMINICANA	7,4	13,0	8,2
URUGUAI	20,4	22,7	21,0
VENEZUELA	26,4	4,0	25,9
TOTAL GERAL	18,1	15,9	17,1

Fonte: Elaboração própria com informações publicadas pelo órgão de supervisão de seguros de cada país.

(24,1%) e da Guatemala (24,0%). Em termos reais houve também aumentos significativos, e somente a Venezuela registrou uma queda de 1,4%. No geral, a América do Sul e o México mostraram um

² Segundo dados da Swiss Re publicados em seu relatório sobre o seguro mundial, a América Latina acumulava em 2011 uma participação de 3,4% no mercado mundial de seguros, o que representa um aumento de quatro décimos em relação à de 2010.



EM 2011, A INDÚSTRIA SEGURADORA DA AMÉRICA LATINA VOLTOU A MOSTRAR SINAIS DE FORÇA, COM UM AUMENTO MÉDIO NOMINAL EM MOEDA LOCAL DE 17,1% E O REAL DE 9,6%, TAXAS SUPERIORES ÀS REGISTRADAS EM 2010

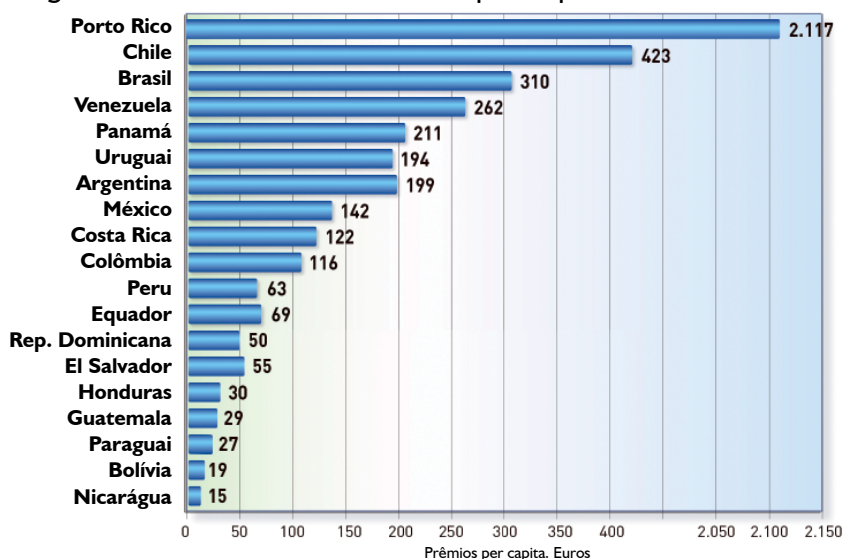
maior crescimento em prêmios do que os mercados da América Central e do Caribe (Porto Rico e República Dominicana).

Porto Rico (2.117 €/hab.), Chile (423 €/hab.) e Brasil (310 €/hab.) continuam sendo os países com maior gasto em seguros per capita, enquanto na Nicarágua e na Bolívia o prêmio per capita é inferior a 20 euros. O prêmio por habitante aumentou em praticamente todos os

países, o que fez com que o gasto médio em seguros na região passasse de 188 euros em 2010 para 213 euros em 2011.

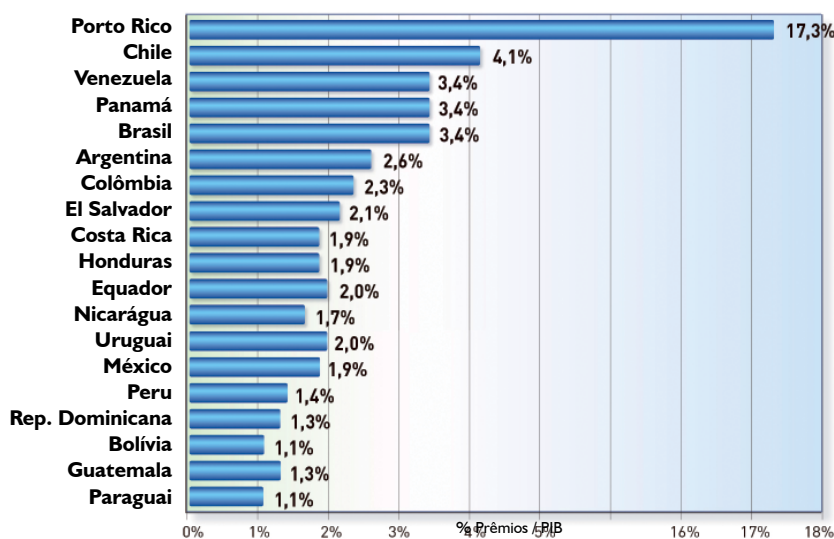
Por outro lado, a porcentagem de prêmios em relação ao PIB foi de 3,0% em 2011 (2,9% em 2010). Porto Rico e Chile continuam tendo a proporção mais alta, 17,3% e 4,1%, respectivamente, seguidos pelo Brasil, Panamá e Venezuela, com 3,4%.

Figura 2. América Latina. Prêmios per capita em 2011



Fonte: Elaboração própria com informações publicadas pelo órgão de supervisão de seguros de cada país e pela CEPAL.

Figura 3. América Latina. Penetração do seguro em 2011



Fonte: Elaboração própria com informações publicadas pelo órgão de supervisão de seguros de cada país e pela CEPAL.

Dos 104,221 bilhões de euros em prêmios que entraram no setor segurador em 2011, 40% correspondem a seguro de Vida, 41,674 bilhões de euros, com um aumento em relação ao ano anterior de 13,9% (33,6% em 2010). O Brasil acumula 59% dos prêmios, razão pela qual o comportamento deste mercado é fundamental para entender a evolução do seguro de Vida na região. Depois do Brasil, o México e o Chile são os maiores mercados, com uma participação de 17% e 10%, respectivamente. Se forem somados os prêmios da Colômbia e

da Argentina, os cinco maiores mercados de Vida da América Latina atingem uma participação de 94%.

O seguro VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), um plano de pensões privado com incentivos fiscais no Brasil, voltou a ser o principal motor do crescimento. Este seguro representa 45% dos prêmios de Vida da América Latina e em 2011 teve um aumento de 18,2%. No México houve um crescimento mais moderado de 6,3% devido à redução do seguro de Vida coletivo e das Pensões. Dos

Figura 4. América Latina. Volume de prêmios em 2011 por país

Dados em milhões de euros. Crescimentos nominais em euros

VOLUME DE PRÊMIOS 2011						
PAÍS	NÃO VIDA	%Δ	VIDA	%Δ	TOTAL	%Δ
BRASIL	20.368	15,2	24.578	16,1	44.947	15,7
MÉXICO	8.678	12,4	7.202	6,3	15.880	9,6
ARGENTINA	6.846	30,5	1.322	29,7	8.168	30,4
PORTO RICO	7.265	-0,7	666	5,9	7.931	-0,1
VENEZUELA	7.591	19,4	152	-1,8	7.743	18,9
CHILE	2.956	20,7	4.363	16,3	7.319	18,0
COLÔMBIA	3.836	11,7	1.611	11,9	5.447	11,7
PERU	1.073	9,2	803	3,9	1.876	6,9
EQUADOR	791	13,5	165	20,2	956	14,6
PANAMÁ	586	12,5	167	-5,1	753	8,1
URUGUAI	498	18,6	159	20,9	657	19,1
COSTA RICA	511	1,9	61	25,3	572	4,0
REP. DOMINICANA	430	-2,5	75	2,6	505	-1,8
GUATEMALA	349	21,5	85	21,3	434	21,4
EL SALVADOR	219	-1,8	122	1,5	342	-0,6
HONDURAS	168	0,1	68	12,9	236	3,5
BOLÍVIA	148	9,3	41	11,7	189	9,8
PARAGUAI	160	31,4	20	52,8	180	33,4
NICARÁGUA	75	0,2	13	2,6	88	0,6
TOTAL GERAL	62.547	14,2	41.674	13,9	104.221	14,1

Fonte: Elaboração própria a partir de informações publicadas pelo órgão de supervisão de seguros de cada país.

principais mercados, o maior aumento ocorreu na Argentina, 29,7%, graças ao crescimento de todas as modalidades, Vida Individual e Coletivo, e Aposentadoria.

Os ramos Não Vida continuam acumulando 60% dos prêmios totais e em 2011 obtiveram um crescimento de 14,2% (11,4% em 2010), ligeiramente superior ao dos seguros de Vida. Este desempenho favorável se deve principalmente à boa situação econômica pela qual a região está passando, com aumentos no nível de emprego e na venda de bens e de automóveis, e também ao aumento das tarifas nos principais mercados. No caso do Brasil, o que também influenciou foi o aumento do investimento em infraestrutura devido aos grandes projetos iniciados (Copa do Mundo de 2014, Jogos Olímpicos de 2016 e exploração do reservatório de pré-sal, entre outros).

O Brasil continua sendo o maior mercado, com uma participação de 33%, muito superior à de seu seguidor imediato, o México, que detém 14% dos prêmios. Depois dele está a Venezuela, que, após perder participação de mercado em 2010 devido à desvalorização do bolívar, voltou a superar Porto Rico em receita. A participação de cada um deles é de 12%. A Argentina continua sendo o quinto maior mercado deste segmento, com 11% dos prêmios. Estes cinco mercados somam 81% dos prêmios Não Vida da América Latina.

Além do crescimento do mercado brasileiro (15,2%), é importante destacar a evolução dos seguros Não Vida na Argentina, que subiram 30,5%. Contribuiu de forma importante para este crescimento o seguro de Acidentes



de trabalho, o segundo maior ramo depois de Automóveis, que teve um excelente desempenho em 2011 (50,3%) graças à estabilidade de emprego e ao aumento dos salários, porque as contribuições dos empregadores ao seguro são uma porcentagem dessas remunerações. O seguro Agrário também contribuiu para o dinamismo, pois cresceu 40,9%.

No México o crescimento foi de dois dígitos, 12,4%, muito influenciado pela reforma, em junho de 2011, da política no ramo de Danos de Petróleos Mexicanos, que tem vigência de dois anos. Os ramos Não Vida em Porto Rico, com exceção do seguro de Saúde, continuam tendo dificuldades para crescer e, embora tenha havido um ligeiro aumento de



OS RAMOS NÃO VIDA CONTINUAM ACUMULANDO 60% DOS PRÊMIOS TOTAIS NA AMÉRICA LATINA E EM 2011 OBTIVERAM UM CRESCIMENTO DE 14,2% (11,4% EM 2010), LIGEIRAMENTE SUPERIOR AO DOS SEGUROS DE VIDA

Figura 5. América Latina. Volume de prêmios 2011 por ramo

Prêmios em milhões de euros

MERCADO SEGURADOR LATINO-AMERICANO 2010-2011 PRÊMIOS POR RAMO				
RAMO	2010	2011	%Δ	% PARTICIPAÇÃO
VIDA	36.597	41.674	13,9	40,0
VIDA INDIVIDUAL E COLETIVO	32.090	36.772	14,6	35,3
VIDA E/OU PREVIDÊNCIA	4.506	4.902	8,8	4,7
NÃO VIDA	54.774	62.547	14,2	60,0
AUTOMÓVEIS	20.643	22.682	9,9	21,8
SAÚDE	11.796	12.851	8,9	12,3
INCÊNDIOS E/OU LINHAS ASSOCIADAS	5.054	5.944	17,6	5,7
OUTROS DANOS	7.321	8.938	22,1	8,6
TRANSPORTES	2.312	2.668	15,4	2,6
RESPONSABILIDADE CIVIL	1.417	1.599	12,8	1,5
ACIDENTES PESSOAIS	2.813	3.448	22,6	3,3
CRÉDITO E/OU CAUÇÃO	1.122	1.361	21,3	1,3
ACIDENTES DE TRABALHO	2.297	3.057	33,1	2,9
TOTAL	91.371	104.221	14,1	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de informações publicadas pelo órgão de supervisão de seguros de cada país.

2,4% em dólares norte-americanos, a desvalorização de tal moeda frente ao euro diminuiu 0,7%. A explicação está na difícil situação econômica que o país atravessa, agravada pela concorrência de preços. No caso do seguro de Saúde, os aumentos no volume de prêmios se deve aos produtos Medicare.

Em relação ao comportamento dos diferentes ramos, Acidentes de trabalho e Aciden-

tes pessoais foram os que tiveram maior crescimento em 2011, subindo 33,1% e 22,6%, respectivamente. No primeiro caso, a causa está nos significativos aumentos do ramo na Argentina e na Colômbia, os principais mercados. No caso do seguro de Acidentes pessoais, o impulso veio do Brasil, mercado que engloba 49% dos prêmios e que teve um crescimento de 35,3%.

Outro ramo que cresceu de forma considerável em 2011 foi o de Incêndio e linhas associadas, cujo principal mercado foi o do México, que registrou um notável aumento



OS MERCADOS DO BRASIL, DO MÉXICO, DA VENEZUELA, DO PORTO RICO E DA ARGENTINA SOMARAM NO ANO DE 2011 81% DOS PRÊMIOS NÃO VIDA NA AMÉRICA LATINA

de 40,1%. Os movimentos empresariais mais significativos de 2011 foram os seguintes:

■ Em julho de 2011, o Banco Santander assinou um acordo com o grupo Zurich que contemplou a aquisição por parte deste último de 51% da holding que agruparia as suas filiais seguradoras na América Latina (Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai). Segundo o acordo, o Zurich vai assumir a gestão das companhias, e o banco distribuirá os produtos de seguros em cada um dos cinco mercados mencionados durante 25 anos através de sua rede de escritórios.

■ O Grupo de Inversiones Suramericana (Grupo Sura) adquiriu o negócio de Pensões e seguros de Vida do ING na América Latina. A venda exclui a participação de 36% do grupo holandês na seguradora brasileira SulAmérica. O grupo colombiano também adquiriu em 2011 a seguradora dominicana Proseguros e uma das principais seguradoras de El Salvador, a Aseguradora Suiza Salvadoreña (Asesuisa).

■ O grupo alemão Talanx anunciou no mês de abril a aquisição das unidades argentina e uruguaia do L'Union de Paris, e no mês de julho a compra da companhia mexicana Metropolitana.



■ Para continuar crescendo em Medicare Advantage, o produto de Saúde que tem mostrado a melhor evolução nos últimos anos no mercado porto-riquenho, a Triple-S anunciou em janeiro de 2011 a aquisição das operações da American Health em Porto Rico.

■ A brasileira Marítima Seguros chegou a um acordo com a Yasuda Seguros, que pertence ao grupo japonês Sampo, para a venda a esta de 50% de seu capital.

■ Em outubro de 2011, o grupo espanhol BBVA acertou a venda de sua filial argentina de riscos do trabalho, a Consolidar Art, para o grupo de serviços médicos argentino Galeno.

■ Em dezembro de 2011, o grupo ACE anunciou a compra da companhia equatoriana Río Guayas, propriedade do Banco de Guayaquil, que está posicionada como a quarta maior seguradora do país.

Além disso, as empresas seguradoras latino-americanas tiveram em 2011 resultados líquidos de 8,476 bilhões de euros³, o que representa uma melhora de 4,5% em relação ao exercício anterior, com importantes crescimentos na Argentina (69,0%) e no Peru (46,5%). Nesses países, o benefício veio principalmente do resultado financeiro, já que o resultado técnico foi negativo, com índices combinados superiores a 100%. Também houve excelentes resultados em mercados não tão grandes, como o Paraguai (70,4%), a Guatemala (56,9%) ou a República Dominicana (52,9%). A melhora do índice combinado (inferior a 90% no Paraguai) e o bom resultado financeiro favoreceram esse comportamento.

³ Sem incluir Porto Rico.

A causa da queda dos resultados na Bolívia, Chile, Colômbia, Honduras e Uruguai foi seu menor resultado financeiro, já que o resultado técnico foi mais favorável. No caso de El Salvador, Nicarágua, Panamá e Venezuela, o resultado líquido aumentou em moeda local, portanto a causa da diminuição está na desvalorização das respectivas moedas frente ao euro.

No que se refere às catástrofes naturais, elas não tiveram um impacto significativo nos resultados. Os principais eventos que afetaram a região em 2011 foram inundações, mas os danos segurados foram baixos. Em 2012, a previsão para as perdas seguradas com os terremotos que afetaram a Costa Rica e a Guatemala nos meses de setembro e novembro, respectivamente, é de que serão mínimas.

O dinamismo e o crescimento econômico que continuam mantendo esses países continua impulsionando a atividade seguradora, cuja receita de prêmios registrou, no primeiro semestre de 2012, um aumento médio nominal em moeda local de 19,3% para o total de mercado, e de 24,1% e 16,6% para os ramos de Vida e Não Vida, respectivamente. O maior empurrão veio, portanto, do seguro de Vida, e principalmente do Brasil, que aumentou sua produção em 31,8%. O México, o segundo maior mercado, também teve um comportamento muito positivo, com um crescimento de 13,9% em moeda local.

Em relação ao volume de prêmios em euros, o crescimento foi muito similar, de 19,1% para o total de mercado e receita de 60,054 bi-



AS EMPRESAS SEGURADORAS LATINO-AMERICANAS TIVERAM EM 2011 RESULTADOS LÍQUIDOS DE 8,476 BILHÕES DE EUROS, O QUE REPRESENTA UMA MELHORA DE 3,4% EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR

Figura 6. América Latina. Resultado líquido em 2011 por país

RESULTADO LÍQUIDO (milhões de €)			
PAÍS	2010	2011	%
BRASIL	4.745	5.392	13,6
MÉXICO	904	991	9,7
ARGENTINA	352	595	69,0
VENEZUELA	422	402	-4,8
CHILE	692	259	-62,5
COLÔMBIA	481	239	-50,4
PERU	160	234	46,5
COSTA RICA	61	78	27,1
PANAMÁ	54	48	-11,5
EQUADOR	38	48	25,4
EL SALVADOR	40	39	-2,7
GUATEMALA	24	37	56,9
REP. DOMINICANA	23	35	52,9
HONDURAS	30	28	-6,2
URUGUAI	51	17	-66,9
PARAGUAI	8	14	70,4
BOLÍVIA	14	11	-17,9
NICARÁGUA	10	9	-5,1
TOTAL	8.108	8.476	4,5

Fonte: Elaboração própria a partir de informações publicadas pelo órgão de supervisão de seguros de cada país.

lhões de euros, dos quais 41% correspondem a Vida e 59%, a Não Vida. Durante esse período, as moedas do Chile, Colômbia, México e Peru valorizaram fortemente frente ao euro, enquanto que a moeda europeia valorizou em relação às demais moedas.

O seguro de Acidentes de trabalho continua sendo o mais dinâmico, com crescimen-

Figura 7. América Latina. Volume de prêmios do primeiro semestre de 2012 por país

Dados em milhões de euros. Crescimentos nominais em euros

VOLUME DE PRÊMIOS 2011						
PAÍS	NÃO VIDA	%Δ	VIDA	%Δ	TOTAL	%Δ
BRASIL	10.552	6,2	14.804	24,9	25.356	16,4
MÉXICO	5.011	13,4	4.007	11,9	9.018	12,7
ARGENTINA	4.497	38,7	890	25,8	5.387	36,4
VENEZUELA	4.764	44,8	85	19,9	4.849	44,3
CHILE	1.620	19,4	2.531	16,5	4.151	17,6
PORTO RICO	3.698	2,1	379	18,4	4.077	3,5
COLÔMBIA	2.346	29,3	965	25,1	3.310	28,1
PERU	603	21,5	459	17,1	1.062	19,6
EQUADOR	472	17,1	103	36,5	574	20,2
PANAMÁ	323	15,4	93	15,6	416	15,4
COSTA RICA	310	26,6	54	41,1	364	28,6
URUGUAI	258	23,5	101	42,0	359	28,2
REP. DOMINICANA	245	18,7	41	19,5	286	18,8
GUATEMALA	197	0,5	47	6,5	244	1,6
EL SALVADOR	108	12,4	69	22,7	177	16,2
HONDURAS	99	20,3	39	26,8	138	22,1
PARAGUAI	104	21,0	14	34,6	118	22,5
BOLÍVIA	92	37,0	25	25,3	117	34,3
NICARÁGUA	43	18,1	8	40,8	51	21,1
TOTAL GERAL	35.339	17,5	24.714	21,5	60.054	19,1

Fonte: Elaboração própria a partir de informações publicadas pelo órgão de supervisão de seguros de cada país.

tos em moeda local de 35,5% na Argentina e 19,7% na Colômbia. O seguro de Automóveis, o de maior participação do segmento Não Vida⁴, também teve um desempenho muito positivo durante este período, com importantes aumentos na Argentina (31,3%) e no México (13,1%).

Com relação aos últimos movimentos empresariais, cabe mencionar os seguintes:

- Em março de 2012, a seguradora de origem australiana QBE Insurance Group anun-

ciou a assinatura de um acordo para a compra da HSBC La Buenos Aires. A operação inclui um acordo por 10 anos para a oferta de seguros gerais da QBE aos clientes do Banco HSBC. A HSBC Seguros continuará operando em seguros de Vida e de Aposentadoria na Argentina.

⁴ Não se dispõe de dados discriminados de todos os ramos no Equador, Porto Rico e Venezuela.

■ Nessa mesma data, o HSBC anunciou a venda da sua carteira de seguros de Danos e Autos no México ao grupo francês AXA. A transação inclui um acordo de distribuição exclusivo por 10 anos segundo o qual o HSBC distribuirá esses produtos através de sua rede de filiais.

■ Em julho de 2012, o grupo britânico RSA completou a aquisição das companhias argentinas El Comercio e Aseguradora de Créditos y Garantías, que eram propriedade da Newbridge Latin America, um fundo norte-americano de capital privado. Deste modo, a companhia consolida sua presença na Argentina e amplia sua rede comercial no país.

■ A Zurich vendeu ao grupo La Boliviana Ciacruz 51% das ações que possuía tanto do La Boliviana Ciacruz quanto da Zurich Boliviana Seguros Personales.

■ Em setembro de 2012, o grupo norte-americano Liberty Mutual anunciou a expansão de suas operações para o Equador depois da aquisição de duas companhias, Panamericana e Cervantes. A empresa já está presente na Argentina, no Brasil, no Chile, na Colômbia e na Venezuela.

■ Em outubro de 2012, a MAPFRE e a Galeno chegaram a um acordo para a transferência à companhia argentina das atividades de Riscos de Trabalho e Saúde da MAPFRE no país. A operação contempla também a

colaboração comercial entre ambas as entidades.

■ Em novembro de 2012, o Grupo Sura recebeu a autorização das autoridades peruanas para adquirir 63% da seguradora local Invita, do Grupo Wiese.

Por fim, os comentários sobre as mudanças legislativas mais relevantes que ocorreram nos dois anos analisados:

■ Mediante o decreto nº 2038/2012, publicado em 26 de outubro de 2012, foi promulgada a Lei 26.773, de “Regime de gestão da reparação dos danos derivados dos acidentes de trabalho e doenças profissionais”, que altera a Lei de Riscos do Trabalho na Argentina. A nova lei introduz como mudança principal que o trabalhador prejudicado ou seus familiares deverão optar de modo excludente entre as indenizações previstas neste regime de reparação ou as que lhes puderem corresponder em outros sistemas de responsabilidade. Os diferentes sistemas de responsabilidade não serão cumulativos.

■ Com relação à regulamentação de seguros do Chile, o ano de 2011 foi marcado pela emissão, por parte da Superintendência de Valores e Seguros, de uma parte importante da norma de Supervisão Baseada em Riscos, tal qual a Norma de Caráter Geral nº 309 sobre Governança Corporativa e, no final do ano, a NCG nº 325 sobre Sistemas de Gestão de Riscos.

Outro tema importante que gerou grande interesse ao longo do ano de 2011 foi a modificação do Código de Comércio no que se



A LEI DE INSTITUIÇÕES DE SEGUROS E TÍTULOS APRESENTADA AO SENADO MEXICANO CRIA UM MARCO REGULATÓRIO, SEMELHANTE AO SOLVÊNCIA II, PARA GARANTIR QUE SEGURADORAS E FINANCIADORAS TENHAM RECURSOS SUFICIENTES PARA CUMPRIR COM SUAS OBRIGAÇÕES



refere ao contrato de seguros. Em tal código estão presentes as normas básicas e fundamentais da regulamentação do Seguro no Chile e foram feitas modificações substanciais para modernizar a legislação vigente. Este projeto já foi aprovado pela Câmara de Deputados e pelo Senado da República; portanto, logo será promulgado. Conforme os prazos estabelecidos no projeto, estima-se que as mudanças entrarão em vigor no primeiro semestre de 2013.

■ Em outubro de 2012, o ex-presidente do México, Felipe Calderón, apresentou ao Senado uma iniciativa que cria a Lei de Instituições de Seguros e Títulos, que substituirá a Lei Geral de Instituições e Sociedades Mutualistas de Seguros e a Lei Federal de Instituições de Títulos. A nova norma implementa um novo marco regulatório, semelhante ao esquema do Solvência II, para garantir que as seguradoras e financiadoras contem com recursos suficientes em relação às responsabilidades e riscos aos quais estejam expostas, para cumprir com suas obri-

gações. A Lei também apresenta reformas na Lei sobre o Contrato de Seguro.

■ Em março de 2012, o plenário da Assembleia Nacional do Panamá aprovou no terceiro debate o projeto de lei 360, que regula as atividades das seguradoras. Cabe destacar os seguintes pontos da reforma: a Superintendência de Seguros e Resseguros fica reconhecida como órgão autônomo do Estado, deixando, assim, de estar sob o guarda-chuva do Ministério de Comércio e Indústria; estabelece os requisitos e garantias para constituir as seguradoras; fixa as Normas Internacionais de Informações Financeiras (NIIF) como sistema contábil; determina os requisitos para a comercialização de seguros por canais alternativos, etc.

■ Em novembro de 2012 foi promulgada a Lei de Contrato de Seguro no Peru. Esta Lei busca outorgar um marco jurídico ao contrato de seguros, que atualmente se encontra regulado pelo Código de Comércio de 1902. A Lei também prevê a atual norma do Código de Consumo, tendo como propósito desenvolver uma clara proteção do segurado. Entre outras disposições, a norma proíbe o uso de cláusulas e práticas abusivas por parte das empresas de seguros; estipula condições sobre a vigência e renovação do contrato; regula as situações ante a falta de pagamento do prêmio, etc. |

Cerca de 70 adegas da região de Champagne (França) e mais duas no Reino Unido foram afetadas pela quebra e explosão de um número elevado de garrafas de champanhe. O motivo: a má distribuição do vidro nas paredes do vasilhame e espessura insuficiente do fundo. As medidas para atenuar o incidente estão em andamento. No final de 2012 já tinham sido feitos acordos de indenização com aproximadamente 25 adegas e mais de 1,3 milhão de garrafas tinham sido “salvas”.

Garrafas de champanhe que explodem pela má

GERÊNCIA DE RISCOS E SEGUROS

Os incidentes referem-se a fevereiro de 2011, quando na adega Champagne Ellner de Épernay, com tradição de vários séculos nesta atividade, foram detectadas algumas quebras de vasilhames logo após as operações de engarrafamento, embora em números pouco significativos. Em abril, a adega identificou novamente uma porcentagem anormal de quebras na pilha de garrafas armazenadas sobre ripas de madeira; nos meses seguintes, o vinho começou a derramar no chão cada vez em maior quantidade, quando as explosões dos cascos aumentaram.

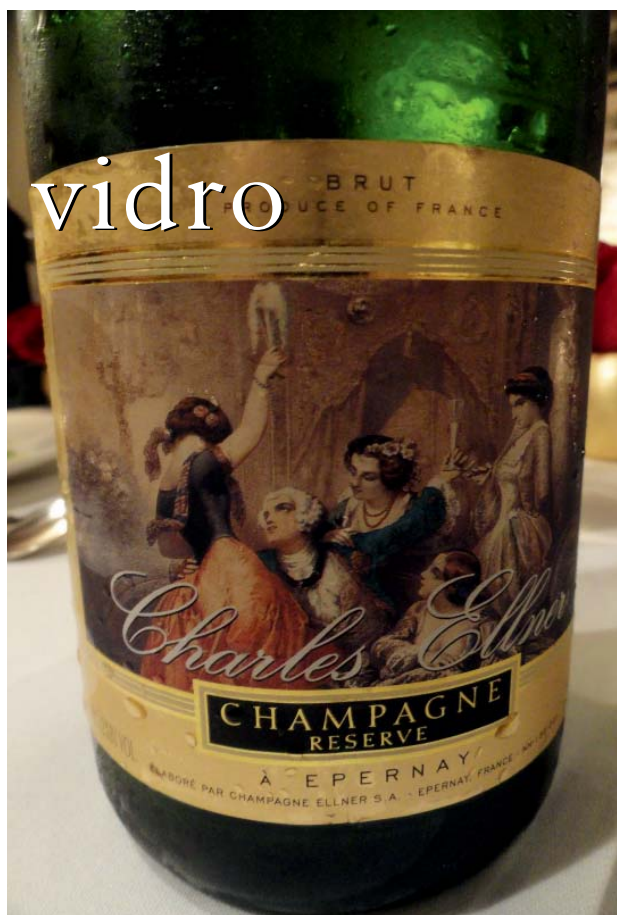


cobria a RC de Produto. As medidas para mitigar o sinistro já estão em andamento, após conseguir que as autoridades revogassem a proibição do transvase de champanhe de garrafa a garrafa para o formato de 75 centilitros. Outras adegas têm optado pelo sistema denominado *remise en cercle*, que consiste em esvaziar as garrafas e misturar o líquido com vinho novo para uma futura fermentação. Além disso, no fim de 2012 já haviam sido feitos acordos de indenização com mais de 25 adegas.

distribuição do vidro

Infelizmente, esse não era um caso isolado. Outras 68 adegas da região de Champagne (França) e mais duas no Reino Unido sofreram perdas, em maior ou menor proporção, pelo mesmo motivo. Estudos, testes e provas de diversos laboratórios determinaram que as causas da ruptura eram a má distribuição do vidro nas paredes do vasilhame e muito pouca espessura de fundo. Nestas condições, as garrafas rachavam pelo aumento da pressão interior.

Para lidar com o sinistro, o fabricante, a empresa especializada em vidro BAV, contava com uma apólice de Responsabilidade Civil que



PRODUTO DEFEITUOSO

Os vasilhames defeituosos correspondem às garrafas de champanhe que pesam 835 gramas. Este formato ligeiramente mais leve existe há dez anos e foi criado por pressões que grupos ecologistas exerceram sobre o setor champanheiro para reduzir a emissão de CO₂, o que diminuiu o peso da garrafa tradicional (900 gramas).

O segurado, o fabricante especializado de vasilhames de vidro BAV, iniciou a fabricação do novo modelo (835

**O FABRICANTE
DE GARRAFAS
CRIOU UM NOVO
FORMATO MAIS
LEVE DEVIDO
AOS PROTESTOS
DE GRUPOS
ECOLOGISTAS
SOBRE O SETOR DE
CHAMPANHE**

gramas) para o mercado de champanhe a partir de abril de 2010.

Até a data da primeira reclamação, a BAV tinha feito quatro produções de garrafas ligeiramente mais leves (julho, novembro e dezembro de 2010 e janeiro de 2011), que somavam 6.246.459 unidades. Dessa quantidade, por volta de 4,5 milhões de garrafas chegaram das mãos dos distribuidores a 70 produtores de champanhe na França e a duas adegas no Reino Unido, que correspondem a praticamente todos os lotes de julho, agosto

Localização dos danos: região de Champagne

A zona de cultivo chamada Champagne compreende por volta de 34.000 hectares, que representam 3,4% de todos os vinhedos da França. As videiras se concentram principalmente no departamento de Marne (67% do total), especialmente em torno das cidades de Reims e Épernay, assim como nos vinhedos em Aube (23%) e Haut-Marne, ambos pertencentes à região de Champagne-Ardenne, estendendo-se também aos departamentos contíguos de Aisne (região da Picardie) e Seine-et-Marne (região da Île de France). As adegas afetadas por este sinistro estão espalhadas por toda a região produtora de champanhe, embora grande parte delas fique perto da cidade de Épernay.

A zona produtora de champanhe, localizada a cerca de 150 quilômetros de Paris, foi delimitada conforme a lei de 22 de julho de 1927. Nela existem

quatro regiões principais de cultivo: Montagne de Reims, Vallée de la Marne, Côte des Blancs e Côte des Bar. Lá também estão distribuídas 319 comunas, das quais 17 contam tradicionalmente com a categoria de Grand Cru ('grande safra') e 42 com a de Premier Cru ('primeira safra').

Apenas os vinhos originais da região, produzidos nesta área e em instalações destinadas à produção de champanhe têm o direito de utilizar legalmente

o nome de champagne.

Dependendo do seu status, os produtores de champanhe adquirem uvas de outros vinhedos para fabricar champanhe sob sua própria marca, gerindo cada fase do processo de produção do vinho: prensagem, fermentação, corte e envelhecimento na garrafa.





e dezembro (3.476.931) e o resto a parte do lote de janeiro de 2011.

DIFERENTES PRESSÕES, PROCESSOS DISTINTOS

As garrafas foram usadas para diversas qualidades de champanhe. Duas ou três semanas após a tiragem (adição dos fermentos e açúcares), a pressão no interior do vasilhame se eleva a 7 ou 8 bars devido à segunda fermentação que ocorre no vinho, mas podem existir variações em função da temperatura da adega. Assim, a 30°C pode se chegar a valores de 10 bars e a 35°C, chega-se a 12 bars (os especialistas confirmaram que é pouco

O VIDRO NÃO É UM MATERIAL MALEÁVEL QUE PODE ABSORVER ENERGIA EM SUA DEFORMAÇÃO, POIS É MUITO RÍGIDO E SE DESGASTA; ESSA ENERGIA É GASTA NA PRODUÇÃO DE MICROFISSURAS, QUE POUCO A POUCO DEBILITAM A RESISTÊNCIA DA GARRAFA

provável que se atinjam essas temperaturas em alguma adega da região de Champagne). As garrafas fornecidas pela BAV apresentavam em suas especificações que a pressão mínima que deveriam suportar era de 16 bars, com média de 20 bars.

Estes recipientes devem aguentar diversos golpes, esforços e atritos entre eles durante o transporte, descarregamento, envase, colocação da tampa e do selo-coroa (com forças de até 400 quilogramas), etc. Por esta razão, estabelece-se um mínimo tão alto (16 bars) em relação à pressão que devem suportar e na prática obtêm-se valores muito mais altos (25 a 35 bars). Ou seja, assume-se que as garrafas, uma vez armazenadas em pipas, paletes ou pilhas para fermentação e maturação posterior (15 meses no mínimo na região de Champagne, e em alguns casos até dois e três anos), já tenham perdido parte de sua resistência à pressão interna devido ao tratamento recebido, mas ainda lhes resta resistência o suficiente para evitar explosões.

É preciso lembrar que o vidro não é um material maleável que pode absorver energia (de golpes, por exemplo) pela sua deformação. Ele é muito rígido e não se deforma. Essa energia é gasta na produção de microfissuras, que vão pouco a pouco debilitando a resistência da garrafa.

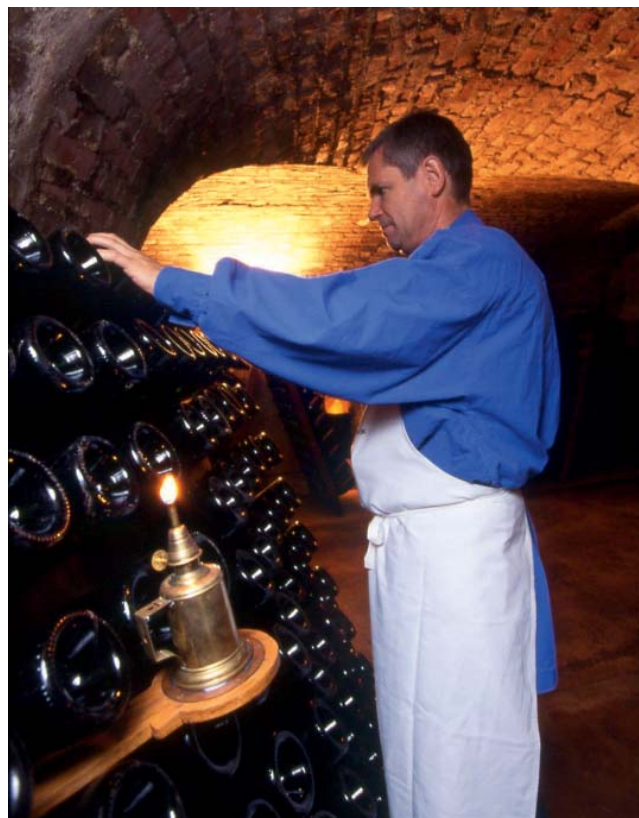
Uma vez terminada a maturação, passa-se ao processo de *dégorgement*, em que se extraem as borras (sedimentos), junto com uma pequena parte de champanhe, que é substituída pelo “licor de expedição”. Neste processo perde-se parte da pressão, e assim o champanhe chega ao mercado com pressão interior de 3,5 a 4,5 bars.

CAUSAS DAS RUPTURAS

Durante o sinistro foram realizados diversos estudos, testes e provas por laboratórios externos e também pela BAV para determinar as causas da ruptura anormal das garrafas e a situação de cada lote. O que a empresa fez especificamente foi uma comparação entre o modelo de 835 gramas e o de 900 gramas, detectando um ponto fraco no vasilhame de menor peso, na área de transição entre o corpo e o fundo do vasilhame, onde também se concentra o maior nível de tensões. Esta característica, unida ao fato de que as garrafas podem ter uma maior incidência de microfissuras na área de apoio, faz com que as tensões neste ponto aumentem de maneira exponencial. A BAV concluiu que essa união de fatores poderia ser a causa da quebra do vasilhame.

Entre os organismos externos, o laboratório especializado em vidro CRITT, também assinalou em suas conclusões que ao menos parte da quebra foi provocada por defeitos na substância da garrafa. Os especialistas também solicitaram a intervenção de outros laboratórios: AGR (Estados Unidos) e Viaderlab (Espanha). O laboratório norte-americano realizou testes com uma amostra de garrafas, concluindo em seu relatório de janeiro de 2012 que os vasilhames sofriam de uma distribuição deficiente do vidro.

O Viaderlab também confirmou que uma porcentagem muito elevada da produção (mais dos 0,3% que se costuma admitir; na região de Champagne é 0,1%), apresentava, de fato, uma distribuição deficiente do vidro, sendo que a área mais suscetível a maltratos (a 10 milímetros do fundo da garrafa) ficou com espessura insuficiente, o que provocou, em sua opinião, as quebras e consequentes explosões.



**AS INVESTIGAÇÕES
CONSTATARAM
QUE O PROBLEMA
CONSISTIA NUMA
DISTRIBUIÇÃO
DEFEITUOSA DO
VIDRO, QUE FICOU
COM ESPESSURA
INSUFICIENTE NA
PARTE INFERIOR DA
GARRAFA**

CONCLUSÕES POR LOTES

Nas investigações, portanto, ficou claro que o problema consistia em uma distribuição defeituosa do vidro, que ficou com espessuras insuficientes na parte inferior. As conclusões por lotes foram as seguintes:

- Lote de julho-agosto de 2010: defeituoso, porém comercializável;
- Lote de novembro de 2010: defeituoso e não comercializável;
- Lote de dezembro de 2010: defeituoso e não comercializável;
- Lote de janeiro de 2011: defeituoso e não comercializável, por estar no limite aceitável.

Posteriormente, e após novos testes de espessura – não de pressão – realizados novamente pelo CRITT, as autoridades competentes, aplicando o

princípio da precaução, ordenaram a não-comercialização do lote de julho-agosto de 2010, assim como os outros lotes.

Em relação à produção de janeiro de 2011, ante a inexistência de índices de quebra relevantes nas adegas do Reino Unido, a empresa de perícia solicitou um estudo para a AGR com amostras específicas destas empresas. O laboratório norte-americano, depois de realizar os testes de pressão cabíveis, determinou em seu relatório de 23 de maio de 2012 que o lote era aceitável e, dessa forma, poderia ser comercializado no Reino Unido.

A BAV já retomou a fabricação de garrafas ligeiramente mais leves, com um controle de qualidade dos vasilhames mais rigoroso, exaustivo e regular. Ela também aumentou ligeiramente o peso das garrafas (860 gramas ao invés de 835 gramas), conseguindo maior espessura e uma melhor distribuição do vidro.

O FABRICANTE, QUE RETOMOU A PRODUÇÃO DE VASILHAMES LIGEIRAMENTE MAIS LEVES, AUMENTOU SEU PESO, CONSEGUINDO MAIOR ESPESSURA E UMA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DO VIDRO

MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO

As duas opções de recuperação eram o transvase de garrafa a garrafa ou o método chamado de *remise en cercle*, com as seguintes características:

■ **Transvase:** Processo pelo qual o vinho é extraído das garrafas defeituosas e depositado em equipamentos especiais que voltam a encher as garrafas em bom estado, mantendo suas condições de pressão e, portanto, sem alterar nenhuma de suas características e propriedades. Para realizá-lo, outra ameaça precisou ser vencida: a proibição pela normativa gaulesa desse sistema para garrafas de 75 centilitros. Ante a excepcionalidade do caso, as autoridades francesas anularam temporariamente o decreto nº 2010-1441, de 22 de novembro de 2012.

Tabela 1. Custos de transvase e do sistema *remise en cercle*

Orçamentos e histórico (preços unitários em euros)	Transvase		Remise en cercle	
	Em palete	Em pilha	Em palete	Em pilha
Traslado de garrafas em paletes para paletes, lavagem, etc.	0,26		0,26	
Traslado de garrafas em pilha para paletes, lavagem, etc.		0,39		0,39
Auxílios de mão-de-obra na adega	0,15	0,15	0,15	0,15
Remoção (<i>remuage</i>)	0,11	0,11	0,11	0,11
Transporte	0,11	0,11	0,11	0,11
Transvase	0,85	0,85		
Remise en cercle			0,72	0,72
Materiais	0,05	0,05	0,05	0,05
Subtotal	1,53	1,66	1,40	1,53
Imprevistos 5%	0,08	0,08	0,07	0,08
Total de custos estimados de recuperação por garrafa	1,61	1,64	1,47	1,61

Fonte: GTS - Fevereiro 2013



■ **Remise en cercle:** Por este sistema, as garrafas são esvaziadas e o líquido é misturado com vinho novo para uma futura fermentação. Esta opção, sim, estava regulada pela normativa. Mas, neste caso, é preciso esperar no mínimo outros 15 meses para comercializar as garrafas de champanhe, e sua qualidade diminui, já que se mistura com outro líquido de vindimas posteriores. Por essa razão, a maioria das adegas tem optado pelo método de transvase.

■ **Outras medidas:** Em alguns casos, o derramamento do champanhe das garrafas quebradas provocou a aparição de mofo e fungos nas adegas, razão pela qual se decidiu instalar desumidificadores. Esta medida era vital, já que em alguns casos o champanhe é armazenado em barris de madeira que poderiam ficar impregnados com os odores do vinho derramado.

Também foram realizadas todas as ações necessárias para recuperar as garrafas não utilizadas e, a pedido do fabri-

ATÉ NOVEMBRO DE 2012, MAIS DE 1,3 MILHÃO DE GARRAFAS TINHAM SIDO TRANSVASADAS E OUTRAS 7.000 TINHAM SIDO OBJETO DO SISTEMA REMISE EN CERCLE

cante, foram lançados diversos alertas para a não-comercialização deste produto.

SITUAÇÃO ATUAL

Os representantes designados pela empresa de perícia e certificados pelas autoridades competentes (principalmente a LM Habillage e Nicolas Feuillate) continuam até hoje com seus trabalhos de retirada, transvase e entrega das garrafas afetadas. Até novembro de 2012, mais de 1,3 milhão de garrafas tinham sido transvasadas e outras 7.000 tinham sido objeto do sistema remise en cercle.

A capacidade teórica de recuperação é de 200.000 garrafas por mês (na prática, por volta de 160.000 unidades). Estima-se que as operações de transvase se prolongarão em 2013 e continuarão em 2014.

Quanto às indenizações, está sendo considerada a categoria dos diferentes produtores de champanhe. Assim, se forem recoltants (os que fabricam e engarrafam localmente: podem apenas vender vinhos produzidos por eles com suas próprias

Tabela 2. Garrafas afetadas e recuperadas.

	Unidades	Porcentagem	Porcentagem Garrafa/mês	Meses
Número de garrafas a tratar	3.250.000	100%		
Garrafas quebradas	325.000	10%		
Garrafas sem quebrar	2.925.000	90%		
Realizado em 2012	1.339.178	41,21%		
Pendente	1.585.822	48,79%		
LM Habillage	1.085.822		80.000	14
Nicolas Feuillate	500.000		80.000	6

Fonte: GTS - Fevereiro 2013

Tabela 3. Recuperação/salvamento (resumo 2012): TOTAL

	Transf. Garrafas	Tranf. de massa garrafas	Remuage garrafas	Remise en cercle garrafas	Transvase garrafas	€	Meses trabalhados	Garrafas/mês
LMH	1.128.397	376.775	338.193	7.014	835.008	1.150.583,18	10	84.202,20
Nicolas F.	0	0	0	0	497.156	397.724,00	5	79.544,80
Subtotal	1.128.397	376.775	338.193	7.014	1.332.164	1.293.987,54		
Total		1.505.172	338.193		1.339.178			

Fonte: GTS - Fevereiro 2013

uvas), a indenização é calculada pelo preço de venda ao consumidor, deduzindo-se o IVA e as operações que não serão realizadas nas garrafas quebradas (a saber, champanhização, *remuage*, *dégorgement* e *habillage*). Se forem *negociants* (comercializadores: têm a possibilidade de comprar o vinho em *lattes* no mercado), estuda-se um preço de custo da garrafa.

Com dados de 2012, o balanço para as adegas localizadas na região de Champagne (sem contar Ellner) é o seguinte:

- Grupo 1: 14 adegas finalizadas (periciadas, com salvamento e indenizadas).



Tabela 4. Posição de salvamento e das indenizações (até 1º de janeiro de 2013).

	Nº garrafas tratadas	Salvamento LMH/NF (€)	Indenizações (€)			Salvamento + Indeniz. (€)	Gar. quebradas	
			Quebras Gar.	Prejuízo	Total		Nº	%
Grupo 1	588.142	590.196,56	360.182,98	45.903,60	406.086,58	997.003,14	39.181	6,63
Grupo 2	241.801	227.888,90	203.173,02	62.464,79	265.637,81	493.526,71	18.682	8,42
Grupo 3	2.105.068	884.717,96	234.855,96	27.337,39	262.193,35	1.146.911,31	25.903	
Grupo 4	324.102	-	-	-	-	-	0	
68 adegas	3.259.113	1.703.523,42	798.211,96	135.705,78	933.917,74	2.637.441,16	83.766	

Fonte: GTS - Fevereiro 2013

- Grupo 2: 10 adegas finalizadas (indenizadas, mas com processo de salvamento não validado).
- Grupo 3: 39 adegas em processo de salvamento e indenização.
- Grupo 4: 4 adegas pendentes.

Também se chegou a um acordo de indenização com a adega Ellner, cujos danos foram consideráveis. Na verdade, a maioria das garrafas correspondia aos lotes de novembro e dezembro de 2010, com índices de quebra elevadíssimos, da ordem de 40% a princípio.

Outro acordo importante foi o obtido com a Henners, uma das adegas do Reino Unido, que possuía 30.500 garrafas de vários lotes. Lá, este vinho é comercializado como *English Sparkling Wine*. Até fevereiro de 2013, a outra vinícola inglesa, a Three Choirs Vineyard, com mais de 42.000 garrafas, ainda não havia obtido nenhum acordo. |

Tipos de champanhe

Blanc de blanc. Champanhe feito exclusivamente a partir de uvas Chardonnay.

Cuvée. Significa que o champanhe é feita de uma mistura de uvas de *terroirs* (terrenos) de boa qualidade e cepas (variedade de uvas), como as Pinot Noir, Meunier e Chardonnay Blanc.

Millésime. Mais de 85% do vinho das garrafas procedem da vindima de um ano específico ('safrados').

Non Millésimé ou Reserve. Corte selecionado de vinhos de diferentes anos que dá à marca um sabor particular.



Processo de produção do champanhe

PRENSAGEM

Ao chegarem ao centro de prensagem, as uvas são pesadas e registradas. Verifica-se também a quantidade mínima de álcool por volume especificado para esta colheita. A *cuvée* é o sumo da primeira prensagem, rico em açúcares e ácidos. Da segunda prensagem obtém-se a *taille*, também rica em açúcares, mas com menos conteúdo ácido.

FERMENTAÇÃO ALCÓOLICA

Alguns produtores fermentam seus vinhos em barris de carvalho, mas a maioria utiliza tanques de aço inoxidável termorregulados e identificados, ambos feitos cuidadosamente. A chaptalização (adição de açúcar ao mosto) é realizada para produzir um vinho com um nível mínimo de álcool de 11%. Também se acrescentam leveduras selecionadas para facilitar o controle da fermentação. O processo dura quinze dias em média e é altamente complexo, por isso é controlado diariamente.

CORTE (ASSEMBLAGE) – ESTABILIZAÇÃO

Uma vez que o corte foi feito, o vinho deve ser estabilizado em preparação para o engarrafamento (isto é particularmente importante para os vinhos espumantes). O processo consiste em esfriá-lo (-4°C).

TIRAGEM (ENGARRAFAMENTO)

Uma vez selecionada a *cuvée*, adicionam-se o açúcar e as leveduras, e a mistura resultante, denominada "tiragem", é colocada em uma garrafa de vidro grosso e selada com uma tampa. As garrafas são então levadas para as adegas, são empilhadas sobre paletes horizontalmente, fileira sobre fileira. Por estar selada, o dióxido de carbono não pode escapar da garrafa, e por isso são produzidas as bolhas do champanhe.



ROTAÇÃO (*REMUAGE*)

Depois de finalizado o processo de envelhecimento, as células de levedura mortas são eliminadas por meio de um processo conhecido como rotação. A garrafa de champanhe é colocada com a boca para baixo em um suporte com ângulo de 75°. Diariamente, dependendo da tecnologia do produtor de vinho, o trasfegador anda pela adega e gira a garrafa um oitavo de volta, mantendo-a de boca para baixo. O procedimento obriga as células mortas da levedura a se depositarem no gargalo da garrafa para serem eliminadas posteriormente.

DEGÜELLE (*DÉGORGEMENT*)

A garrafa de champanhe é conservada de boca para baixo, enquanto o gargalo é congelado em um banho de gelo e sal. O processo resulta na formação de um tampão de vinho congelado que contém as células de levedura mortas. O tampão da garrafa é retirado, e a pressão do gás do dióxido de carbono faz com que este tampão de vinho congelado saia, restando apenas o champanhe limpo.

DOSAGEM

Uma mistura de vinho branco, conhaque e açúcar (a dosagem) é adicionada para harmonizar a doçura do vinho e preencher a garrafa. Coloca-se a rolha, que é rosqueada para garantir a pressão. A quantidade do licor de dosagem, e, portanto o conteúdo de açúcar no vinho finalizado, varia de acordo com o tipo do champanhe: doce, semi-seco, seco, extra-seco, etc.

SEGUNDA FERMENTAÇÃO

O vinho misturado é engarrafado com a levedura e uma pequena quantidade de açúcar, originando o licor de tiragem. Ele é guardado horizontalmente na adega para uma segunda fermentação, processo que continua durante 6-8 semanas. Para atingir o nível padrão de 6 bars dentro da garrafa é necessário que haja 18 gramas de açúcar. A fermentação em garrafa transforma o vinho base em vinho espumante.

MATURAÇÃO SOBRE BORRAS

De acordo com as normas da denominação Champagne, os vinhos não devem ser engarrafados até primeiro de janeiro do ano seguinte ao da vindima e têm de maturar pelo menos 15 meses nas adegas dos produtores, 12 meses dos quais são realizados sobre borras (leveduras que se multiplicaram na garrafa formando um depósito). Nos anos em que a colheita é excepcional, o vinha é chamado de *vintage* (*millésime*) e deve maturar durante pelo menos três anos.

WORLD INSURANCE: THE EVOLUTION OF A GLOBAL RISK NETWORK

EDITADO POR PETER BORSCHIED, NIELS VIGGO HAUETER

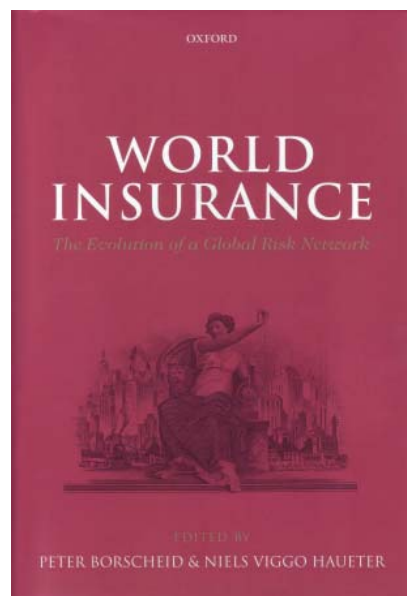
Oxford: Oxford University Press, 2012
ISBN 978-0-19-965796-4

A diferença de outras publicações que tratam da história do seguro, e que muitas vezes descrevem o desenvolvimento de mercados nacionais de seguros ou de empresas individuais, este livro se concentra no desenvolvimento da indústria de seguros desde o final do século XVIII até a atualidade sem deter-se em países específicos.

A publicação, da qual participam inúmeros especialistas internacionais em História Econômica, explora as barreiras econômicas, políticas, religiosas e culturais que bloqueavam o desenvolvimento do seguro, além do protecionismo, a inflação e a ideologia política.

Também investiga o processo de transformação pelo qual o seguro moderno suplantou as formas tradicionais de proteção contra o perigo e o risco e foi capaz de continuar oferecendo novas formas de lidar com os riscos da vida moderna.

O livro aborda também o papel que desempenha o resseguro, sem o qual as perdas derivadas dos desastres naturais e dos provocados pelo homem seriam incomparavelmente maiores. Finalmente, tomando



como exemplo as catástrofes que podem ocorrer na atualidade, *World Insurance: The Evolution of a Risk Network* (ou ‘Seguro Mundial: A evolução de uma Rede de Riscos’) mostra quais são os limites da segurabilidade e o que os riscos internacionais acarretam.

A obra se estrutura nos seguintes blocos geográficos: Europa, América do Norte, África Subsaariana, Norte da África e Oriente Médio; Ásia e Pacífico, e América Latina e Caribe. |

FUNDACIÓN MAPFRE

Instituto de Ciencias del Seguro

LA HISTORIA DEL SEGURO EN CHILE, 1810-2010

MANUEL LLORCA JAÑA

FUNDACIÓN MAPFRE, 2011

ISBN 978-84-9844-266-3

Preço: 39 €

O livro analisa a formação e o desenvolvimento da indústria do seguro no Chile desde a independência até os nossos dias.

Até meados do século XIX, não havia companhias de seguros nacionais, o mercado estava em mãos estrangeiras, principalmente britânicas, que operavam no Chile por meio de agentes, principalmente no mercado de seguros marítimos e contra incêndios. Não havia durante esse período nenhum tipo de medida nacional específica para o funcionamento destas empresas.

Na segunda metade do século XIX, aconteceram eventos importantes: (i) companhias nacionais ingressaram no mercado e competiram com as empresas estrangeiras; (ii) expansão generalizada do mercado de seguros no Chile; (iii) promulgou-se o primeiro código do comércio no Chile, que incluiu referências específicas para o mercado dos seguros; (iv) desenvolve-se o mercado para seguros de vida.

As primeiras décadas do século XX também trouxeram

desenvolvimentos interessantes. Por exemplo, iniciaram-se os seguros sociais no Chile e, além disso, criou-se a Caixa Resseguradora do Chile. Começava, assim, a proteção à indústria nacional de seguros que culminou com a promulgação do DFL 251 de 1931, vigente até 1980. O ano de 1980 marcou o fim da proteção à indústria nacional e a liberalização total do mercado, com o DFL 5 de 1980.

Disponível também em IOS / Android e em PDF interativo. |



UNA INTRODUCCIÓN AL GOBIERNO CORPORATIVO EN LA INDUSTRIA ASEGURADORA EN AMÉRICA LATINA

PABLO SOUTO

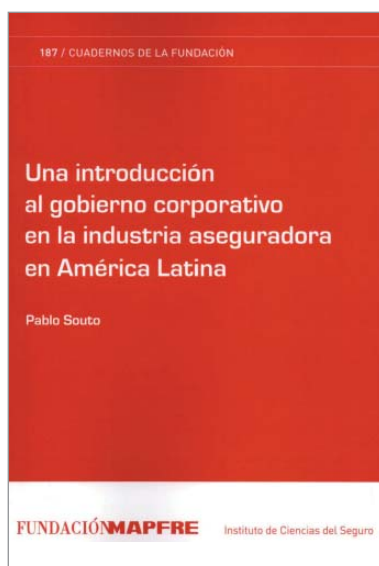
FUNDACIÓN MAPFRE, 2013

ISBN 978-84-9844-379-0

Preço: 15 € Caderno 187

Como já foi amplamente documentado, as boas práticas de governança corporativa não só geram valor nas empresas que as adotam, mas também têm impactos positivos na estabilidade dos mercados financeiros e, por conseguinte, no desenvolvimento econômico. Nas últimas duas décadas, tem havido avanços notórios em muitos países em termos de promoção e adoção de boas práticas de governança, entendidas como processos e estruturas destinadas a facilitar a gestão e a resolução de conflitos de interesse dentro das empresas e destas com outros terceiros envolvidos, como, por exemplo, os segurados.

O trabalho apresenta os principais elementos que fazem a boa governança corporativa no âmbito

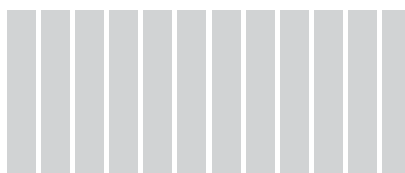


segurador, identifica as particularidades da indústria na Argentina, Chile, Colômbia e Peru e realiza uma descrição da situação das principais companhias seguradoras que operam nesses países no que diz respeito às práticas de transparência e difusão de informações como elemento central de um esquema eficaz de governança corporativa.

A presença de uma estrutura concentrada de propriedade, acionistas controladores, que muitas vezes são estrangeiros, e a ampla presença de conglomerados financeiros (tanto privados como estatais) num contexto de globalização das transações financeiras apresentam desafios muito importantes tanto para a própria indústria como para as autoridades na busca do desenho institucional adequado no que tange à governança corporativa nos países da região.

Os resultados empíricos também mostram avanços importantes em vários países, assimetrias visíveis entre eles e espaço para melhorar substancialmente as práticas de governança corporativa em diversas áreas. Nesta linha, desempenha um papel central a atuação da própria indústria, que,

pela internalização dos benefícios obtidos das boas práticas, se torna o motor dessas mudanças. Isso em conjunto com as autoridades regulatórias, que também devem fornecer um modelo institucional propício para que tal processo ocorra e que, além disso, esteja alinhado com os padrões e princípios promovidos globalmente pelas instituições multilaterais. |



MORTALIDAD DE JÓVENES EN ACCIDENTES DE TRÁFICO

JULIO LARIA DEL VAS
FUNDACIÓN MAPFRE, 2013
ISBN 978-84-9844-369-1
Preço: 25 € Caderno 186

Este trabalho se baseia em uma análise conceitual do problema da mortalidade dos jovens em acidentes de trânsito, revendo as dimensões básicas mundiais, europeias e espanholas, assim como um estudo empírico em que se analisam os comportamentos de 10.000 jovens espanhóis.

Com estas informações e considerando sua idade, sexo e inexperiência, elabora-se uma proposta (teoria da dupla atuação) baseada no uso da tecnologia para melhorar os processos de formação e a segurança ativa e passiva. Esta proposta promove a incorporação de diferentes medidas que pode-

riam reduzir os riscos relacionados à condução dos jovens.

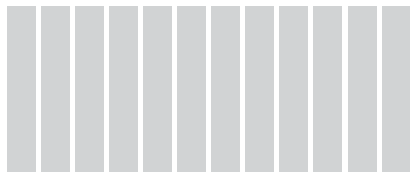
O presente trabalho apresenta e situa a problemática dos acidentes de trânsito e suas consequências fatais no mundo e na Espanha e se aprofunda nos números de mortalidade dos condutores jovens. Além disso, são enumeradas as soluções tecnológicas que poderiam reduzir os números da mortalidade, com especial ênfase para as caixas pretas ou unidades de armazenamento de dados relativos à condução. É exatamente esta tecnologia que permite desenvolver o estudo e a implantação do pagamento por utilização no mercado de seguros de automóvel, uma vez que, com as informações obtidas da amostra de 10.215 jovens, foi possível determinar os diferentes grupos de condutores de acordo com os padrões de comportamento ao volante.

No livro também se formula a teoria da dupla atuação, que propõe a união da tecnologia e da formação como elementos que de-



vem ser integrados, o que mudaria substancialmente os atuais sistemas de aprendizagem. Com o apoio da tecnologia, se proporcionariam soluções para a inexperiência dos jovens condutores. Inexperiência, sexo e idade devem ser os alicerces sobre os quais uma estratégia de formação deve se basear e, por conseguinte, de prevenção e melhora na educação viária.

Finalmente, são elaboradas as devidas conclusões tanto do ponto de vista da prevenção e segurança viária como do ponto de vista do risco segurador. **|**

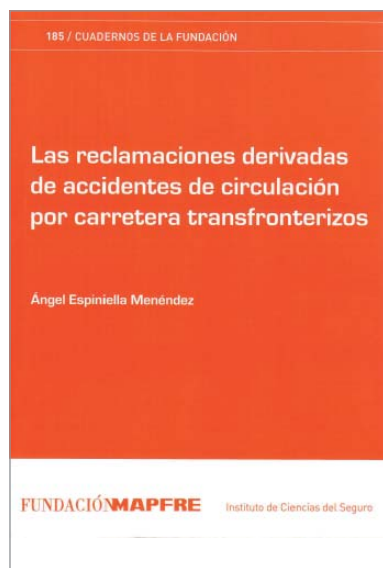


LAS RECLAMACIONES DERIVADAS DE LOS ACCIDENTES DE CIRCULACIÓN POR CARRETERA TRANSFRONTERIZOS

**ÁNGEL ESPINIELLA
MENÉNDEZ**

FUNDACIÓN MAPFRE, 2012
ISBN 978-84-9844-374-5
Preço: 25 € Caderno 185

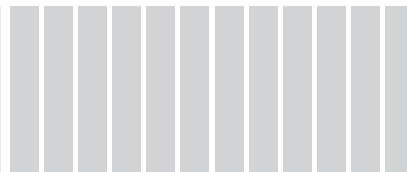
Angel Espiniella Menéndez, professor titular de Direito Internacional Privado da Universidade de Oviedo, acaba de publicar a monografia *Las reclamaciones derivadas de accidentes de circulación por carretera transfronterizos*, que se tornou o número 185 da Coleção “Cuadernos de la FUNDACIÓN MAPFRE”. Nesta publicação



abordam-se as múltiplas responsabilidades que podem resultar destes sinistros quando existe um elemento estrangeiro.

Para isso, distingue-se entre a responsabilidade dos sujeitos relacionados ao veículo (condutor, proprietário, fabricante), a dos vinculados ao fato em si do transporte internacional (transportador, emitente ou empregador) e a daqueles ligados ao local onde ocorre o sinistro (concessionária da via e o encarregada pela manutenção).

Analisa-se também a intervenção internacional de entidades que prestam cobertura de natureza muito diversificada: desde a das seguradoras e seus representantes até a de órgãos de indenização e dos fundos de garantia, como o Consorcio de Compensación de Seguros dos escritórios nacionais (na Espanha, o Ofesauto) e os correspondentes no exterior que atuam em seu nome. Construída a partir do dogma do Direito das Obrigações, a obra também oferece uma resposta prática sobre quem, como e contra quem reclamar, pois apresenta a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia e de tribunais de quinze países. **|**



EFFECTO DISUASORIO DEL TIPO DE CONTRATO SOBRE EL FRAUDE

**SONIA DE LUCAS / IGNACIO
MORENO / SONIA QUIROGA
/ FRANCISCO J. VÁSQUEZ /
RICHARD WATT**

FUNDACIÓN MAPFRE
Madri, 2012
ISBN 978-84-9844-371-4
Preço: 25 € Caderno 184

Neste trabalho, realizado por uma equipe de pesquisa formada por professores de várias universidades (Autônoma de Madrid, Pablo de Olavide, Alcalá de Henares e Canterbury) e financiado com a ajuda de à pesquisa Risco e Seguro na convocatória 2009, estuda-se o efeito que diferentes tipos de contratos de seguros têm sobre a atitude dos segurados com relação à fraude.

Para este fim, apresentam-se duas linhas de análise, com enfoques e metodologias diferentes. A primeira linha se dedica a estudar se os contratos de seguros baseados em uma tarifa *bonus-malus* podem ter um efeito dissuasivo da fraude nos pedidos de indenização de danos feitos pelos segurados, sem a necessidade de recorrer ao uso de vistorias, o que evitaria os gastos que elas geram para as companhias seguradoras. Para isso, recorre-se ao uso de técnicas experimentais, metodologia inovadora na área de seguros. Seu funcionamento

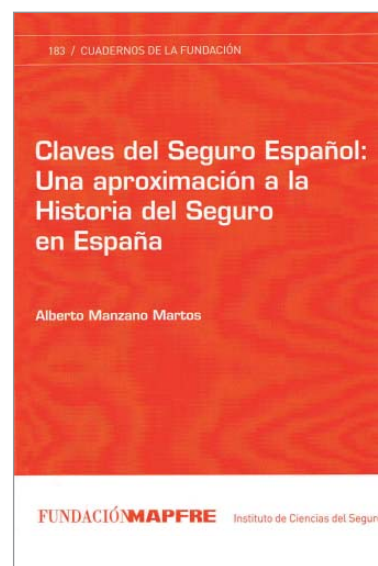
consiste basicamente em replicar, em condições ideais e controladas dentro de um laboratório, situações de asseguramento que os indivíduos têm de enfrentar, para posteriormente analisar o resultado de suas decisões. Assim, a alguns participantes se oferece um contrato do tipo *bonus-malus* sem vistorias das perdas reclamadas, mas com incrementos nos seguintes prêmios em função do pedido de indenizado feito, enquanto que os demais são segurados com um contrato de prêmio fixo, sob o qual os pedidos de indenização estão sujeitos a inspeção com uma probabilidade conhecida e, se for descoberta alguma fraude, impõe-se uma multa sobre a quantidade fraudada.

Os resultados do experimento mostram uma clara diferença entre o comportamento fraudulento dos participantes em cada formato: tanto em quantidade como no número de vezes, nos contratos do tipo *bonus-malus* a

fraude cometida foi sensivelmente menor.

A segunda linha de pesquisa aborda o efeito que a franquia pode ter sobre a fraude nos contratos de seguros, utilizando para isto um enfoque empírico baseado em análise do tipo estatística e econométrica. A hipótese inicial é a de que dois indivíduos com a mesma probabilidade de sofrer um acidente e com um veículo do mesmo valor (mesmo risco e mesmo valor do objeto segurado) deveriam sofrer em média acidentes de mesmo valor, independente de o seguro deles ter sido contratado com ou sem franquia.

As tabelas com valores médios das indenizações parecem mostrar diferenças entre o contrato a todo risco e os contratos com franquia. As diferenças encontradas, tanto nas indenizações médias como nas probabilidades de receber uma indenização, devem ser atribuídas a causas não aleatórias, diretamente relacionadas com comportamentos do tipo fraudulento, sendo o tipo de contrato a explicação mais plausível. Isto, de alguma forma, bate com os estudos empíricos com as hipóteses teóricas que preveem um efeito desencorajador de fraude nos contratos com franquia. |



CLAVES DEL SEGURO ESPAÑOL: UNA APROXIMACIÓN A LA HISTORIA DEL SEGURO EN ESPAÑA

ALBERTO MANZANO MARTOS

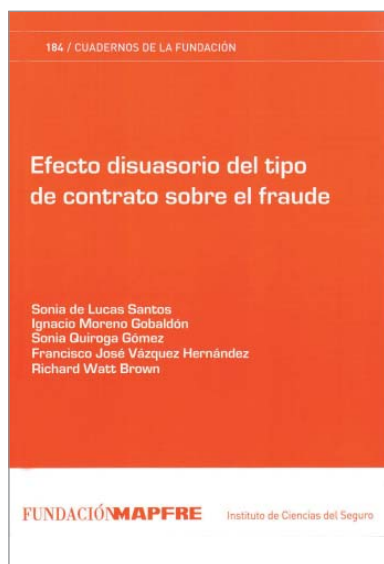
FUNDACIÓN MAPFRE, 2012

ISBN 978-84-9844-376-9

Preço: 15 € Caderno 183

Aobra reúne o discurso que Alberto Manzano, Presidente da FUNDACIÓN MAPFRE, fez no ano passado por ocasião de sua entrada como Acadêmico Correspondente na Real Academia San Dionisio de Ciencias, Artes y Letras. Neste discurso, o Presidente da FUNDACIÓN MAPFRE destacou a relevância do seguro espanhol, “uma instituição pouco conhecida e muitas vezes injustamente avaliada, apesar de sua importância para a nossa sociedade e nossa economia”.

Também falou sobre o papel das seguradoras como geradoras de postos de trabalho e ressaltou que “o setor segurador é um dos poucos da economia espanhola que não só não destruiu empregos como os aumentou nestes anos”. |



Realização de congressos e posicionamento ante futuras legislações

Nos primeiros meses de 2013 a AGERS realizou os seguintes congressos:

■ Curso “Responsabilidade Civil: novidades, soluções e desafios para 2013” (janeiro), dirigido por José María Elguero. No curso, com um grande número de participantes, foi abordado o estudo das novidades e possíveis soluções referentes a este seguro, que é imprescindível.

■ Curso “Lucros Cessantes” (fevereiro), dirigido por Roberto Revenga. Organizado pela AGERS em colaboração com o Instituto Addvalora, este curso clássico mas ao mesmo tempo completo fez uma análise da apólice, sua filosofia, coberturas e aplicação nos sinistros.

■ Observatório “Como a mediação de conflitos afeta os riscos e seguros” (fevereiro), realizado na Fundação SIGNUM. Durante a sessão foi abordado o impacto da nova Lei 5/2012, de Mediação de conflitos civis e mercantis nos sistemas existentes na Espanha para a resolução de conflitos derivados dos contratos de seguro, a eficiência do procedimento de mediação de conflitos de riscos e seguros, assim como a evolução previ-

sível que esta nova forma de solução de conflitos possa ter nos próximos meses e sua influência nos diferentes ramos do seguro.

■ Curso “Gestão de riscos nas empresas” (março), dirigido por Enrique Zárraga. Este programa foi concebido com um caráter evidentemente prático para fornecer aos alunos os conhecimentos e as ferramentas necessárias para o desenvolvimento de seu trabalho diário.

■ Curso “Gestão prática de sinistros: a visão de seus diferentes protagonistas” (abril), dirigido por Aránzazu Arana. Analisou o desenvolvimento dos pedidos de indenização por sinistros pela perspectiva dos diferentes atores que intervêm em sua tramitação.

Além disso, a AGERS se posicionou no projeto de Modificação de Lei de Responsabilidade Ambiental e, entre outras considerações, apontou a necessidade de se estabelecer um sistema único de avaliação e análise de riscos ambientais para os operadores sujeitos à obrigatoriedade de constituição da garantia financeira, e, portanto, à obrigatoriedade de realização das análises de riscos pela LRA



(LRM em espanhol) e outras legislações, como a Lei de prevenção e controle integrado da contaminação (IPPC) ou a derivada de acidentes graves nos quais intervenham substâncias perigosas (SEVESO II).

A AGERS apresentou seus comentários sobre o terceiro projeto de trabalho da ISO 31004 e participou da reunião do WG TC262 sobre ISO de Gerência de Riscos.

No dia 30 de maio, a AGERS realizou, no hotel Meliá Castilla de Madrid, seu XXIV Congresso Anual, com o título “A Gerência de Riscos atual e emergente”, que cobriu quatro grandes temas: riscos econômicos, políticos e de internacionalização; ciberriscos; riscos de reputação e riscos ambientais. A participação esperada para esse evento era de 300 profissionais. |

Os desafios da no

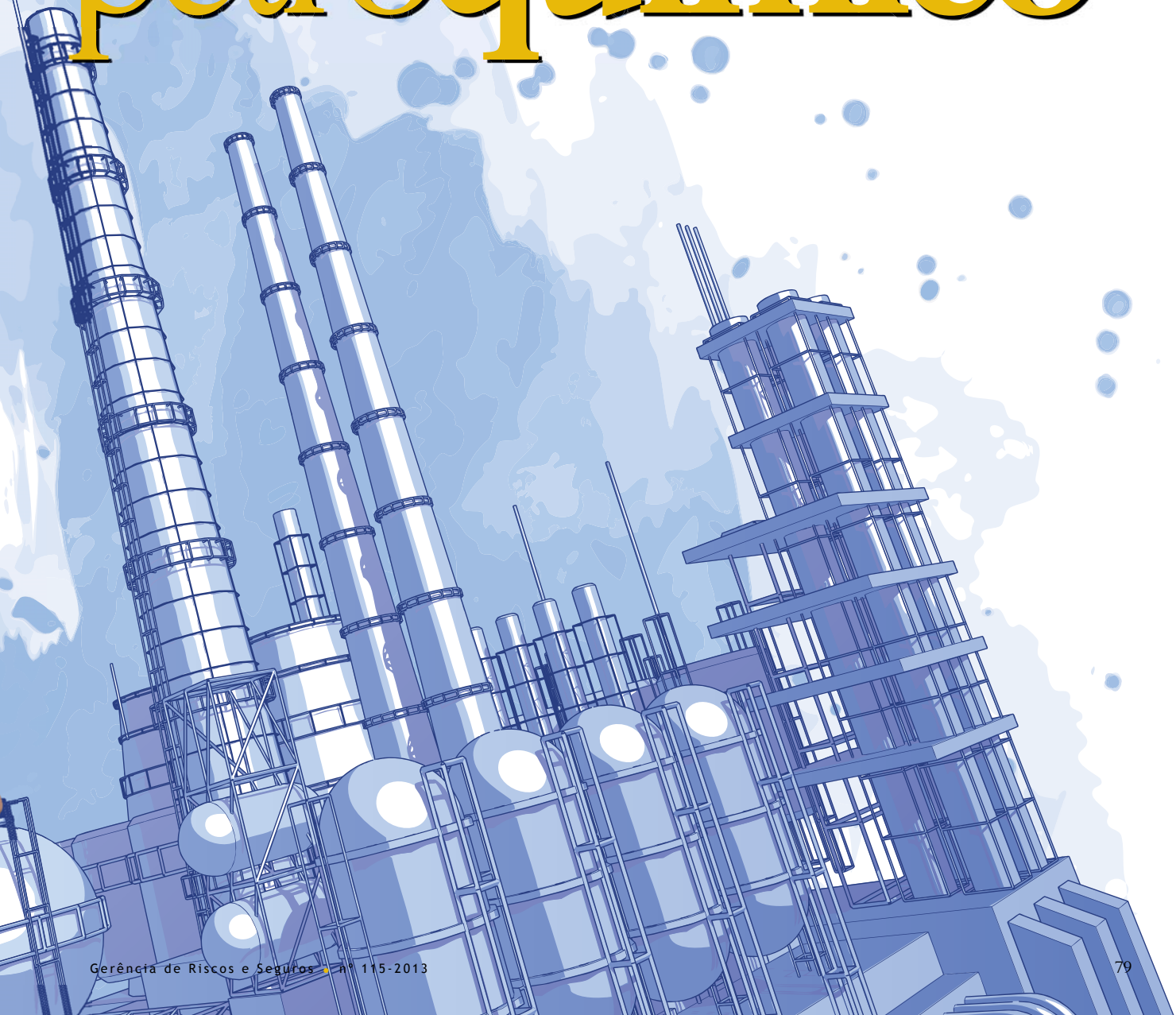
*Responsável pelo programa de seguros
da Braskem e da Agroindustrial,
Eduardo Damião gerencia um dos
maiores programas de seguros do
mundo na área petroquímica, com
ativos de US\$ 28,1 bilhões
e transferência de risco
aproximada de
US\$ 2 bilhões*

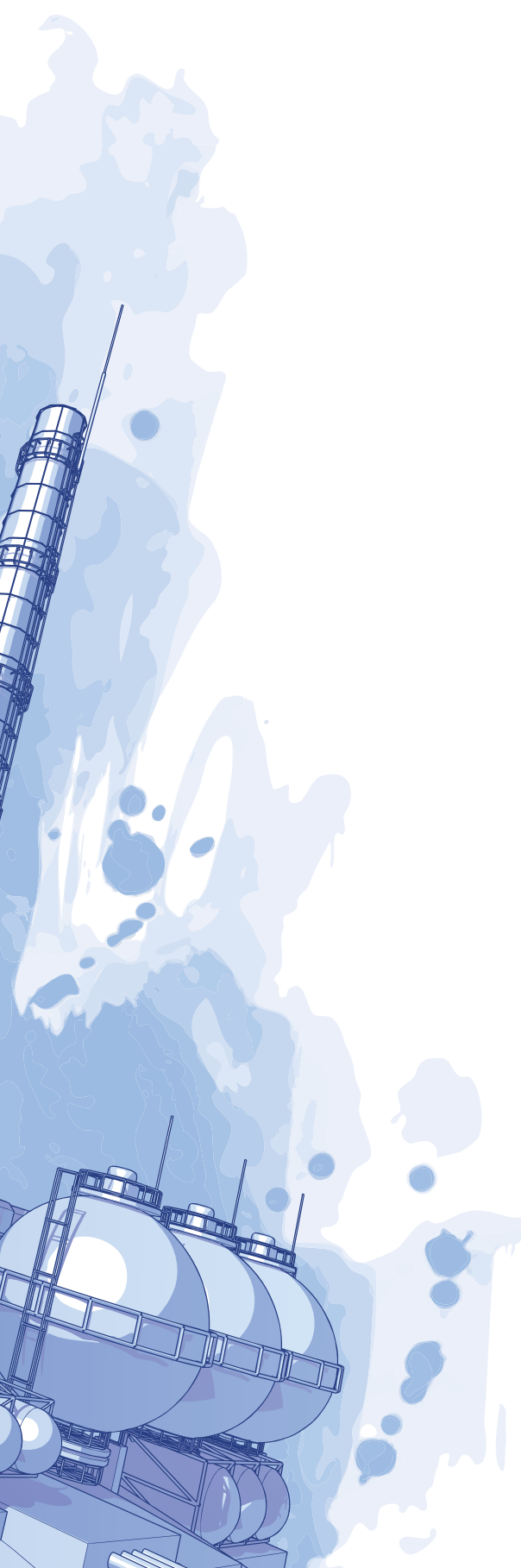
TEXTO: DENISE BUENO
FOTOS: DIVULGAÇÃO

Eduardo Felix Damião

**EXECUTIVO DA OCS – ODEBRECHT ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS,
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA DE SEGUROS DA BRASKEM E DA AGROINDUSTRIAL**

gestão de riscos segmento petroquímico





Atuar no setor petroquímico requer especialização e muita competência. Tanto para ser competitivo em um mercado com margens apertadas, como para gerenciar os riscos a que esse segmento está exposto. Assim como um pequeno acidente pode trazer consequências significativas, um seguro com custo elevado também é capaz de afetar a competitividade da empresa.

Um ponto a favor da equipe da OCS (Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros), corretora cativa da Odebrecht, controladora da Braskem e da Odebrecht Agroindustrial, é trabalhar para um conglomerado cujos acionistas são adeptos e favoráveis a programas eficientes de seguros. “O grupo é muito dinâmico, está sempre atualizando suas operações. Essa característica faz com que os acionistas incentivem toda a equipe a rever constantemente as políticas de risco para, dessa forma, terem certeza de que o patrimônio e a sociedade estarão protegidos de riscos inerentes às atividades de cada uma das unidades”, explica Eduardo Damião, responsável pelo programa de seguros da Braskem e da Agroindustrial.

Outro fator que auxilia a corretora OCS, há 30 anos considerada como a guardiã dos acionistas da Odebrecht, a atrair a atenção de seguradoras e resseguradoras nacionais e internacionais é o fato da Braskem estar incluída no *Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index*, índice de sustentabilidade de países emergentes da Bolsa de Nova York que reúne ações de 37 empresas consideradas referência em sustentabilidade, e na carteira teórica do Índice Carbono Eficiente (ICO2) da Bovespa.

À frente da OCS, Eduardo Damião gerencia um dos maiores programas de seguros do mundo na área petroquímica, com ativos de US\$ 28,1 bilhões e limite de cobertura superior a US\$ 2 bilhões. Engenheiro civil, começou sua carreira na execução de obras. Com a crise da construção civil na década de 1980, surgiu a oportunidade de ingressar na área de seguros. Atuou na corretora York Willis durante nove anos, focado em gerenciamento de risco, contato com clientes e área técnica. De lá, seguiu para a subsidiária local de uma das maiores seguradoras de property do mundo, na qual ficou por mais nove anos. Em 2007, assumiu o gerenciamento de riscos dos projetos de engenharia do Grupo Odebrecht para as regiões Sul e Sudeste e logo passou para ser o responsável pelo Brasil. Há três anos, está no comando do programa de riscos da Braskem e da Agroindustrial, ambas controladas pelo Grupo Odebrecht.

Dá muito trabalho ser a corretora cativa de um dos maiores conglomerados do Brasil?

Sim, dá trabalho. Mas a OCS já tem mais de 30 anos e a nossa equipe é altamente profissional e especializada. E mais, reconhecida pela alta direção, com o apoio total dos acionistas. Temos seis escritórios no Brasil e seis no exterior (Miami e Filadélfia, nos Estados Unidos, além de Angola, Portugal, Peru e Venezuela) para atender à demanda das quase 80 companhias membros, com ativos superiores a US\$ 34 bilhões. Só em garantia, movimentamos US\$ 24,5 bilhões e quase 137 mil pessoas na apólice de seguro de vida em 2012. Em volume de prêmios brutos, a OCS administra mais de US\$ 400 milhões.

O que está sob a sua gestão?

Eu e minha equipe temos a missão de proteger a Braskem e a Agroindustrial, o que envolve toda a parte de riscos de petroquímica, álcool e açúcar. O risco de óleo e gás, que estava comigo até o passado, foi transferido para outro executivo.

O que mudou na sua gestão?

Se você analisar a operação da Braskem nos últimos três anos perceberá que hoje temos uma outra empresa. O grupo expandiu suas operações para os Estados Unidos e para a Alemanha. Temos um project finance no México com mais de US\$ 3 bilhões de investimentos. A Agroindustrial passou a atuar em Angola.



É muita mudança, tanto do setor como da empresa, que a cada renovação de contrato passa por uma nova rodada de regras expedidas pelo órgão regulador. E esse dinamismo nos motiva. Os CEOs de nossos clientes nos procuram para dizer que suas empresas estão mudando e questionam: 'Não devemos analisar o risco de forma diferente?'. Isso é incrível, pois somos provocados a todo momento para sermos cada vez mais dinâmicos.

Quando surgiu a Braskem?

Em 1979, quando a Odebrecht, uma multinacional brasileira até então focada no ramo da construção civil, decidiu ingressar no setor petroquímico com a compra de um terço do capital votante da Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC), produtora de PVC. Desde então, o grupo não parou mais de crescer.

SÓ EM GARANTIA, MOVIMENTAMOS US\$ 24,5 BILHÕES E QUASE 137 MIL PESSOAS NA APÓLICE DE SEGURO DE VIDA EM 2012. EM VOLUME DE PRÊMIOS BRUTOS, A OCS ADMINISTRA MAIS DE US\$ 400 MILHÕES.

Quem são os acionistas da Braskem?

A Odebrecht, com 38,1% do capital total; a Petrobras, com 35,9%; o BNDESPar, com 5,5% e os acionistas minoritários, com os 20,1% restantes.

Quantas unidades compõem a Braskem?

A Braskem completou 10 anos de existência em 2012, ano em que faturou US\$ 23,8 bilhões e lucrou US\$ 19,9 bilhões. Uma década após sua fundação, a empresa conta com 7.600 integrantes atuando em suas 36 unidades industriais (29 no Brasil, cinco nos Estados Unidos e duas na Alemanha) e nos escritórios e bases comerciais localizados nas Américas, Europa e Ásia.

Como é vender riscos de um grupo petroquímico no mercado?

É muito diferente do que vender riscos do setor de construção. Os negócios petroquímico, de álcool e açúcar não toleram volatilidade. Diferente da construção, que tem um projeto diferente a cada contrato: um empreendimento de prédios comerciais, uma linha de metrô em Bogotá ou uma hidrelétrica na África. Na Braskem, temos uma atividade contínua, com memória, e o setor não tolera muita volatilidade. Temos um endereço marcado.

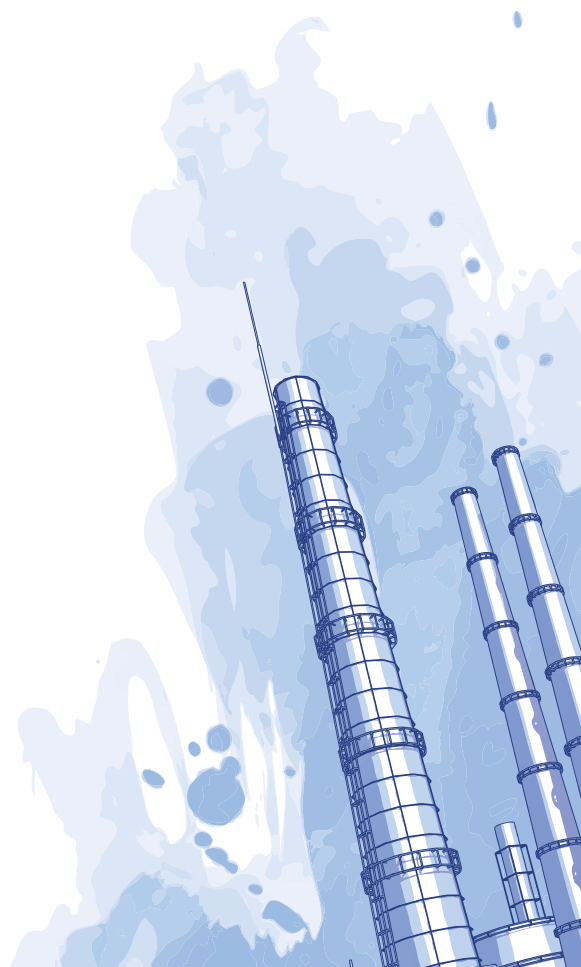
Então a garantia não é a sua principal demanda?

Não. Diferente da construtora, que tem necessidade por garantia, nós usamos muito pouco esse recurso. Apenas em algumas modalidades específicas, como judiciais ou com um escopo financeiro. O que nós vendemos é a qualidade de

risco dos nossos ativos. Na Braskem, globalmente, estamos falando de algo como US\$ 27 bilhões envolvendo Brasil, Estados Unidos, Alemanha e México. Na Agroindustrial, temos US\$ 4 bilhões em ativos.

Como é o seu dia a dia?

Nosso dia a dia é trabalhar a qualidade do risco e manter a capacidade para a nossa exposição. Transferimos riscos de US\$ 2 bilhões, que representam cerca de dois terços da capacidade do mercado, sem considerar a garantia. Por isso, nosso desafio é reter a operação constantemente, pois o grupo se expande muito rapidamente.



O que significa a Visão 2020?

A Visão 2020 da Braskem explicita o alinhamento da estratégia de negócios com os princípios do desenvolvimento sustentável, evidenciando o compromisso da companhia em fazer parte, ativamente, da solução de problemas sociais e ambientais que afligem o mundo no século XXI. Além disso, a Visão 2020 direciona e impulsiona o trabalho de cada profissional da companhia, motivando novas ideias e influenciando um movimento de busca por um mundo mais equilibrado.

Mesmo sendo comprometida com a sustentabilidade, uma petroquímica ainda assusta os seguradores?

O risco em petroquímica é muito elevado, não pode dar errado. Por isso, é fundamental que exista um controle rígido. Para conseguirmos transferir os riscos, temos que apresentar uma boa gestão. Tanto na Braskem como na Agroindustrial contamos com engenheiros que dedicam 100% do seu tempo para cuidar da qualidade de risco de todas as nossas operações.

Como você vende seu risco?

Apresentamos um material muito completo no road show com todos os detalhes de cada planta, os riscos envolvidos, as recomendações feitas para melhorias, quais já foram concluídas e quais ainda estão em andamento. Contamos também com um programa

que classifica a qualidade do risco de todas as operações. Realizada por uma empresa associada à corretora e consultora de risco Aon, esta é mais uma forma para o mercado poder avaliar o risco das empresas diante de uma mesma base de dados.

Como uma agência de rating?

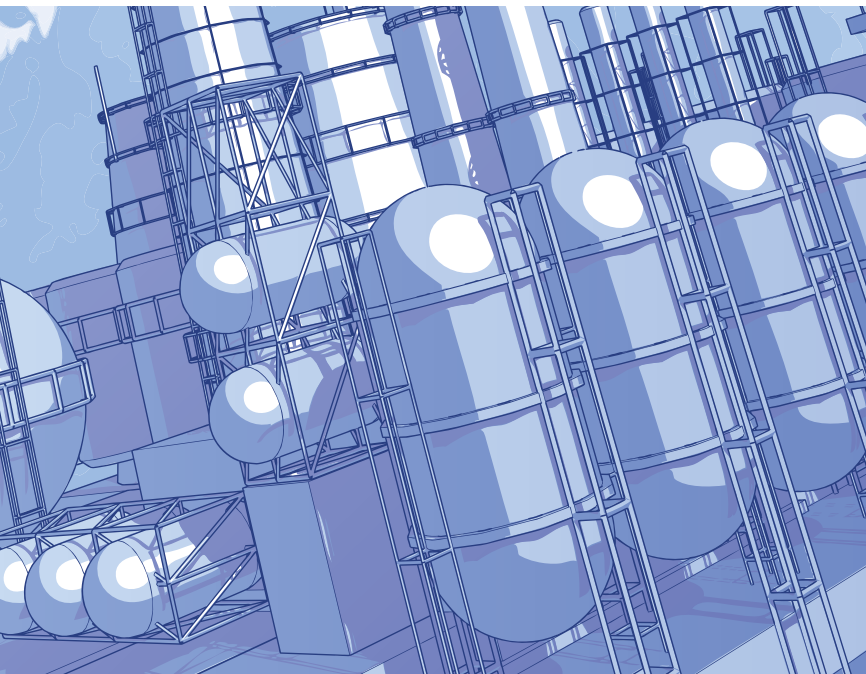
Sim, essa empresa associada à Aon visita e qualifica os riscos de companhias no mundo inteiro. Dessa forma, é possível comparar os riscos de uma planta no Brasil e de outra na Indonésia, por exemplo, considerando fatores ligados à natureza, construção, layout, entre outros. Este é um item completamente disseminado na Braskem, considerado como ponto de avaliação de performance das equipes e das plantas do grupo. Também realizamos um programa híbrido durante dois anos para a Agroindustrial, mas que não foi divulgado ao mercado, pois ainda necessita de ajustes.

Quais são os principais desafios da OCS?

Nosso desafio é manter a qualidade de risco e vendê-lo de forma adequada. Trabalhamos com corretores de resseguro, mas não focamos nossa atuação nesse canal, pois queremos conhecer melhor os nossos parceiros. Entendemos que esta é a melhor maneira de atuar. Em paralelo, mantemos nossa relação com o cliente interno, interpretando e relendo a operação de forma contínua. A empresa



TANTO NA BRASKEM COMO NA AGROINDUSTRIAL CONTAMOS COM ENGENHEIROS QUE DEDICAM 100% DO SEU TEMPO PARA CUIDAR DA QUALIDADE DE RISCO DE TODAS AS NOSSAS OPERAÇÕES.



muda o tempo todo e precisamos avaliar o risco de forma diferente também. Se a empresa se internacionalizar, não podemos manter um programa local. Por isso, para nós é muito importante contarmos com parceiros que atuem de forma global, nos acompanhando no processo de expansão de nossas atividades.

A Braskem tem um seguro completo?

Sim, de tudo o que se pode imaginar: das plantas ao seguro de benefícios dos funcionários, passando pelas linhas de crédito à exportação. Na Agroindustrial, temos todas as linhas.

O que mudou recentemente no programa de seguro?

Montamos um programa de responsabilidade civil, que oferece proteção global para as nossas operações

em todo o mundo. Tudo é definido aqui no Brasil, mas o contrato tem um viés global e local, respeitando as normas de cada país e as características dos principais parceiros. Temos mais de 30 players no programa de property da Braskem, considerando seguros e resseguros. Para fazer frente a US\$ 2 bilhões de riscos, contamos com parceiros nos principais mercados do mundo, como Estados Unidos e Londres. Os principais resseguradores do mundo fazem parte do nosso programa. Outro dado importante é que nos últimos 10 anos, 70% dos players que atuam com a Braskem continuam no programa. Para ter um relacionamento de longo prazo, é preciso conhecer muito bem os seus parceiros.

Como as mudanças macroeconômicas, como a alta da inflação e o avanço do dólar, afetam o programa de seguros da OCS?

Na Braskem, a transferência de risco é feita em dólar. Na Agroindustrial, em reais. Nafta (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) é a principal matéria prima da Braskem e parte significativa de seus equipamentos é cotada em dólar. Ou seja, é uma operação muito focada em custo e qualquer melhoria vai direto para o resultado. A indústria petroquímica é muito meticulosa, mede tudo para poder ser competitiva. E isso passa também pelo programa de seguros. Na indústria americana, as empresas petroquímicas assumem muitos riscos. Nós ainda não temos cativa, mas boa parte das empresas norte-americanas contam com suas estruturas de cativas.

A Braskem pode usar a cativa da sócia Petrobras?

Não usamos.

Pensam em abrir uma seguradora cativa?

Sempre estamos avaliando soluções alternativas de transferência de risco que otimize os programas de seguros e cativa é uma delas.

O grupo tem Comitê de Crise?

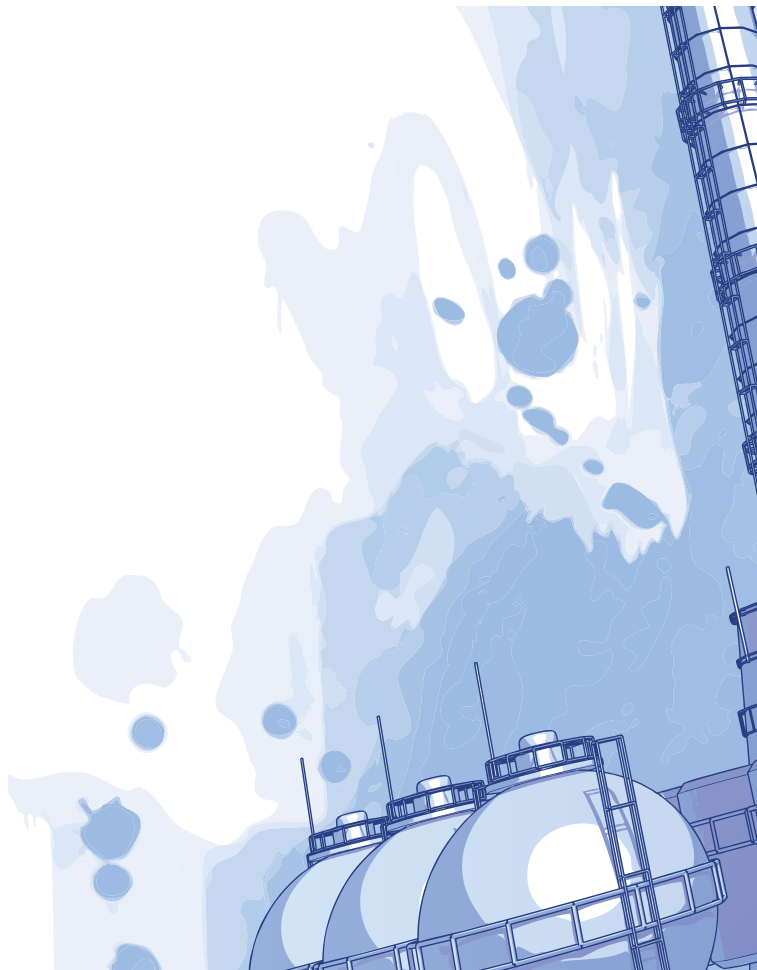
Sim, apesar de não integrarmos o comitê, acionamos em minutos esse grupo quando há uma demanda, oferecendo nosso apoio direto. Em Alagoas, por exemplo, durante um incidente com nuvem de cloro, estivemos o tempo todo fornecendo apoio ao grupo.

Como está a sinistralidade do grupo?

Registramos dois eventos – em dezembro de 2010 e fevereiro de 2011. O último foi relacionado à queda de energia, causando danos em uma de nossas plantas. Ambos acabaram resultando em sinistro superior a US\$ 150 milhões. Vínhamos num ciclo de queda de custo do seguro há oito anos. Com o acidente, passamos por um ajuste de custo razoável, o que não é bom para a operação, mas que nos levou a buscar o equilíbrio do programa de seguros.

O contrato foi renovado?

Sim, sempre tivemos capacidade de renovação e nunca registramos falta de cobertura.



Quais os desafios na Agroindustrial?

O grande desafio é desenvolver o seguro agrícola. Já dominamos o processo de construção das usinas, mas o desafio climático e agrícola ainda representa um alto grau de complexidade. Temos tentado transferir uma parcela desse risco para o mercado segurador.

O prêmio teria subsídio?

Em linhas gerais, os pequenos e médios produtores teriam subsídio. Mas pela dimensão da nossa operação, teremos de bancar 100% da transferência de risco.



Como você analisa esses cinco anos de abertura do mercado de resseguros no Brasil?

O mercado se transformou muito nos últimos anos. A cadeia melhorou muito. Todos aprenderam: corretores, seguradores, resseguradores e clientes. Temos players novos atuando no Brasil, o que é ótimo, mas ainda falta desenvolver vários aspectos do setor. Estamos no caminho certo, avançamos significativamente em relação às coberturas, aos produtos e serviços. Além disso, também estamos melhorando a imagem do Brasil lá fora para que os estrangeiros conheçam melhor a qualidade de risco que temos aqui.

Na sua opinião, o que é preciso melhorar na indústria de seguros?

Hoje, a tendência é concentrar as plantas em um local para obter redução de

custos. Mas isso aumenta a necessidade da capacidade de risco para grandes projetos e os financiadores acabam pedindo garantias que ultrapassam a oferta do mercado. Seria interessante que os resseguradores pensassem nisso. É muito sadio termos outros pólos de capacidade de resseguro no mundo, além do mercado de Londres. Seria uma competição sadia ter novos pólos, como nos Estados Unidos e também na própria Europa.

E o centro de resseguros na América Latina, com o Brasil como sede?

No longo prazo, acho uma ideia razoável.



FUNDACIÓN MAPFRE

Instituto de Ciencias del Seguro

T 91 581 20 08

Paseo de Recoletos, 23. Madrid

www.fundacionmapfre.com

RED CUMES. A REDE SOCIAL PARA PROFISSIONAIS DO SEGURO

A RED CUMES se diferencia como um ponto de encontro de todos os profissionais ou futuros profissionais do setor segurador onde se podem estabelecer vínculos de comunicação para debater temas da atualidade, fazer consultas e inclusive deixar voar a imaginação no concurso de pequenas histórias, dando forma, com tudo isso, a uma extensa rede profissional especializada.

A RED CUMES é um portal Web onde qualquer usuário pode acessar todos os seus conteúdos e, se quiser, pode participar ativamente por meio de seus blogs, grupos, concursos, bolsa de empregos, etc. Além disso, qualquer usuário pode acessá-lo através das redes sociais Facebook e LinkedIn.

Para maiores informações: www.redcumes.com
Siga-nos no twitter: @redcumes



ATIVIDADES

www.fundacionmapfre.com

Instituto de Ação Social

Contribuímos para a melhora das condições econômicas, sociais e culturais das pessoas e setores menos favorecidos da Sociedade.

Instituto de Ciências do Seguro

Promovemos a formação e a pesquisa em matérias relacionadas ao Seguro e ao Risco

Instituto de Cultura

Fomentamos a difusão da Cultura, as Artes e as Letras e a divulgação de conhecimentos com relação à História comum da Espanha, de Portugal e dos países vinculados a eles por laços históricos.

Instituto de Prevenção, Saúde e Meio Ambiente

Promovemos a melhora da qualidade de vida e do meio ambiente.

Instituto de Segurança Viária

Promovemos atividades de educação viária através de cursos, estudos de pesquisa, campanhas de divulgação e distribuição de materiais didáticos.

